

João Roberto Moreira Alves

# Desenvolvimento da Educação

*Volume 1*



Instituto  
de Pesquisas  
e Administração  
da Educação

João Roberto Moreira Alves

# Desenvolvimento da Educação



Instituto de  
Pesquisas e  
Administração da  
Educação

2012

Ellen, amiga, esposa e companheira em todas as horas, nessa trajetória de acreditar que é possível se democratizar a educação de qualidade no Brasil.

À minha maravilhosa Família que sempre permitiu que se mantivesse um clima de amor, imprescindível às realizações.

Aos amigos e colaboradores, sem os quais seria impossível se transformar sonhos em realidades.

# Ficha Técnica

## Desenvolvimento da Educação

Publicação eletrônica do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (2012)

Exemplar arquivado na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).

ISBN (International Standard Book Number) conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Editora do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.

Copyright - É proibida a reprodução do conteúdo desta edição em qualquer meio de comunicação, eletrônica ou impressa, sem autorização escrita.

Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves

## Edição e Administração

Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação  
Av. Rio Branco, 156 – Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ – Brasil  
(21) 3905-0964 // <http://www.ipae.com.br/> - e-mail: [ipae@ipae.com.br](mailto:ipae@ipae.com.br)

## Perfil institucional

O Instituto de Pesquisas e Administração da Educação é uma organização social de iniciativa privada que tem como objetivo o desenvolvimento da qualidade da educação. Atua nas áreas de Administração da Educação, Informações Educacionais, Direito Educacional, Tecnologia em Educação, Educação a Distância e Pesquisas Educacionais.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Desenvolvimento da Educação. (2012)  
Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação  
Publicação eletrônica do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação  
1. Educação contemporânea - Rio de Janeiro



**Instituto de  
Pesquisas e  
Administração da  
Educação**

## O autor

**João Roberto Moreira Alves** nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1949. Filho de professores, sempre se dedicou ao desenvolvimento da qualidade da educação.

É formado em Ciências Jurídicas e Sociais e em Administração, e pós-graduado em Direito Empresarial e Gerência.

Criou, juntamente com sua esposa e colaboradora nos empreendimentos, Ellen Desiderati Alves, em 1973, o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, o qual preside, desde o início.

No campo da Educação a Distância, vem se dedicando desde 1981, quando – através de sua instituição – foram iniciados os primeiros programas voltados para capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a educação.

Visitou diversos países para pesquisas e estudos e participou de dezenas de eventos nacionais e internacionais.

Foi iniciador dos Encontros Nacionais e Congressos de Educação a Distância no Brasil. Foi um dos fundadores do CREAD – Consórcio-Rede de Educação a Distância e da ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância.

Integra o Conselho Consultivo da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e de diversas entidades ligadas à educação e a movimentos sociais.

É autor de vários livros e artigos publicados e veiculados na rede mundial de computadores, bem como editor da Revista Brasileira de Educação a Distância e outros periódicos.

Participa de programas de Consultoria em empresas administradas por seus filhos, Roberto Desiderati Alves (Grupo DDM) e Eduardo Desiderati Alves (Grupo BESF-Brasil Educação sem Fronteiras)

É ex-presidente da ABT – Associação Brasileira de Tecnologia Educacional e presidente do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação e Diretor do Sindicato Nacional de Empresas de Educação a Distância e da Associação Brasileira de Educação a Distância.

## Índice

Prefácio	9
Apresentação	10
O desenvolvimento da educação no Brasil: retrospectiva histórica	12
Os aspectos controversos sobre a existência de uma política nacional a para a educação distância no Brasil	17
O pioneirismo da Revista Pedagógica no cenário educacional	19
As políticas institucionais como fator relevante para a avaliação	21
Os desafios da educação a distância no Brasil	23
A educação superior a distância: uma análise de sua evolução no cenário brasileiro	27
A complexa legislação educacional brasileira e seus reflexos na qualidade da educação	29
Os retrocessos decorrentes de medidas governamentais	31
O que ainda falta ser feito na educação básica no Brasil	35
A importância do professor na vida do aluno	41
A infra-estrutura necessária para o desenvolvimento dos programas de educação a distância no Brasil	42
A nova Lei da Educação Superior e seus obstáculos no Poder Legislativo	44
Os dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	46
Quadro político nacional e seus reflexos no setor da educação	48
Revolução na divulgação científica mundial	51
Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico: um poderoso instrumento de progresso das Américas	53
Plano de Desenvolvimento da Educação: ameaças e oportunidades	55
A imprescindível necessidade de mudanças no sistema de formação de profissionais para a educação	58
A História da Educação a Distância no Brasil	63
As universidades e sua contribuição para o desenvolvimento das nações	72
Centros Universitários: dez anos de uma experiência positiva na educação brasileira	74
As tecnologias da comunicação e da informação e seus reflexos nos estabelecimentos de ensino	75
Os e-books e as novas tendências editoriais	77
Ensino médio: cenário e tendências no Brasil	78
Retrospectiva da Educação	80
As Tecnologias e a Educação	86
A omissão governamental na educação brasileira e seus reflexos no desenvolvimento do país	87
Os sistemas de avaliação na educação brasileira	89
A necessidade de formação dos jovens e o crescimento do País como base de empregabilidade	91



Conselho Nacional de Educação: tendências e perspectivas	93
A motivação necessária para a permanência nas escolas	95
Avaliação das Instituições de Educação Superior	97
Os avanços da tecnologia versus as posturas convencionais na educação	99
Novo conceito de presença na educação	101
As grandes questões da legislação educacional brasileira	103
O papel das entidades representativas das instituições de educação	106
O uso da educação à distância nos programas sociais	108
As novas tecnologias e os reflexos nos direitos autorais	109
A imprescindível necessidade de alteração da legislação que fixa o valor das anuidades escolares nas escolas particulares	111
As transformações no mundo editorial	113
Os reflexos do uso do vídeo na educação brasileira	114
As publicações abertas e sua influência no mundo moderno e sem fronteiras	115
O crescimento da população mundial e os desafios da educação	117
Restrições à liberdade pedagógica: o retrocesso de 250 anos imposto pelo governo federal às escolas brasileiras	119
Os avanços da internet e saldos positivos para os sistemas educacionais	121
As publicações científicas e sua relevância para o Brasil	122
As interferências políticas e sociais nas instituições de ensino superior	124
A educação à distância e seu reconhecimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	127
Os Conselhos de Educação: da sua relevância histórica à prática que os consideram como órgãos complementares de governo	128
A imprescindível necessidade de uma política nacional para a educação à distância	131
A tecnologia educacional e a qualidade do ensino	133
Os 120 anos dos periódicos educacionais brasileiros	136
Os novos caminhos (ou descaminhos) para um novo Plano Nacional de Educação	138
O desenvolvimento econômico brasileiro e seus reflexos na educação	141
A internet e a educação de qualidade	142
A tecnologia a serviço da educação	144
A relevância da difusão da produção intelectual	145
Educação para o Século 21	147
Os cenários para a educação brasileira	149
O Plano Nacional da Educação e o papel da sociedade no processo de sua construção coletiva	151
A educação nos planos de governo	156
Educação como elemento essencial para o desenvolvimento	159

Qual o futuro para as escolas no Brasil?	161
O Direito Educacional no Brasil	163
A representação estudantil e o desenvolvimento de lideranças	164
A educação para o trabalho	167
O desenvolvimento tecnológico e seus reflexos positivos na educação	172
Remuneração dos profissionais da educação: 17 séculos de controle pelo Poder Público	174
A valorização do professor como fator decisivo para o desenvolvimento brasileiro	176
As ameaças à gratuidade no ensino público	179
Os cinquenta anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	181



## Prefácio

Desenvolvimento da Educação Brasileira constituiu-se em mais uma contribuição que o Instituto de Pesquisas e Administração da Educação dá para as reflexões sobre os cenários da educação em nosso país, bem como para análises comparativas com alguns ângulos dos sistemas de aprendizagem que ocorrem no mundo.

Sua produção, como livro eletrônico, permite que seja possível a disseminação em todos os níveis, através de transmissão para educadores, administradores de programas educacionais, organismos públicos e privados, bem como para profissionais e estudiosos de todas as áreas do conhecimento.

A edição integra as comemorações dos 40 anos de fundação do IPAE que atua em todo o território nacional e mantém cooperação com um número incontável de núcleos do desenvolvimento do saber.

As edições de e-book já fazem parte do cotidiano do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.

A modernização dos meios e os avanços das tecnologias são fundamentais para que se possa, em tempo real, fazer com que sejam sentidos, em todas as partes do mundo, os reais cenários vividos por milhões de pessoas.

Esperamos, assim, estarmos contribuindo para que, sem viés políticos ou partidários, sejam notados os progressos, frutos de incansável trabalho de pessoas que atuam para que as ideias se transformem em realizações.

João Roberto Moreira Alves

## Apresentação

O presente trabalho contempla reflexões sobre o desenvolvimento da educação no Brasil.

Sintetiza as edições das Cartas Mensais Educacionais que foram publicadas pelo Instituto de Pesquisas e Administração da Educação no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2011.

Os textos destacam aspectos pontuais de relevância das políticas educacionais e cenários de cinco anos importantes para o país, eis que nessa fase consolidaram-se posições de maior autonomia para as instituições de ensino, tanto de educação básica, como superior.

Há logo de inicio uma análise sintética da educação ao longo da história.

Aliás, o Brasil não tem ainda 500 anos de educação eis que a primeira escola foi implantada em 1549, graças à chegada dos Jesuítas, que vieram com a dupla missão de evangelização e de educação.

Avanços e retrocessos acontecem no setor e o universo hoje de mais de 220.000 escolas, entre as mantidas pela União Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios (que representam cerca de 185.000 unidades públicas) e pela iniciativa privada (em torno de 35.000 escolas oficializadas).

Os seis anos retratados nessa edição correspondem a um período de intensos debates sobre a educação brasileira, realizada em inúmeros eventos e estudos levados a efeito por universidades e outros centros do saber.

Há de se registrar sucessos em muitos programas, mas também fracassos que decorreram, especialmente, de uma pequena participação da sociedade na tomada de decisões quanto aos rumos da educação brasileira.

As ações positivas são notadas em iniciativas mais isoladas do que coletivas e esses pontos são retratados no presente trabalho.

Logo de inicio há um estudo sobre os aspectos controversos sobre a existência de uma política nacional para a educação a distância. Aliás o tema é analisado em diversas etapas e sob vários ângulos, tendo em vista sua relevância para a democratização da educação de qualidade.

Outro ponto versa sobre a complexa legislação educacional brasileira e seus reflexos na qualidade da educação. Os aspectos das normas legais aplicáveis ao setor é tema também de outros estudos, feitos ao longo do período.

Não se podemos deixar de lado citações sobre os retrocessos decorrentes de medidas governamentais e o que ainda falta ser feito na educação básica.

Outro texto que merece comentários é o que se refere à importância do professor na vida do aluno. A imprescindível necessidade de mudanças no sistema de formação de profissionais para a educação também é tratado num dos tópicos especiais.

A nova Lei da Educação Superior e seus obstáculos no Poder Legislativo (que acabou não ocorrendo), antecede a um trabalho sobre “Os dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” Quadro político nacional e seus reflexos no setor da educação.

As universidades e sua contribuição para o desenvolvimento das nações e os dez anos dos centros universitários constituem-se pontos que merecem um aprofundamento nos estudos.

Muitos outros temas são analisados, permitindo uma avaliação sobre o que vem sendo feito (e deixado de fazer) para que possamos ter realmente a educação como elemento fundamental para alavancar o progresso da Nação.

## O desenvolvimento da educação no mundo e no Brasil: síntese histórica

O que caracterizou a educação entre os povos primitivos foi a sua forma espontânea, natural, inorganizada. Ministrava-se pela imitação direta e inconsciente das atividades dos adultos por parte das crianças. Pouco a pouco a criança se iniciava nas ocupações da tribo, quer pela construção de utensílios, quer na aprendizagem da caça ou da pesca, ou nos trabalhos agrícolas, atividades que se desenvolviam em função do meio físico, determinando que as tribos fossem nômades ou sedentárias.

Numa fase mais adiantada, a educação foi adquirindo certo valor permanente: as cerimônias religiosas, as danças iam sendo transmitidas aos mais jovens pelos mais velhos, feiticeiros ou curandeiros, que passando à condição de sacerdotes, foram os professores primitivos. Começou, então, a haver uma espécie de instrução para a comunidade em geral, e com a preparação dos futuros sacerdotes, verificou-se uma espécie de profissionalização.

Na antiguidade, esse estágio de desenvolvimento da educação, que foi assinalada pelo aparecimento da linguagem escrita e posteriormente da literatura, deu à sociedade uma consciência do passado, bem como uma norma de conduta devidamente estabelecida. Ao mesmo tempo, os povos foram adquirindo uma organização política mais complexa, com reflexos necessários nos procedimentos da educação.

As primeiras formas estruturadas de educação surgiram na China, passando à Índia no século V a.C. e chegando à Mesopotâmia. Nesta região, os babilônios tinham a educação tipicamente doméstica, cabendo aos pais transmiti-las aos filhos.

Até essa fase não havia um processo de administração da educação, surgindo somente quando os assírios dominaram a região e foram implementadas as primeiras escolas públicas, a começar pelos templos.

A primeira notícia que se tem de uma “Educação Nacional” vem da Pérsia, quando a criança, aos seis anos, passava à tutela do Estado, entrando como interna numa escola pública, onde era instruída em leitura, escrita, moral e religião. Os mestres, escolhidos entre os cidadãos mais probos e de mais de cinquenta anos.

Em nosso continente, os Astecas foram os iniciadores da educação, com uso de internatos públicos; existiam dois estabelecimentos: um destinado aos filhos dos nobres e outros aos de classe média. O acesso era vedado aos servos e escravos.

Os maias e os incas tiveram boa experiência no campo da educação.

Coube aos gregos, contudo, a implantação de um sistema mais clássico de educação, abrindo a oportunidade ao desenvolvimento individual. A educação tinha um caráter profundamente prático, cabendo aos espartanos a educação obrigatória militar e aos atenienses o desenvolvimento de uma formação completa do homem.

No século VI a.C., com o avanço da ciência, possibilitou-se a melhoria da educação secundária, criando-se bibliotecas e salas de estudo.

Em Roma, a educação era inicialmente familiar, contudo na medida em que aumentava a complexidade da vida, surgiram as primeiras escolas elementares, denominadas de “ludi” (jogos), complementando a educação ministrada sob os cuidados das mães. Nessas escolas, que eram privadas, ensinavam-se formas de

preparação para a vida. Com o desenvolvimento do Império Romano houve o forte desenvolvimento do ensino superior, também privado, vindo bem mais tarde, a organização das escolas elementares às custas do Estado, como uma espécie de asilo para os desamparados. Numa fase da história, a educação ficava aos cuidados de funcionários municipais, cabendo ao imperador Juliano a organização de um sistema de inspeção escolar por parte do Estado, havendo a propagação da educação pelas províncias então vinculadas, como a Espanha, o norte da África e a Gália Meridional.

Na Idade Média diversas reformas do ensino ocorreram, passando a ser mais monástico, sendo obrigatório que em cada mosteiro tivesse uma escola.

Somente no século XII tiveram as cidades e os municípios o direito de fundar suas próprias escolas, as chamadas “escolas municipais”.

Outra característica da Idade Média foi a associação de pessoas dedicadas a um mesmo ofício e, para defenderem os seus interesses, organizavam-se em grêmios, aos quais, entre outros serviços, davam educação aos filhos dos associados.

Surgem, na época, as universidades e na Alemanha, já no Renascimento, aparecem os primeiros manuais escolares, voltados para a educação dos pobres, assim como livros didáticos.

Na Inglaterra surgem as escolas independentes do Estado e da Igreja, sendo mantidas por subvenção particular ou real. Eram, contudo, chamadas de “públicas”, no entanto, todos pagavam taxa de matrícula.

A primeira tarefa educativa na América espanhola e portuguesa foi a evangelização dos indígenas.

Enquanto no nosso continente os passos eram lentos, na Europa surgiam as escolas comerciais e industriais, reflexo do desenvolvimento da época.

A educação nos tempos modernos ia se afastando dos métodos de ensino da Idade Média, sendo iniciado o “filantropismo”, também na Alemanha, segundo o qual o objetivo da educação é preparar o ser humano para uma vida útil, enquanto a instrução, embora importante e necessária, não tem valor senão educar.

Na França, atribuiu-se o conceito de educação pública como tarefa do governo e surgiram as bases para educação dos surdos e mudos. Também nesse país criou-se o primeiro Liceu de Artes e Ofícios (1740), influenciando o surgimento das escolas politécnicas, instituto agrônomo e escola industrial e profissional, na Alemanha.

Na América Latina, à medida que se consolidava o movimento da independência, procurava-se tirar o ensino das mãos do clero, formando-se a educação popular.

Conforme a Igreja ia deixando de ter a predominância na educação geral, diversas ordens religiosas passaram a se dedicar à educação especial, chamada à época, como educação para anormais. Aparecem o alfabeto para cegos, assim como outros mecanismos de apoio aos deficientes e delinquentes.

Iniciava-se a fase da educação contemporânea, com a riqueza de métodos pedagógicos e com as experiências internacionais sendo trocadas, assim como o uso do brinquedo no processo educativo.

No século XIX surgiam os primeiros movimentos em favor da educação da mulher, cujos primórdios vinham do século anterior, na França.

O crescimento populacional fazia com que o número de escolas fossem insuficientes, surgindo uma grande quantidade de pessoas sem acesso à educação.

A história da educação no Brasil começou em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, inaugurando uma fase que haveria de deixar marcas profundas na cultura e civilização do país.

Movidos por intenso sentimento religioso de propagação da fé cristã, durante mais de 200 anos, os jesuítas foram praticamente os únicos educadores do Brasil.

Embora tivessem fundado inúmeras escolas de ler, contar e escrever, a prioridade dos jesuítas foi sempre a escola secundária, grau do ensino onde eles organizaram uma rede de colégios reconhecida por sua qualidade, alguns dos quais chegaram mesmo a oferecer modalidades de estudos equivalentes ao nível superior.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias, abrindo um enorme vazio que não foi preenchido nas décadas seguintes.

As medidas tomadas pelo ministro D. José I, o Marquês de Pombal, sobretudo a instituição do Subsídio Literário, imposto criado para financiar o ensino primário, não surtiu nenhum efeito.

Só no começo do século seguinte, em 1808, com a mudança da sede do Reino de Portugal e a vinda da família Real para o Brasil-Colônia, a educação e a cultura tomaram um novo impulso, com o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores, como os de medicina nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

Todavia, a obra educacional de D. João VI, importante em muitos aspectos, voltou-se para as necessidades imediatas da corte portuguesa no Brasil. As aulas e cursos criados, em diversos setores, tiveram o objetivo de preencher demandas de formação profissional. Esta característica haveria de ter uma enorme influência na evolução da educação superior brasileira.

Acrescenta-se, ainda, que a política educacional de D. João VI, na medida em que procurou, de modo geral, concentrar-se nas demandas da corte, deu continuidade à marginalização do ensino primário.

Com a independência do país, conquistada em 1822, algumas mudanças no panorama sócio-político e econômico pareciam esboçar-se, inclusive em termos de política educacional. De fato, na Constituinte de 1823, pela primeira vez se associou apoio universal e educação popular - uma como base do outro. Também foi debatida a criação de universidades no Brasil, com várias propostas apresentadas.

Como resultado desse movimento de idéias, surgiu o compromisso do Império, na Constituição de 1824, em assegurar "instrução primária e gratuita a todos os cidadãos", confirmado logo depois pela lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos, envolvendo as três instâncias do Poder Público. Teria sido a "Lei Áurea" da educação básica, caso tivesse sido implementada.

Da mesma forma, a idéia de fundação de universidades não prosperou, surgindo em seu lugar os cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, em 1827, fortalecendo o sentido profissional e utilitário da política iniciada por D. João VI. Além disso, alguns anos depois da promulgação do Ato Adicional de 1834, delegando às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária, comprometeu em definitivo o futuro da educação básica, pois possibilitou que o governo central se afastasse da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos. Assim, a ausência de um centro de unidade e ação, indispensável, diante das

características de formação cultural e política do país, acabaria por comprometer a política imperial de educação.

A descentralização da educação básica, instituída em 1834, foi mantida pela República, impedindo o governo central de assumir posição estratégica de formulação e coordenação da política de universalização do ensino fundamental, a exemplo do que então se passava nas nações européias, nos Estados Unidos e no Japão. Em decorrência, se ampliaria ainda mais a distância entre as elites do País e as camadas sociais populares.

Na década de 1920, devido mesmo ao panorama econômico-cultural e político que se delineou após a Primeira Grande Guerra, o Brasil começou a se repensar. Em diversos setores sociais, as mudanças foram debatidas e anunciadas.

O setor educacional participou do movimento de renovação. Inúmeras reformas do ensino primário foram feitas em âmbito estadual.

Surgiu a primeira grande geração de educadores, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros, que lideraram o movimento, tentaram implantar no Brasil os ideais da Escola Nova e divulgaram o Manifesto dos Pioneiros em 1932, documento histórico que sintetizou os pontos centrais desse movimento de idéias, redefinindo o papel do Estado em matéria educacional.

Surgiram nesse período as primeiras universidades brasileiras, do Rio de Janeiro em 1920, Minas Gerais em 1927, Porto Alegre em 1934 e Universidade de São Paulo em 1934. Esta última constituiu o primeiro projeto consistente de universidade no Brasil e deu início a uma trajetória cultural e científica sem precedentes.

A Constituição promulgada após a Revolução de 1930, em 1934, consignou avanços significativos na área educacional, incorporando muito do que havia sido debatido em anos anteriores. No entanto, em 1937, instaurou-se o Estado Novo concedendo ao país uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência um grande retrocesso.

Após a queda do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais foram retomados e consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviados ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi finalmente aprovado em 1961 (Lei nº 4.024).

No período que vai da queda do Estado Novo, em 1945, até a Revolução de 1964, quando se inaugurou um novo período autoritário, o sistema educacional brasileiro passou por mudanças significativas, destacando-se entre elas o surgimento, em 1951, da atual Fundação CAPES, que é a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, a instalação do Conselho Federal de Educação, em 1961, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, além da expansão do ensino primário e superior. Na fase que precedeu a aprovação da LDB/61, ocorreu um admirável movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita.

O movimento de 1964 interrompeu essa tendência. Em 1969 e 1971, foram aprovadas respectivamente a Lei 5.540/68 e 5.692/71, introduzindo mudanças significativas na estrutura do ensino superior e do ensino de 1º e 2º graus, cujos diplomas vieram basicamente em ardor até os dias atuais.

A Constituição de 1988, promulgada após amplo movimento pela redemocratização do País, procurou introduzir inovações e compromissos, com



destaque para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo.

Nesses últimos anos o Brasil procurou consolidar um modelo decorrente da Carta Magna e consagrada por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei 9.394/96 representou um importante marco, com maior delegação de competência para que as escolas pudessem definir os seus projetos pedagógicos.

Não obstante, o sistema cartorial implantado no Brasil, com um excesso de normas, impede a liberdade das escolas, quer de educação básica, quer superior.

Com a virada do século muitas esperanças foram depositadas, especialmente com a definição de um novo Plano Nacional de Educação, em 2001, para vigir até 2010.

Poderíamos aprofundar uma série de considerações sobre os aspectos históricos da educação, contudo nos cingiremos, nos capítulos seguintes, a apresentar nossa visão sobre essa fase inicial do século XXI.

## Os aspectos controversos sobre a existência de uma política nacional a para a educação a distância no Brasil

As primeiras iniciativas formais de educação à distância no Brasil datam de 1904, quando foram criadas as Escolas Internacionais. Embora existam provas concretas que desde 1891 o ensino por correspondência já era oferecido como alternativa de formação profissional o marco referencial ficou sendo a criação do estabelecimento de ensino, tendo em vista possuir uma estrutura organizada e de duração de longo prazo.

No decorrer desses mais de cem anos as grandes iniciativas partiram do setor privado que promoveu as suas ações sem necessitar da permissão do poder público.

Na fase inicial, além da educação presencial, a única forma possível de disseminar o conhecimento era através de correspondência. As escolas eram livres para escolher as metodologias e produziam os conteúdos que, por sua vez, utilizavam os correios.

Apesar dessa prestação de serviços ser estatal (uma vez que os correios e telégrafos sempre foram monopólio do governo) o poder público era um simples transmissor dos conteúdos pedagógicos. Essa prática permanece, em nosso país, até os dias de hoje.

Um segundo meio utilizado para a EAD foi o rádio que surgiu em 1923 com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Aliás um dos primeiros objetivos da emissora era o educacional.

As escolas por correspondência e radiofônicas exerceram um grande papel durante toda a primeira metade do século 20. Depois vieram o cinema e a televisão, ambos decorrentes de investimentos privados.

Alguns programas educativos foram gerados à época, entretanto sem um processo mais estruturado, o que só veio acontecer com a criação do Centro Brasileiro de TV Educativa.

A Funtevê surgiu como um órgão vinculado ao Departamento de Aplicações Tecnológicas do Ministério da Educação que à época, incorporava as ações do âmbito da Cultura.

Somente em 1972 surge o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) com o objetivo de integrar, em âmbito nacional, as atividades didáticas e educacionais, por intermédio do rádio, televisão e outros meios.

O decreto que o criou teve vida efêmera e um mês depois foi revogado. Um outro ato do governo revigorou o Programa mas, logo em seu artigo primeiro, deixou explícito que o mesmo era um organismo de natureza transitória. Em fins dos anos 70 o Ministério da Educação registrava a existência de 31 estabelecimentos de ensino que utilizavam EAD no Brasil.

A partir de 1970 algumas portarias e decretos foram baixados com medidas voltadas para apoiar o desenvolvimento da radiodifusão educativa.

Iniciativa pioneira ocorreu em 1988, quando foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar "uma política de EAD e formular propostas de cursos a distância". Em fevereiro do ano seguinte foi apresentado o texto final do documento intitulado "Por uma Política Nacional de EAD". Destacava-se a proposta de criação do INED - Instituto Nacional de Educação a Distância que acabou não prosperando.

Em 1992 surge um documento oficial estabelecendo uma Política de Educação a Distância ou Teleducção. O resultado positivo da iniciativa foi o forte apoio ao projeto piloto "Um Salto para o Futuro", criado um ano antes.

A edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996, trouxe, pela primeira vez, a inserção formal da EAD em todos os níveis, sendo positiva em todos os sentidos. Antes as normas legais, falavam mais em ensino supletivo com apoio dos correios, rádio e televisão.

A mesma lei exigiu que se criasse um Plano Nacional de Educação, de duração plurianual. Duas propostas surgiram, sendo uma do Poder Legislativo e outra do Executivo que acabaram se fundindo num documento extenso e inconsistente, com poucas propostas objetivas sobre a educação à distância. O PNE foi aprovado em 1991 prevendo ações para dez anos.

O presente estudo mostra que não temos, na verdade, uma Política Nacional para a Educação a Distância no Brasil. Aliás, não conseguimos obter, do poder público, sequer uma política nacional para a educação, no sentido mais amplo.

Há controvérsias se deveríamos ter uma política setorial para a modalidade. Diversos debates ocorreram sobre o assunto, especialmente a partir do 3º Encontro Nacional de EAD, realizado em 1991, quando o tema "A política nacional de EAD" foi amplamente debatido.

Inexiste um consenso entre os doutrinários sobre o assunto. Particularmente nos aliamos aos que entendem que o Brasil não deve ter um tratamento especial para EAD. Estamos carentes de políticas públicas consistentes para alavancar o desenvolvimento da educação e nelas existem dispositivos para todos os níveis e modalidades. A matéria deve ser amplamente estudada pela sociedade civil e pela comunidade acadêmica levando-se as conclusões e propostas ao poder público.

Não devemos ficar mais esperando que as autoridades constituídas tomem a iniciativa. Aliás tempo não faltou para isso. Diversos governos passaram e nada surgiu de novo para beneficiar amplamente a população e resgatar a enorme dívida social acumulada ao longo dos anos. É hora de passarmos das idéias às ações!

O país não pode mais ficar numa posição passiva. Precisamos democratizar a educação de qualidade usando, inclusive, as tecnologias aplicáveis aos processos da aprendizagem e possibilitar o efetivo ingresso em novos tempos

## O pioneirismo da Revista Pedagógica no cenário educacional

A imprensa brasileira surgiu com a chegada da Família Real, em 1808. Antes todos os jornais, livros e revistas eram elaborados no exterior e passava pela Real Mesa Censória, órgão oficial da Colônia que se encarregava em definir o que poderia ser difundido e o que era proibido em nosso território.

Vários registros históricos contam que existiram importações ilegais, caracterizadas como um recomendável contrabando literário. Muitas dessas obras influenciaram as idéias revolucionárias de independência, abolição e outras que felizmente prosperaram anos mais tarde.

Com a comitiva de D.João VI vieram as máquinas tipográficas que permitiram, logo a seguir, a circulação dos primeiros jornais e a impressão de revistas e livros. A cultura brasileira avançou significativamente graças a esse fato e permitiu que se alavancassem os grêmios literários, academias e outros centros de educação, ciência e áreas afins.

Na área educacional, contudo, o primeiro periódico só surgiu muito mais tarde, um ano após a Proclamação da República. O marco referencial foi a “Revista Pedagógica”, cujo primeiro volume foi lançado em 15 de novembro de 1890.

Seu primeiro diretor foi Menezes Vieira e a mesma era financiada pelo governo brasileiro, sendo distribuída gratuitamente aos professores públicos e aos estabelecimentos de ensino.

Os principais temas definidos numa linha editorial eram centrados em dois focos: um, de caráter oficial, trazia os atos legais relativos à instrução primária e secundária e outro, com conferências, prática de autores nacionais e estrangeiros, juízos críticos sobre os métodos e processos de ensino, informações de utilidade para o progresso do professorado nacional e crônicas.

A Revista Pedagógica era um misto do que poderíamos dizer um Diário Oficial da Educação e um informativo voltado para o progresso dos mestres da época. O primeiro volume teve 140 páginas repletas de temas interessantes.

Compulsando-se suas seções é possível se ver o decreto, através do qual Deodoro da Fonseca criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telegraphos (embrião do atual Ministério da Educação). Uma das práticas salutaras da época era a de haver uma prestação de contas dos recursos públicos e das viagens feitas ao exterior.

Logo nas primeiras páginas havia relato de missões feitas a países da Europa e Estados Unidos da América. Estados Unidos da América para que os professores conhecessem os novos métodos de ensino e, em seus retornos, trouxessem equipamentos para as escolas, inclusive máquinas de escrever, prancha para cálculos, esferas terrestres, pianos, partituras musicais e obras mais importantes, inclusive acerca da educação dos cegos. No segundo bloco vem à parte mais rica para a formação e informação dos docentes.

Destaca-se a publicação, de forma detalhada, de um manual contendo métodos franceses de ensinar as matérias do primeiro grau. O mesmo servia de

orientação e era um guia prático para o ensino de gramática, aritmética, desenho, etc.

A cada número existia uma personalidade em destaque e no Pantheon Escolar da edição inaugural foi homenageado Benjamin Constant, o primeiro Ministro da Instrução Pública. Outro bloco trazia as chamadas “Chronica do Exterior” e “Chronica do Interior”, enfocando as boas experiências educacionais. Alemanha, Áustria, Argentina, Bélgica, Chile, Costa Rica, Dinamarca, Estados Unidos, França, “Hespanha”, Inglaterra, Itália, Japão, México, Rússia, “Suissa”, Turquia e Uruguai abriram as informações de outras nações.

A ênfase brasileira foi conferida aos bons resultados obtidos no Estado do Pará onde já existiam eleições para os conselhos escolares municipais onde eram considerados aptos para votar, além dos homens, as mulheres casadas, as viúvas que “vivam honestamente”, as solteiras maiores de 21 “anos” que estejam nas mesmas condições e os estrangeiros que provarem ter família no Estado.

Por fim a Revista Pedagógica trazia as aquisições feitas para a biblioteca e para o museu e as visitas ilustres que ocorriam ao Pedagogium (que era um centro de excelência e multiplicação escolar).

Essa pesquisa mostra que, decorridos 115 anos, evoluímos em muitos aspectos mas também regredimos, especialmente no campo do apoio aos professores e na satisfação à sociedade do que se faz com os recursos públicos.

O Brasil conta atualmente com centenas de revistas educacionais, impressas ou virtuais, contudo não conseguimos contar com um periódico tão abrangente como foi a Revista Pedagógica.

A importância que era dada à educação, no início da República, foi sendo relegada a um segundo plano com o passar dos anos. Muitos fatores, internos ou externos à escola, contribuíram com uma desvalorização do papel do professor no Brasil.

Os fatos históricos servem para registrar épocas e comportamentos e a Revista Pedagógica, que circulou durante cerca de seis anos, serviu como um marco referencial.

Apesar de já haver passado mais de um século, os seus ensinamentos e exemplos continuam extremamente atuais e poderiam servir de paradigma para muitos governantes que insistem em priorizar outros interesses em detrimento da educação pública.

Vangloriamo-nos, nos dias de hoje, de estarmos tornando o ensino oficial obrigatório a partir dos seis anos de idade. Na revista de 1890 a “Chronica do Exterior” divulgava que, na Argentina, o ensino primário passara a ser obrigatório, dos 6 aos 14 “anos”, leigo e gratuito; se era para copiarmos nossos irmãos portenhos, por que esperamos tantos anos?

## As políticas institucionais como fator relevante para a avaliação

Os sistemas gerenciais modernos recomendam a existência de políticas internas que permitam contribuir para o desenvolvimento das organizações. Esse princípio é adotado eficientemente em entidades públicas ou privadas, independentemente de seus portes, ramos de atividades e movimentos econômicos ou sociais.

Numa época em que a competitividade é fundamental para o sucesso a falta de uma política clara que permita uma visão de longo prazo, tanto para os integrantes da equipe, como para os usuários dos serviços, pode significar uma estagnação e mais do que isso, um forte retrocesso.

O mesmo fenômeno acontece também na área educacional, desde escolas de educação básica até as de ensino superior. Dentro desse contexto o Poder Público, incumbido pela Constituição Brasileira para avaliar a qualidade de ensino nas instituições, vem dando grande importância à existência de uma política para o ensino, a pesquisa e extensão.

O recente Instrumento de Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior, aprovado pelo Ministério da Educação e que integra o Sistema Nacional de Avaliação, determinou que todas as universidades, centros universitários, faculdades integradas ou isoladas, institutos superiores de educação e demais organizações que possuam cursos de graduação façam constar de seus Planos de Desenvolvimento Institucional a política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.

Mais à frente as mesmas normas deixam explícito que também é obrigatória à definição de políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e dos integrantes do quadro técnico-administrativo. Para se ter à dimensão do valor atribuído as duas políticas têm peso, respectivamente, de 30 e 20 numa escala total de 100.

Em outras palavras pode-se dizer que estando corretas as políticas para ambos setores (ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão e pessoal) a escola já garante 50% de aprovação. Todos os demais pontos somam os mesmo cinquenta pontos.

O sistema governamental ainda adiciona mais 5% relativo à política de atendimento ao estudante. Para que a instituição não cometa erros é necessário que exista um grupo de colaboradores que se encarregue por essa parte essencial da vida das organizações.

Antes de aprovação e divulgação ampla das políticas internas é preciso que exista uma análise dos impactos que as medidas trarão nas finanças da entidade. Um erro pode ser fatal, sem retorno ou com um custo elevadíssimo, moral ou financeiro.

Mas, com políticas bem elaboradas, o empreendimento tende a ter crescimento e com isso trazer prosperidade para todos. A ciência gerencial é extremamente importante e tende a se valorizar no futuro. Nenhuma instituição sobreviverá se não

contar com contratos de comprometimento que permitam se conhecer as tendências a médio e longo prazo.

Os planos emergenciais, de curto prazo, podem trazer alguns resultados mas, sem dúvida, refletem insegurança. Todos indagam: que será do amanhã? Sem essa resposta o sucesso é adiado e a instabilidade reina em todos os setores da empresa ou instituição.



## Os desafios da educação a distância no Brasil

O ano de 2006 traz grandes desafios para o desenvolvimento da educação à distância no Brasil, especialmente tendo em vista os resultados positivos que foram alcançados ao longo dos primeiros anos desta nova década.

Após um longo período de descrédito da EAD que decorreu, especialmente, de posicionamentos errôneos adotados pelo Poder Público, por mais de vinte anos, onde alguns Ministros da Educação classificavam a metodologia como um processo de ensino de segunda classe, a pressão exercida por algumas entidades fez com que se notassem avanços no setor.

Uma prática que permitiu grandes debates foi à realização de uma série de eventos. Inicialmente, os Encontros Nacionais e, posteriormente, os Congressos Brasileiros e Internacionais de Educação a Distância permitiram que, a partir de 1989, especialistas se reunissem com absoluta regularidade, em várias cidades brasileiras.(1)

Também tem sua parcela positiva a edição de trabalhos científicos em muitos periódicos (2) através de autores nacionais e estrangeiros.

As conclusões dos congressos e os posicionamentos doutrinários influenciaram na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incorporou a EAD no contexto legislativo, e permitiram mudanças comportamentais por parte do Conselho Nacional de Educação, que credenciou, em 1988, as primeiras instituições para ministrarem cursos superiores num sistema semipresencial. (3)

Entre a edição da LDB e o início de 2006, várias normas foram baixadas pelo Ministério da Educação, objetivando regulamentar a EAD em nível superior, e pelos Sistemas Estaduais de Educação, na educação básica.

Foram notados credenciamentos de 136 instituições públicas e privadas de ensino superior (entre universidades, centros universitários, faculdades e instituições especializadas) e aproximadamente 200 escolas fundamentais e médias, em todo o país. Apesar de ser um número ainda reduzido, se compararmos com os 220.000 estabelecimentos de ensino distribuídos por todas as Unidades da Federação, vemos excelentes programas sendo realizados tanto por grandes como por pequenas organizações.

A implantação da metodologia por instituições bem referenciadas ajudou a referenciar a EAD, permitindo que os brasileiros vissem que o sistema não servia somente para facilitar a obtenção de diplomas, como apregoavam os predadores do passado. Paralelamente, o Executivo Federal criou a Secretaria de Educação a Distância, trazendo-a para o âmbito do Ministério da Educação e consolidando os trabalhos esparsos desenvolvidos por vários setores do governo. Isso fez com que se demonstrasse, no cenário das políticas públicas, que existia um reconhecimento à irreversibilidade da EAD no Brasil.

O término de uma fase de expectativas sobre a EAD brasileira se deu exatamente nove anos após a edição da Lei de Diretrizes e Bases, com a publicação de um novo decreto, permitindo a criação de programas de pós-graduação stricto sensu à distância.

Complementando essa demonstração de vontade, o MEC articulou a criação do projeto Universidade Aberta do Brasil que não chega a ser propriamente uma universidade aberta como existem em vários países e pretendiam os projetos de lei que tramitaram no Congresso Nacional desde 1972 (4) e foram abortados por um malfadado Parecer do finado Conselho Federal de Educação. (5).

Feitas essas considerações sobre o passado recente da EAD, podemos compartilhar algumas prospecções acerca dos desafios para 2006. Em primeiro lugar, entendemos, encontra-se a regulamentação dos programas de mestrado e doutorado a distância, cuja incumbência foi delegada, pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (6).

As normas complementares para o funcionamento do *stricto sensu* à distância terão uma grande importância, não em termos de quantidade de cursos, mas em relevância estratégica, pois será possível se ter, em todos os níveis, programas de EAD.

O prazo para a edição dessas regras foi fixado em 180 dias contados da publicação do decreto, que ocorreu no dia seguinte à supramencionada.

Um segundo item vincula-se à concessão de tratamento tarifário diferenciado para os programas com o uso da metodologia. Hoje se paga no Brasil o mesmo custo para se transmitir conteúdos pedagógicos ou pornográficos, muito embora a legislação assegure preços especiais para o primeiro. Para que essa perversa regra seja mudada, basta um decreto específico por parte da Presidência da República.

Uma seqüência de itens, listados não por ordem de relevância ou prioridade, se apresenta como desafio. A questão passa pela infra-estrutura e pela logística, especialmente nas escolas públicas de educação básica, onde apenas 5,8% dos estabelecimentos de ensino possuem mais de dez computadores e tão somente 13,6% acessam a internet. (7) Sem que existam fortes investimentos no setor a EAD, será elitista e não permitirá a democratização da educação de qualidade, especialmente para os excluídos socialmente.

Será importante que em breve os Estados, por meio especialmente dos Conselhos e Secretarias Estaduais de Educação, adaptem suas normas ao Decreto de 2005, sem criarem exigências absurdas que impeçam os projetos nacionais, e que não excluam das oportunidades de ascensão funcional os servidores públicos que obtiverem seus ensinamentos por meio de cursos ministrados por EAD. (8)

A regulamentação criada pelo MEC impôs que exista, na própria esfera governamental, um sistema de transparência de todas as informações. Isso será importantíssimo para que todos tenham acesso ao que já existe e ao que está tramitando no governo. (9)

Precisamos ter também no Brasil um maior número de trabalhos acadêmicos bilíngües sobre as experiências bem e mal sucedidas em EAD e portais eletrônicos ou impressos para que as mesmas sejam bem difundidas. A doutrina ainda é reduzida, se comparada com outras nações, muito embora os níveis qualitativos sejam satisfatórios.

A produção de material didático iniciará uma fase de uso com menor intensidade dos "conteudistas" em favor da adoção de textos eletrônicos ou convencionais utilizados nos cursos presenciais. Para que é preciso se reescrever o que já há com tradição e reconhecimento público no mercado editorial?

No contexto das instituições que já adotam programas de EAD, o desafio é a viabilização econômico-financeira dos empreendimentos, sem perder a qualidade. Muitas iniciativas bem estruturadas pedagogicamente estão sendo sacrificadas por não alcançarem os resultados esperados pelos empreendedores.

A figura do "tutor" tende a ser substituída (pelo menos na nomenclatura). A definição jurídica do termo afirma que é uma pessoa responsável por um incapaz. As instituições e os próprios alunos não aceitarão ser equiparados aos desprovidos de poderes. Uma das missões dos especialistas é encontrar um novo termo, mais adequado.

Será desafiador repensar o conceito de avaliação. Face aos avanços das tecnologias, continuará sendo preciso deslocar alunos ou avaliadores para um encontro presencial e uma verificação "cara a cara"?

Vale registrar também que um dos desafios é a adoção, com maior intensidade, de conteúdos das disciplinas dos cursos superiores de graduação. Uma portaria ministerial permite que 20% da carga horária sejam desenvolvidos de forma semipresencial. O percentual, definido de formas aleatórias, precisa ser abolido sendo transferida às instituições de ensino tal atribuição, conforme as características peculiares de cada projeto e as condições próprias de cada casa de ensino.

Outra tarefa relevante será a de convencer os Tribunais de Contas a aceitar a aplicação de recursos públicos com uso da metodologia. Em alguns Estados há restrições de que prefeituras façam gastos em programas de EAD.

A adequada formação de profissionais para a educação ganhará espaços, especialmente para atender às demandas que surgirão nas instituições públicas. Capacitá-los corretamente é um dos desafios.

Chegando-se a um dos itens mais frequentes nos dias de hoje - os eventos realizados sobre EAD, é preciso que sejam planejados de forma mais harmônica, evitando desperdícios de esforços e repetições de temas. Já foram realizados ou estarão sendo promovidos congressos, seminários, encontros e outros de denominação similar, por diversas organizações (10) com fins lícitos mas que acabam congregando o mesmo público.

O mais significativo será a Conferência Mundial de EAD que será realizada no Rio de Janeiro em setembro de 2006 (11), representando um grande passo para se mostrar às potencialidades da EAD não só no Brasil como no Mundo. Será talvez o mais importante desafio para que se dê uma cabal demonstração da capacidade dos brasileiros em fazer uma EAD adequada às reais necessidades de uma nação com características tão próprias como as notadas em todo nosso país.

Por fim, cremos, que o maior desafio é o de continuidade do que está dando certo. Muitas das vezes vemos, quando há troca de governos, que são apresentadas coisas boas e novas. Geralmente, os dois termos não representam uma sintonia, onde as boas são antigas, e as novas, ruins.

Em matéria de educação o Brasil é o país do "já teve". Quantos programas excelentes foram abandonados simplesmente por terem sido de uma equipe que deixou o poder? Construindo-se as bases sólidas, a manutenção dos atuais governantes ou a escolha de novos não trará grandes reflexos nas políticas públicas e ações práticas no setor.

*(1) Os quatro primeiros Encontros Nacionais e os três Congressos Brasileiros foram realizados pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, no Rio de*

Janeiro. Com a criação da ABED, os mesmos foram transferidos à nova entidade que os realiza até hoje;

(2) *Revista Brasileira de Educação a Distância* editada pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, Tecnologia Educacional, editada pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, e *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, editada pela Associação Brasileira de Educação a Distância;

(3) A primeira instituição de ensino credenciada para programas de pós-graduação a distância foi a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, na década de 80. Somente em 1998 houve um novo credenciamento, para curso de graduação (Universidade Federal do Pará):

(4) O primeiro Projeto de Lei objetivando a criação da Universidade Aberta no Brasil foi o de nº 962/72, sendo autor o Deputado Alfeu Gasparini;

(5) Parecer do Conselho Federal de Educação sendo relator Newton Sucupira;

(6) Decreto nº 5.622, de 2005, artigo 25, parágrafo 2º;

(7) Situação das Tecnologias de Informação e Comunicação e da educação a distância (in portal do MEC/SEED);

(8) Decreto supracitado, artigo 29, que determina padronização de normas em 180 dias contados da publicação;

(9) *Idem*, artigo 8º, que prevê um sistema de informação aberto ao público;

(10) Os eventos sobre EAD vêm sendo realizados pela Associação Brasileira de Educação a Distância, Associação Virtual Educa Brasil, CREAD - Consórcio-Rede de Educação a Distância, RICESU - Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior, Uni-Rede e outras;

(11) A Conferência Mundial de Educação Aberta e a Distância (22nd World Conference on Open Learning & Distance Education do ICDE), que será realizada pela ABED, de 1º a 5 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro.

## A educação superior à distância: uma análise de sua evolução no cenário brasileiro

Um estudo permanente desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação vem permitindo que se tenham informações exatas sobre as instituições de ensino credenciadas para desenvolvimento de cursos superiores de graduação e/ou pós-graduação lato sensu à distância.

A legislação educacional estabelece que cabe exclusivamente à União os atos de credenciamento para EAD. Apesar desse princípio ser absolutamente inconstitucional, eis que a Carta Magna brasileira define competência dos Sistemas de Ensino (federal, do DF, estados e municípios), o MEC vem sendo o único órgão que expede portarias concedendo o direito de funcionamento dos programas superiores. Os cursos de educação básica têm seus direitos concedidos pelos governos estaduais, tendo em vista uma delegação de competência constante de um decreto federal.

Na maioria dos casos existe um Parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Só fogem a essa regra os cursos chamados experimentais, cuja permissão se dá pela própria Secretaria de Educação Superior, sem manifestação do colegiado educacional.

Apesar de existir um campo específico no site do MEC para registrar as universidades, centros comunitários e faculdades credenciadas, o mesmo sempre está incompleto, causando sérios problemas para as instituições que, apesar de terem os atos formais, ficam à margem dos dados oficiais.

Um registro interessante se prende à percentagem de IES credenciadas, em relação ao número total de escolas superiores existentes no Brasil. Os dados de 15 de outubro de 2005 evidenciam que há em nosso país 2.320 IES, sendo 100 federais, 78 estaduais, 58 municipais e 2.084 particulares. Desse conjunto, 174 são universidades, 110 centros universitários e 2.036 faculdades.

No tocante aos credenciamentos para EAD, vemos hoje 128 que tiveram as portarias governamentais do MEC. Tomando-se por base o universo de casas de ensino superior, a relação é de 5,51%. Ocorre, entretanto, que se observarmos as universidades, encontramos 76 credenciadas, representando 43,67%. Nos centros universitários, esses números são bastante diferentes. Dos 110 existentes, somente 15 estão aptos a funcionar com metodologia de EAD, o que equivale a 13,63%. Por fim, das 2.036 faculdades (isoladas, integradas, centros de ensino superior e outras denominações) apenas 1,81% conseguiram a permissão, correspondendo a um total

de 37.0 IPAE organizou a lista das 128 que tiveram credenciamento, sendo as mesmas divididas por ano. A evolução foi a seguinte:

1998	2
1999	0
2000	4
2001	8
2002	34
2003	25
2004	33
2005(até agosto)	22

Para que se tenha uma análise comparativa entre o número de IES existentes no Brasil, por região geográfica, e as credenciadas para EAD vale o registro dos dados estatísticos oficiais envolvendo universidades, centros universitários e faculdades isoladas (públicas e privadas), a saber:

a) Região Norte	136 (5,87%)
b) Região Nordeste	403 (17,37%)
c) Região Sudeste	1.122 (48,83%)
d) Região Sul	399 (17,20%)
e) Região Centro-Oeste	249 (10,37%)

Fazendo-se a observação entre os dois grupos, conclui-se que em duas regiões (Nordeste e Sul) há algumas distorções. Na primeira, temos números abaixo da média e na última, (superior). Nas três demais, as variações são pequenas, o que permite se afirmar que proporcionalmente temos um certo equilíbrio entre as IES existentes e as credenciadas para programas de EAD.

É certo que haverá, muito em breve, uma forte expansão da educação a distância em nosso país. Os dados mostram um razoável crescimento, entretanto um espaço gigantesco existe especialmente para os programas que tenham qualidade e que diversifiquem suas ações atendendo a educação formal, a corporativa e, especialmente, o processo permanente de aprendizagem.



## A complexa legislação educacional brasileira e seus reflexos na qualidade da educação

Durante os cinco séculos de existência do Brasil nos acostumamos a conhecer e ter que respeitar normas jurídicas baixadas pelos governantes, tanto nos tempos de dominação estrangeira, como nos ditatoriais e democráticos.

Numa primeira fase, quando o nosso país era subordinado a Portugal, vigoravam os alvarás régios, que determinavam o que deveria ser cumprido em todas as áreas, inclusive na educação. As primeiras disposições surgem na primeira metade do Século XVIII, quando sua Majestade, D. João I, baixou atos que interviam no ensino feito, desde o descobrimento, pelos jesuítas.

O intervencionismo estatal na educação data de julho de 1759 e, a partir daí, não houve em nenhum momento o livre direito de ensinar e aprender. A cultura cartorial que herdamos dos portugueses impera até os dias de hoje.

Há uma verdadeira avalanche legislativa, baixada pelo governo em todas as instâncias e sistemáticos processos de interferência que prejudicam o desenvolvimento das instituições.

A educação sofre mais do que os demais setores eis que os resultados são por natureza obtidos em longo prazo. Nenhuma criança que inicie seus estudos hoje terá sua formação superior em menos de 20 anos.

Uma análise desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação concluiu que, nos últimos 100 anos, nenhum jovem iniciou seus estudos e os concluiu num mesmo sistema de educação. Na fase de aprendizado as regras foram mudadas pelo menos uma vez.

Proliferaram as leis e as políticas para a educação, pública ou particular, trazendo, com isso, graves prejuízos para a formação de um povo mais qualificado e competitivo.

O que é mais grave é que não há uma consolidação da legislação que se aplica à educação. Atualmente são mais de cem as leis federais que vigoram e que devem ser respeitadas pelas escolas, alunos, governo e demais integrantes do processo em todo o Brasil. Somam-se as leis estaduais e municipais que acessoriamente ditam regras complementares em suas esferas próprias, infernizando mais o confuso cenário.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que poderia ter sido um marco referencial, não incorporou a legislação anterior a 1996 e já foi alterada por várias vezes. A inflação legislativa é demonstrada de forma fácil por uma simples verificação dos números dos textos legais. Nos últimos oito anos foram editadas mais de 1.600 leis, representando uma média anual de 200 novas determinações impostas à sociedade.

A mais antiga lei que se aplica à educação, pois ainda vigora, é de 1947 e exatamente “autoriza o Poder Público a cooperar financeiramente com os Estados, Municípios e Distrito Federal e particulares na ampliação e melhoria do sistema escolar”.



Para se conhecer os direitos e deveres em educação somos forçados a percorrer 57 anos “garimpando” as leis, decretos-leis e medidas provisórias que são cotidianamente expedidas tanto pelo Poder Legislativo, como pelo Executivo e montar um verdadeiro “quebra-cabeça”.

É hora de se fazer uma Consolidação da Legislação Educacional Brasileira reunindo, em texto único, o que existe de útil e eliminando um grande “entulho legislativo” que não traz nenhuma verdadeira contribuição à melhoria da vida dos brasileiros. No passado duas iniciativas foram tomadas, entretanto, por falta de vontade política sucumbiram antes serem consolidadas.

O Brasil não tem condições de prosseguir sem se saber o que é obrigado ou não na educação. Quando um povo conhece os seus verdadeiros direitos exige mais do governo e da sociedade e o Judiciário tem condições de agilizar a solução das demandas,

Não se pode conceber que num país com 513 deputados federais, 81 senadores e um Ministério da Educação, todos a princípio comprometidos com o bem estar público, possa perpetuar esse quadro que só traz prejuízo para os mais de 60 milhões de estudantes que estão matriculados em 220 mil escolas, distribuídas por mais de 5.500 municípios.

Basta a iniciativa de qualquer um desses agentes para que se inicie o processo e, com isso, permita ser mais eficaz a participação de todos na melhoria da educação brasileira.

## Os retrocessos decorrentes de medidas governamentais

A pouca visão dos que tentavam ver com os faróis virados para traz e andavam na contra-mão do mundo e as alquimias para se “carimbar fibra óptica” – Gostaríamos de não estar escrevendo esse capítulo.

Tão bom seria que só pudéssemos relatar os progressos mas, na vida, aprende-se muito com os erros do passado para evitar ações repetitivas e desastrosas no presente, com fortes prejuízos sociais e econômicos no futuro.

No campo da educação, de uma forma geral, muitos foram os erros e que fizeram que no país existisse uma multidão de analfabetos plenos e funcionais.

Apesar de estarmos incluídos dentre as treze maiores economias do mundo, estamos em posições não invejáveis nos índices socio-educacionais, se comparado com outras nações.

O Brasil carece de políticas públicas para o setor da educação. Muitos são os programas e projetos mas são efêmeros e abandonados a cada substituição dos titulares, especialmente no Ministério da Educação.

Não dispomos de um Plano Nacional de Educação eficaz. O elaborado pelo Poder Legislativo e transformado em lei federal, não vingou pois o Executivo vetou os recursos financeiros para implementar as ações e praticamente nada aconteceu, apesar de ainda estar vigindo.

A EAD sofre os reflexos pois, por estar integrado no contexto educacional, não pode andar de forma isolada. Há vários culpados pelo estado de pouco avanço no setor. Talvez o maior sejamos todos nós, brasileiros, que nos acostumamos a assistir passivamente os erros do governo. Não conseguimos manifestar uma indignação maciça e alguns poucos protestam, sem contar com repercussão na grande imprensa e no próprio meio acadêmico.

Deixando-se de lado a falta de um sangue mais latino em nossas veias, onde as manifestações acontecem com maior intensidade, vejamos alguns grandes obstáculos para o progresso da EAD. Não os enumeraremos por ordem cronológica nem de importância mas apenas os elencaremos.

Sabemos que dentre os educadores, detentores do poder (atual e passado) e especialistas seremos contestados. Não queremos ser donos da verdade mas não podemos deixar de colocar o que passa em nossa mente e coração, com alegrias e frustrações acumuladas em algumas décadas de atuação no campo educacional

Um primeiro ponto que entendemos altamente prejudicial é a exigência de “momentos presenciais”, especialmente para a avaliação dos alunos. O mundo hoje conta com poderosas ferramentas para evitar os deslocamentos físicos. As teleconferências permitem a interação com absoluta segurança. Vemo-nos em frações de segundos de qualquer parte do mundo.

A telemedicina realiza operações a distância; o Poder Judiciário toma depoimento de presos, condenando-os à penas longas ou absolvendo-os por mecanismos a distância. Por que na educação temos que um “cara-a-cara” nem que

seja para, como dizem alguns operadores de atendimento em instituições, “fazer um encontro pela manhã e uma provinha à tarde”? Temos medo da pirataria intelectual, aliás tão comum nos horrendos sistemas de monografias, teses e dissertações?

A fraude – eletrônica ou presencial – obviamente tem que ser combatida mas não é exigindo que se exija o deslocamento de professores ou avaliadores somente para ver se o aluno é realmente o aluno. O Brasil tem dimensões continentais e os custos e riscos de deslocamento são enormes.

Precisamos mudar o conceito de presença, retirando o vício do comparecimento físico por virtual. Instalando-se uma câmara em qualquer computador é possível, a baixíssimo custo, interagir. Os encontros presenciais são sempre agradáveis e proveitosos mas isso deva ser uma opção de cada um (escola e aluno) e não uma “camisa de força” para todos.

Uma simples manifestação do Conselho Nacional de Educação pode permitir essa prática e, objetivando, provocar esse posicionamento, o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, dentro do pioneirismo que marca suas ações no Brasil, acaba de encaminhar consulta ao órgão colegiado que tem por atribuição definir os grandes assuntos no setor.

Espera-se que os “faróes” sejam virados para frente e o nosso país seja libertado desse ranço do passado que ainda persiste nos dias de hoje. Um segundo ponto prende-se à exigência de limites territoriais para a EAD. Alguns Conselhos de Educação, especialmente Estaduais, entendem que é possível se restringir as ações das instituições a determinadas áreas geográficas.

As normas são de difícil cumprimento pois exige que, no caso da educação básica, os projetos para possuírem um cunho nacional sejam aprovados pelos vinte e sete Conselhos de Educação. Além de um custo altíssimo para superar a burocracia imposta e o tempo que levaria para atender às múltiplas exigências, outros pontos são considerados na hora de decisão pelos gestores dos empreendimentos.

No ensino superior as práticas vêm mostrando que é necessário algumas providências operacionais que dificultam a liberdade de aprender e de ensinar, prevista em nossa Constituição Federal. Dentro desse mesmo foco territorial encontramos um terceiro ponto, inimaginável para as pessoas de bom senso. Exige-se o reconhecimento, por uma universidade pública, dos títulos obtidos no exterior.

Um egresso de uma instituição das mais bem conceituadas do mundo têm que submeter o seu diploma a uma universidade brasileira (pública, com boa ou péssima avaliação), para revalidar o estudo.

Não são respeitados os acordos internacionais – inclusive na área da educação – o que coloca em risco uma reciprocidade exigida nos tratados aprovados pelos países dentro da série de incensastes destacamos, agora, um quarto item. O do ato de credenciamento para que as instituições usem a educação à distância.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer o credenciamento pela União Federal, afrontou o princípio da autonomia universitária e a dos Sistemas (Estados e Municípios), ambos preceituados na Carta Magna.

Hoje todas as escolas para criarem cursos através de EAD têm que encaminhar processo para ser apreciado e gerar o credenciamento específico. No caso do ensino superior, o caminho é o Ministério da Educação e, para as básicas, as Secretarias de Educação dos Estados.

É um absurdo exigir-se que, especialmente, as universidades tenham que aprovar seus projetos para EAD no MEC. Maior perplexidade é se ver que as instituições, passivamente, se submetem à rotina. Ao longo de dez anos de vigência da lei nenhum questionamento judicial ou administrativo foi notado para derrubar essa regra arbitrária da lei federal.

Agrava-se a situação quando são cursos voltados para as áreas jurídicas e de saúde que mesmo as credenciadas são obrigadas a submeter-se a um novo processo antes de início de funcionamento das turmas.

Talvez por isso, das mais de 212.000 escolas existentes no Brasil temos cerca de 200 credenciadas para programas de EAD. Há uma exceção à regra e uma portaria do MEC admite que sejam adotados 20% dos conteúdos dos cursos de graduação por sistema semipresencial.

Mesmo havendo algumas restrições essa medida pode ser considerada um avanço, embora ainda tímido. Entremos numa quinta barreira: o da cultura do credenciamento e os certificados e diplomas “carimbados”. Criou-se no Brasil uma cultura cartorial, aliás herdada de nossos antepassados. Dá-se mais valor ao diploma do que ao conhecimento.

Os governos federal, estaduais e municipais somente reconhecem como válidos para ascensão funcional e melhores níveis de remuneração de seus servidores os estudos feitos em instituições que estejam credenciadas.

Os cursos podem ser péssimos mas se tiver o “carimbo” é ótimo. Inversamente, o melhor dos programas, se não for ministrado por entidades da lista oficial, não vale. As regras são normalmente inflexíveis e assim o mercado fica mais restrito para as unidades de ensino que oferecem opções inovadoras, mas sem a “Carta Régia”. Corporativo ou no mercado privado.

Assemelha-se, em muitas ocasiões, como um comprador mais preocupado com a “nota fiscal” do que com a “mercadoria”. O sexto ponto vincula-se à pós-graduação *stricto sensu*. Até dezembro de 2005 era proibido qualquer programa de mestrado ou doutorado a distância. Com o novo decreto regulamentador foi possível o uso da EAD entretanto o órgão regulamentador acessório – a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), apesar de ter um prazo para baixarem diretrizes, vem se omitindo e até julho de 2006 nenhuma universidade ou instituto imantou um programa com reconhecimento.

Os mestrados que funcionavam na “vacancia legis” foram suspensos por pressões do Executivo Federal. Outros pontos poderiam ser registrados marcando um posicionamento dos gestores dos órgãos públicos, numa fase mais atual. No passado outros agentes do mal prejudicaram o desenvolvimento da EAD.

No Congresso Nacional parlamentares apresentaram propostas para criação de instituições públicas e outros para permitir a EAD. Os diversos projetos de lei foram arquivados por razões diferentes e em algumas ocasiões, quando eram solicitados os pronunciamentos do Conselho Federal de Educação os resultados eram os piores possíveis ajudando a abortá-los.

Com algumas exceções o extinto C. F. E, (que funcionou até os meados de 1990) obteve boas iniciativas. As décadas de 80 e 90 foram repletos de pareceres não recomendativos de programas. O mais prejudicial foi o que não incentivou a implantação da Universidade Aberta, após uma visita de um grupo de conselheiros à Open University inglesa.

Registra-se uma permissão dada à Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, em 1985, para cursos experimentais de pós-graduação lato sensu e outros poucos pareceres destinados à algumas instituições.

Há de se fazer justiça a um posicionamento mais avançado do professor Arnaldo Niskier que promoveu uma série de estudos e encontros para mostrar as potencialidades da EAD.

Com o novo Conselho Nacional de Educação alguns avanços surgiram, com os primeiros credenciamentos, a partir de 1998. Apesar de excessivas prudências em muitos casos, destacaram-se as atuações dos conselheiros Lauro Ribas Zimmer e Efrem de Aguiar Maranhão.

Mais recentemente os professores César Callegari e Edson Nunes têm tido ousadia em alguns casos, contudo o Ministério da Educação, por meio dos seus órgãos técnicos, vem recomendando, em diversas ocasiões, que o Ministro não homologue os pareceres e, com isso, não há validade do posicionamento do CNE. É necessário que sejam revogadas resoluções e portarias e para isso basta a existência de vontade política (e pressão dos interessados).

Em educação há muita semelhança ao trânsito. Quando são retirados sinais vermelhos (e guardas que insistem em dar regras em baixo dos mesmos) os veículos fluem melhor.

Esperamos que exista mais liberdade e que sejam aposentados os “carimbadores de fibras ópticas” para que o uso da EAD amplie-se em muito, permitindo a democratização da educação de qualidade.

# O que ainda falta ser feito na educação básica no Brasil

## *1 - O cenário da educação brasileira*

O Brasil possui um extraordinário potencial, e estudos feitos por diversas organizações mostram as tendências positivas nos próximos anos.

Ocupamos a 13ª colocação dentre as economias do mundo, e podemos subir sensivelmente nesse ranking nas próximas décadas.

Nossa população, hoje de mais de 186 milhões de pessoas, deve chegar, em 2050, a 260 milhões.

Possuímos 126 milhões de eleitores, o que demonstra uma significativa taxa de participação no processo democrático.

No campo da educação, dispomos de uma rede composta por 212 mil estabelecimentos de ensino, atendendo aos 56 milhões de alunos, que são atendidos por 2,5 milhões de docentes. Todas os 5.561 municípios possuem escolas de educação básica.

A legislação civil não inclui a educação como bem público, embora afirme que é um direito de todos.

As escolas particulares podem funcionar, desde que autorizadas pelo Poder Público. Existem cerca de 35 mil colégios funcionando com cursos de educação básica e 2 mil atuando no nível superior.

A legislação educacional assegura que as escolas podem definir seus projetos pedagógicos com liberdade, e é prevista uma responsabilidade compartilhada no processo educativo entre o Estado e a família.

O Sistema Educacional é estruturado através de três níveis: o Sistema Federal de Ensino, que congrega as unidades de ensino mantidas pela União e as instituições de ensino superior vinculadas à mantenedoras particulares, os Sistemas Estaduais (onde se inclui o do Distrito Federal) e os Sistemas Municipais, aos quais se subordinam as demais casas de ensino.

Há norma constitucional que assegura que o ensino público, em todos os níveis e modalidades, é gratuito. As universidades e os centros universitários, estatais ou privados, gozam de autonomia administrativa, didática e financeira. Já as faculdades não possuem essa prerrogativa e seus atos são mais dependentes do Poder Público.

Ao lado das escolas oficiais, existe uma significativa rede de cursos livres e centros de formação ou aperfeiçoamento profissional, chamados mais recentemente de universidades corporativas. Têm liberdade plena de funcionamento pois independem de autorização ou credenciamento, não lhes sendo permitida a expedição de diplomas para exercício profissional. Existem importantes Centros de Pesquisas, onde se vê uma considerável produção científica.

A educação é dividida em dois grandes grupos: básica (congregando a educação infantil, o ensino fundamental e o médio) e o superior (com cursos de



graduação, extensão e pós-graduação, que se subdivide em especialização, mestrado e doutorado).

São previstas as possibilidades de educação a distância, muito embora a grande predominância seja do sistema presencial.

A matrícula, obrigatória no ensino fundamental, cuja duração é de nove anos, deve ser feita aos seis anos de idade. A educação infantil, feita em creches e pré-escolas, tem liberdade quanto aos dias letivos. O ensino médio e superior têm duração variável, conforme o tipo de curso.

São exigidos pelo menos 200 dias letivos (exceto no segmento infantil).

Há programas voltados para a educação de jovens e adultos que não conseguem completar seus estudos dentro das faixas etárias recomendadas. São notadas algumas iniciativas para a alfabetização de adultos.

Dentro desse cenário funciona a educação em nosso país.

## *2. - Aspectos históricos*

A educação foi iniciada no Brasil após meio século do descobrimento.

A primeira escola foi criada em 1549 pelos Jesuítas, que administraram o sistema educacional, com exclusividade, por 210 anos.

Somente em 1759 é que o Estado intervém no processo, chamando a si a responsabilidade pela administração das unidades de ensino.

Durante quatro séculos somente existiam escolas básicas. O ensino superior iniciou-se, de forma tênue, com a chegada da Família Real, em 1808, e a primeira universidade somente foi criada na década de 1920.

Quando éramos Brasil Colônia todas as regras vinham de Portugal. Com a independência, as normas passaram a ser nacionais, reforçando-se esse princípio com a proclamação da República.

As reformas da educação se sucederam, assim como os avanços e retrocessos. É incontável o número de propostas modificativas dos sistemas, e poucas são as análises de resultados.

Vale um registro das mudanças sucessivas dos responsáveis maiores pela educação brasileira. Em nossos 184 anos de Independência estamos em nosso 174 ministro encarregado pela pasta, o que representa uma média assustadora de 1,5 ministro/ano.

Em termos de leis somos pródigos, e hoje contamos com mais de 100 textos vigentes no âmbito nacional, sem contar com as leis estaduais e municipais. Não dispomos de uma Consolidação da Legislação do setor, o que dificulta saber o que é permitido e o que é proibido.

## *3. - As deficiências do sistema educacional brasileiro*

Apesar da pujança do Brasil, investimos pouco na educação. Dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) mostram que a média internacional é de 4,9% do Produto Interno Bruto. O governo aplica apenas 4,3%, o que nos coloca em posição de inferioridade, se comparada com outras nações.



Além de aplicarmos pouco o fazemos mal. O custo médio anual do aluno no ensino fundamental é de R\$ 905,00; no ensino médio, R\$ 950,00 e no superior, R\$ 11.480,00.

A distorção entre a educação básica e superior gera múltiplas conseqüências, como veremos a seguir.

As estatísticas mostram que temos 40 milhões de jovens fora da escola e 16 milhões de analfabetos plenos.

Os erros do passado fizeram com que o nosso universo eleitoral, composto por pessoas acima de 16 anos, seja constituído por 8.276.338 (6,57%) analfabetos, 21.301.780 (16,92%) que só sabem ler e escrever, 43.786.924 (34,77%) que não completaram o ensino fundamental e 9.915.887 (7,88%) que possuem apenas essa fase da educação. Os pouco aquinhoados pela educação somam 83.280.929 eleitores, correspondendo a 66,14%. Os graduados em nível superior chegam somente a 4.190.267 (3,33%) e o restante (apenas com o ensino médio ou superior não concluído) completa o quadro de 125.915.479 aptos a eleger nossos legisladores e governantes.

Temos 34,6 mil escolas sem luz, e 50,9 mil estabelecimentos de ensino possuem apenas uma sala de aula.

Apenas 20 mil unidades educacionais possuem laboratórios de informática, e tão somente 22,6 mil têm acesso à internet. Quarenta e três por cento das cidades não estão conectadas à rede mundial de computadores por banda larga, dependendo dos altíssimos custos de acesso discado. Muitos municípios têm que fazer ligações interurbanas para alcançarem as comunicações virtuais.

Ao lado dessa penúria de infra-estrutura, temos aproximadamente R\$ 4 bilhões decorrentes do FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações contingenciados pelo governo federal, ajudando a termos um vultoso superávit primário.

O atual Executivo Federal gastou nos últimos três anos (2004 a 2006) R\$ 985 milhões em verbas de publicidade para mostrarem os seus feitos, inclusive na educação.

Podemos afirmar que há uma universalização de acesso ao ensino básico mas, no superior, apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos conseguem chegar à universidade. No Chile essa taxa é de 21% e na Argentina, 39%.

O ponto crucial da educação brasileira, especialmente a básica, é a baixa qualidade, que provoca repetência e evasão considerável. Os desperdícios são imensos e as conseqüências, irreversíveis. Falta uma política para a educação.

O país não tem um Plano Nacional de Educação viável. O aprovado há alguns anos pelo Congresso Nacional foi abortado pelo Executivo que vetou diversos dispositivos que poderiam ter auxiliado na diminuição das desigualdades sociais.

Há programas nacionais, normalmente de curtos ou médios prazos, objetivando atender a interesses muito mais políticos do que técnicos. A cada troca de Ministro, normalmente os projetos são abandonados e iniciam-se outros novos.

Em matéria de educação, somos o país do "já teve". Ao procurarmos os resultados de boas iniciativas, quando encontramos na esfera governamental alguém que ainda se lembra, há a assertiva de que o mesmo não mais existe ou está sendo reformulado. Essa regra acontece no Governo Federal e em muitos Estaduais.

Já nos Municípios vê-se um processo mais sólido de continuidade pois, apesar das trocas de chefias, as equipes são quase sempre mantidas, até mesmo por falta de opção. Os contingentes de servidores são menores e mais comprometidos com a população. Ademais, é mais fácil o povo localizar e dialogar com o Prefeito ou com o Secretário Municipal do que com o Governador do Estado ou o Presidente da República, tornando a cobrança mais fácil de ser feita.

#### *4. - O que ainda falta ser feito na educação básica*

Entramos agora na parte principal de nosso estudo: o que ainda falta ser feito para democratizarmos a educação de qualidade.

Listamos alguns aspectos, não por ordem de importância ou prioridade eis que as mesmas divergem de região para região.

Um dos primeiros pontos é a melhoria da formação dos docentes e dos administradores educacionais.

Em nenhum segmento se atinge resultado satisfatório, se a equipe não for capacitada corretamente. Dois focos precisam ser observados: o primeiro, na formação das novas pessoas que atuarão nas escolas, e a segunda, na requalificação dos atuais profissionais.

Existem no Brasil cerca de 2.300 instituições de ensino superior. Segundo os dados oficiais do Ministério da Educação, há em funcionamento 1.754 cursos de pedagogia e 1.028 cursos normais superiores. Os docentes são graduados por ambos, adicionando-se os que vêm das licenciaturas. É importante frisar que não se devem adicionar os quantitativos eis que normalmente as universidades, centros universitários, faculdades ou institutos superiores de educação que possuem um curso têm também o outro.

Partindo de um universo de aproximadamente 1.900 instituições, pode-se concluir que não é impossível um programa de modernização desses centros de formação.

O Conselho Nacional de Educação recentemente baixou novas diretrizes para a pedagogia e deu os primeiros passos, mas ainda há muito a ser percorrido nessa empreitada. Não se devem deixar de lado também as escolas normais que, como unidades de educação básica, podem graduar professores para as primeiras séries do ensino fundamental e para atuar nas escolas de educação infantil.

Modernizar os currículos, dando-lhes subsídios para aprimorar os métodos, fará com que os que ingressarem no mercado o façam com mais competência. Precisamos "consertar as máquinas que fazem produtos defeituosos" e acompanhar a qualidade das mesmas para evitar futuras distorções.

O segundo ponto vincula-se a criar um sistema capaz de "consertar os produtos que foram fabricados com falhas". Fazer o "recall" já é uma praxe no mundo industrial e precisa ser adotado no educacional. Esse processo de melhorar os produtos que já estão no mercado deve ser realizado pelas instituições que os formaram e não através de programas emergenciais feitos pelo próprio governo.

Muito tem sido feito de positivo mas não deve caber ao Ministério da Educação esse papel. Aliás, ele não tem essa atribuição. As universidades e demais instituições de ensino podem realizar de forma correta essa empreitada, desde que lhes sejam dados os recursos necessários.

A educação continuada é fundamental no mundo moderno. É preciso, portanto, ser feito como elemento basilar, uma ampla reforma dos sistemas de formação e requalificação dos docentes.

Impõe-se também que sistema semelhante seja feito com os administradores educacionais, responsáveis pela eficiência das atividades-meio. Nenhum professor consegue ministrar uma boa aula se a estrutura for ruim.

Superada essa premissa temos que investir em tecnologia educacional. As escolas e, em especial, os professores e gestores não podem ficar desconectados do mundo.

Não bastam computadores, televisões e outros equipamentos. É imprescindível um sistema operacional que funcione bem como, programas, profissionais de várias áreas e uma rede integrada com custos baixos.

Aplicando-se uma parcela considerável das verbas existentes através de um programa emergencial, isso é possível.

A questão de remuneração dos professores, pessoal técnico e administrativo é importante mas é sabido que, com uma boa administração pública os recursos surgem. Valorizar o magistério é remunerar condignamente e, dar importância ao professor é fundamental.

Um outro ponto vincula-se à existência de escolas fisicamente bem instaladas e conservadas. Quando os espaços físicos são bons, existem equipamentos, biblioteca e outros insumos a motivação para atingir os resultados aumenta sensivelmente.

Vale registro que falta também um amplo processo de mudança no relacionamento com as famílias e com os alunos.

Normalmente os pais são ausentes no processo de educação dos filhos, e quando intervêm exigem dos professores sistemas rígidos de trabalhos domiciliares. Há um mito que escola que não "dá dever de casa é ruim", e isso cria um círculo vicioso. Os docentes, normalmente criados dentro desse sistema, vingam seus sofrimentos do passado com o uso das mesmas práticas de anos atrás.

Ao exigirem que alunos estudem inutilidades, fazem com que milhões odeiem a escola, e o que deveria ser bom passa a ser horrendo. Daí a evasão e a repetência, ambos gerados pela falta de motivação.

O sistema de avaliação, quase sempre calcado em provas onde pouco se exige do raciocínio e muito se quer da "decoreba", reprova bons alunos e promove medíocres.

Os conteúdos constantes de muitos livros didáticos mostram que há páginas de mais para assuntos de menos. O Programa Nacional do Livro Didático, que funciona operacionalmente bem peca por fazer com que as editoras padronizem conteúdos ensinados de norte a sul, de leste a oeste, num país com dimensões continentais, e isso obviamente não dá certo.

Falta, portanto, uma revisão dos conteúdos e um forte ajuste à realidade regional e local. Ensinar meio ambiente ou programas de saúde, por exemplo, de maneira igual em todo o Brasil é uma aberração.

Pior ainda é fazer-se um sistema nacional de avaliação aplicando a mesma "prova Brasil" em todas as partes. Querem que os desiguais sejam iguais.

É preciso também fomentar novas lideranças. A escola tem um papel fundamental de formar cidadãos comprometidos com os valores morais e com o seu país. O regime autoritário pelo qual o Brasil passou eliminou os grêmios e diretórios estudantis que eram espaços naturais para o surgimento de líderes.

As escolas não incentivam, talvez por receio de questionamentos quanto às suas práticas, os movimentos dos estudantes. Os estabelecimentos de ensino não perderão, se houver uma reversão nesse modo de agir.

Faltam noções de patriotismo nas escolas. O Brasil não é um "time esportivo" que disputa uma competição temporária. Passando a época da Copa do Mundo quase não se vê bandeiras nacionais tremulando nas vias públicas. Os símbolos são esquecidos, e sem o exemplo da escola não se criam bons governantes e eleitores conscientes.

Carece também o nosso país de um amplo processo de difusão dos direitos e deveres na educação. Não há um serviço público que assegure responsabilidades de alunos, educadores, governo e sociedade.

Muitos outros pontos poderiam ser evidenciados mas gostaríamos de traçar alguns aspectos finais. Todas essas considerações, fruto de uma vivência de mais de três décadas no campo da educação e estudo sobre a educação nos 500 anos de Brasil, são feitas dentro de um espírito colaborativo.

Reconhecemos que milhares de pessoas bem intencionadas trabalham pró uma educação de qualidade no Brasil e conseguem muitos avanços, mas falta-nos uma política educacional ampla e compromissada com o futuro.

A questão educacional não é um assunto de governo. É de estado. Somente com um novo Plano Nacional de Educação, de longo prazo e ajustado aos interesses da sociedade, se atingirão resultados. É imprescindível que existam os desdobramentos através dos Planos Estaduais e Municipais, adequando as metas globais a cada região.

Mais ainda que um Plano, é preciso que exista à vontade de fazer. Dizem os estudiosos que existem dois futuros: um é o chamado futuro do destino, onde as coisas acontecem dentro de um processo natural; outro é o futuro do desejo, decorrente das ações efetivas que exercemos.

Que possamos ser parte integrante desse último que faz acontecerem às transformações!

## A importância do professor na vida do aluno

Uma recente pesquisa feita com jovens entre 14 e 18 anos mostrou diversos pontos da visão de alunos matriculados em escolas de educação básica. Indagados sobre em quem mais confiam a resposta surpreendeu a muitos: 84% afirmaram ser nos professores.

A enquêta registra uma realidade de um mundo moderno, onde a função de educar tem sido transferida em sua quase totalidade às escolas, onde o professor é o elemento fundamental. As famílias, hoje com uma composição bastante diferente das observadas num passado, não mais conseguem participar de forma integral do processo educativo.

Na ausência do cumprimento dessa função histórica por pais e mães, atribulados com suas atividades profissionais, cabe ao docente o exercício do papel de orientador tanto escolar, como de formação para a vida. Na estrutura hodierna os avós têm uma relevância nunca antes notada, entretanto as diferenças etárias geralmente representam um bloqueio para muitos assuntos, especialmente os considerados como tabus.

Um outro aspecto a ser notado é que as crianças são inseridas nas creches ou escolas ainda muito cedo e, quando pertencem a uma classe social mais favorecida, permanecem em tempo integral, aumentando ainda mais o contato direto com os educadores. As tias e tios passam a integrar a família em sua ótica.

Há contudo um descompasso entre a formação dos professores e as exigências da sociedade de agora. A maioria dos cursos universitários que os capacitam dão ainda mais ênfase aos conteúdos do que às relações humanas.

Dentro desse novo cenário o docente tem que conhecer mais as pessoas e saber lidar com suas carências afetivas. Saber transmitir conhecimentos é importante, contudo saber lidar com as crianças e adolescentes, é imprescindível.

O profissional de educação, hoje e no futuro, tem que ter múltiplas atribuições: ser professor, psicólogo, orientador, pai, mãe e, principalmente amigo. Sua importância que sempre foi grande aumenta a cada dia dentro e fora da escola. Quando os pais são ausentes, os tios e tias passaram a ser também pais e mães.

Por fim vale registro que com o avanço da tecnologia muitos ficam conectados sempre com o aluno, sendo uma tábua de salvação em suas angústias e dúvidas e uma alavanca para o progresso pessoal e profissional, compartilhando, on-line, suas angústias e alegrias.

## A infra-estrutura necessária para o desenvolvimento dos programas de educação à distância no Brasil

A educação a distância iniciou no Brasil numa época que somente existiam os correios. Estabeleceu-se um modelo – aliás como em todo o mundo – do ensino por correspondência, a primeira geração da metodologia.

Depois veio o rádio, o cinema, a televisão e mais recentemente o computador que fez com que se notassem a segunda, terceira, a quarta e já, mais recentemente, a quinta geração.

O Brasil dispõe de uma boa rede de correios que atende a todas as cidades. As cartas e, no caso da EAD, os materiais didáticos chegam, com regularidade maior ou menor, aos destinatários permitindo uma interatividade escrita.

A maior barreira para as instituições que adotam os cursos por correspondência e para as que dependem dos serviços estatais para envio postal é o elevado custo. Em nosso país se paga o mesmo preço para encaminhamento de um livro ou de uma revista pornográfica e isso nos traz perplexidade.

Apesar de haver uma legislação que diz que os valores devem ser diferenciados para os materiais de educação, a prática das agências da estatal não possibilita os desembolsos menores e quem acaba pagando são os alunos.

Vendo-se as tecnologias de som e imagens notamos que dispomos de uma excelente infra-estrutura. Há rádios e emissoras de TV que chegam aos mais longínquos territórios mas são raros os programas educativos. As próprias Rádios e TVs educativas fazem mais cultura do que educação. Faltam incentivos e muitas estão sucateadas por falta de repasse de recursos governamentais.

O cinema educativo deixou de existir e não se tem conhecimento de exibição de filmes que apoiem o processo de ensino-aprendizagem. Chegando-se aos tempos modernos encontramos os computadores como o mais eficiente meio de desenvolvimento de pessoas na atualidade.

As máquinas e sistemas operacionais vem sendo produzidos com custos menores e, com isso, possibilitando as compras por governo, empresas, instituições e cidadãos. Apesar de ainda serem poucos os computadores nas escolas de educação básica, especialmente as mantidas pelos Estados e Municípios, o quadro é diferente no ensino superior, onde todas as universidades, centros universitários e faculdades possuem os equipamentos e meios para ligação à internet.

Há promessas de verbas para compras, mas os problemas não param aí. Dos 5.560 municípios 43% não estão conectadas à rede mundial de computadores, a não ser que usem ligações interurbanas e adotem linha discada. Os custos são elevadíssimos. Falta uma política de diferenciação de quantitativos financeiros, conforme os fins.

Mais de 34 mil escolas de ensino fundamental e 7 mil de ensino médio que não têm energia elétrica e isso impede também o uso da informática educativa. Os

últimos dados do Ministério da Educação dão conta que tão somente 22 mil escolas públicas têm internet instalada.

Não se conhece um plano nacional para o setor e os programas avançam e regredem conforme os momentos políticos e a garra de algumas pessoas e não por um compromisso da Nação. Sem existir uma infra-estrutura os programas de EAD ficam limitados. O Brasil, com a dimensão continental que tem, urge de uma série de medidas para que possamos democratizar a educação de qualidade. Isso somente será possível com o incentivo ao desenvolvimento da educação à distância.



## A nova Lei da Educação Superior e seus obstáculos no Poder Legislativo

O governo federal, dentro de sua visão excessiva de estabelecer marcos regulatórios, iniciou estudos com vistas a estabelecer uma nova legislação aplicável ao ensino superior brasileiro.

As diretrizes foram traçadas no âmbito do Ministério da Educação e alguns grupos internos começaram a redigir um documento com extremo detalhismo contemplando práticas já adotadas por meio de disposições infralegais, como decretos e portarias.

A primeira denominação - Lei Orgânica do Ensino Superior - foi abandonada eis que o Brasil já contou com essa nomenclatura em legislação do início do século passado. Outros nomes foram sugeridos até se chegar ao batismo definitivo de Lei da Educação Superior. Não obstante o termo Reforma Universitária prevaleceu no cotidiano das relações na comunidade educacional.

Várias versões foram elaboradas, com diversas contribuições dadas pelas organizações da sociedade civil. Aliás a tônica do diálogo tem sido um ponto alto do Executivo Federal, contudo todas as proposições normalmente não são acolhidas pelos técnicos governicistas e as linhas mestras do arcabouço jurídico permanecem sendo exatamente as mesmas do documento de origem.

O MEC divulgou através de diversos meios e de forma clara e inequívoca os cinco pilares da reforma. São eles: 1) Reformar para fortalecer a universidade pública; 2) Reformar para impedir a mercantilização do ensino superior; 3) Reformar para garantir a qualidade; 4) Reformar para democratizar o acesso e 5) Reformar para construir uma gestão democrática.

Após mais de dois anos de discussões intergovernamentais o Projeto de Lei é encaminhado à Câmara dos Deputados, em regime de urgência, tomando o número 7.200, de 2006.

A Casa Legislativa, acolhendo a forma pretendida pelo Presidente da República, baixou ato constituindo uma Comissão Especial e abriu prazo para que os parlamentares apresentassem emendas. Surgiram 368 propostas, sendo muitas repetitivas e centradas em alguns dos artigos.

Criou-se um impasse e, considerando dois fatores importantes (a crise institucional da Câmara pelas denúncias de favorecimento e corrupção e as eleições), o projeto não avançou forçando ao governo retirar a urgência da matéria.

Como já existiam outros projetos versando sobre o mesmo assunto foram todos apensados ao mais antigo, um de 2004 apresentado pelo Deputado Atila Lira.

Segundo o regimento da Câmara quando há uma Comissão Especial à proposição não vai às Comissões Técnicas (Educação, Constituição e Justiça, etc). Após votação na mesma segue direto para o Plenário da Câmara e, posteriormente, para o Senado Federal.

Aludida Comissão chegou a fazer algumas poucas reuniões mas nada de importante, exceto a escolha do Presidente, três Vice-Presidentes e um Relator.

Novos projetos foram apresentados por parlamentares e todos ficaram agrupados para que não existissem decisões e posicionamentos diferentes para um mesmo assunto.

Com as mais de trezentas emendas criou-se um grande embaraço legislativo de difícil solução, pelo menos em curto prazo. Caberá ao relator acolher ou não as emendas e, se aceitar pelo menos algumas, terá que fazer um substitutivo, que representa uma nova proposta para que os deputados membros da Comissão decidam.

Vale registro que o ato que criou a Comissão Especial estabeleceu que os Partidos Políticos deveriam indicar 32 titulares e igual número de suplentes, o que não aconteceu. Os registros mostram que existem vagas não preenchidas pelas agremiações, numa clara demonstração de falta de interesse pelo tema.

O recesso branco do período pré-eleitoral foi um pretexto para que a reforma não avançasse, contudo houve o retorno dos deputados e nada continua sem acontecer. Alguns deputados que compõem a Comissão não foram reconduzidos para a próxima legislatura, dentre os quais o relator. Isso trouxe um maior desânimo no contexto.

Enquanto o Legislativo não legisla o Executivo permanece dispondo regras com "decretos-ponte" e portarias, trazendo um verdadeiro "inferno astral" para as mais de 2.400 instituições de ensino superior que funcionam no Brasil.

Oficialmente nada impede que o governo, que já editou centenas de Medidas Provisórias, retire o Projeto de Lei e baixe uma Medida Provisória.

Filme semelhante se viu no ensejo da institucionalização do Programa Universidade para Todos. À época o Presidente da República encaminhou um Projeto de Lei. A Câmara não conseguiu avançar e a medida excepcional (aliás não tão extraordinária assim nos dias de hoje) foi editada, possibilitando que o ProUni surgisse. Com a política do fato consumado e sem pressa os Deputados votaram favoravelmente e a MP virou lei.

Finalizando cabe registrar que são obstáculos criados pelo próprio Legislativo que se acostumou a não ser eficiente e deixar que as matérias sejam decididas por quem, pela ordem constitucional, deveria simplesmente executar as leis criadas pelo Poder próprio.

## Os dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional completou, em 20 de dezembro de 2006, o seu 10º aniversário. Fruto de projetos iniciados na Câmara dos Deputados, em 1988, imediatamente após ter sido promulgada a Constituição Federal o texto foi tomando forma com centenas de emendas apresentadas por parlamentares de todas as linhas partidárias.

Diversos foram os relatores nas diferentes Comissões Técnicas mas coube a Darcy Ribeiro a missão de consolidar os pensamentos e redigir o substitutivo final que foi transformado na Lei nº 9.394.

Uma das grandes virtudes da lei foi à liberdade que assegurou aos estabelecimentos de ensino para desenvolverem seus projetos pedagógicos. Destacam-se também o reforço à autonomia das universidades e dos Sistemas de Ensino permitindo que, de forma harmônica, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam funcionar sem haver níveis de subordinação.

Um outro ponto inovador foi a permissão para que a educação a distância existisse em todos os níveis, desde a educação básica até aos mais elevados cursos de pós-graduação. Poderíamos enumerar uma série de benefícios tanto para os educadores, instituições, alunos e de uma forma mais ampla, para a sociedade.

A LDB substituiu a antiga Lei nº 5.692, de 1961, repleta de remendos que existiram tanto no antigo 1º e 2º graus, como no ensino superior. Nesses dez anos algumas mudanças foram feitas nessa lei geral da educação mas todas sem maiores impactos na estrutura. A fúria legislativa que existe em nosso país praticamente não alcançou.

Foram cerca de dez diplomas legais editados, acrescentando disposições normativas, em pequenas proporções. Poderíamos ter avançado na melhoria da qualidade da educação se todas as recomendações fossem seguidas. Tivemos a liberdade em agir mas houve receio da liberdade.

Aliás essa é uma das características que vem sendo notada no brasileiro, especialmente o dos últimos tempos. Precisamos sair da inércia em muitas ocasiões para que exista o progresso. Entre os prós e contras das práticas saímos vencedores.

É importante que nos próximos anos os educadores sejam incentivados a ousar.

O arrojo para as mudanças é fundamental nos dias de hoje. Há quem diga que no futuro o mundo estará dividido em apenas dois grandes grupos: os que são ágeis e os que “já morreram”.Ninguém quer ficar no último e por essa razão existirão alterações de comportamento.

Não existe dúvida também que se tivéssemos um Plano Nacional de Educação eficiente à lei teria dado mais resultados. Faltam-nos políticas públicas mas isso não é falha da legislação e sim dos que exercem o poder. Por fim cabe-nos expressar nossa alegria por termos um legado de Darcy Ribeiro que vem permitindo que o progresso se instale em nosso Brasil.

Cabe agora a cada um de nós fazer a sua parte e exigir que existam menos intervenções na liberdade de aprender e de ensinar, consagrada na Carta Magna como também na lei maior da educação brasileira.

## Quadro político nacional e seus reflexos no setor da educação

O ano de 2007 inicia-se com um novo mandato do Presidente da República que terá atribuições de governar o país até 31 de dezembro de 2010. Cabe ao chefe do Executivo administrar as políticas públicas que forem definidas tanto pelo próprio Poder, como pelo Legislativo.

Em números absolutos o País possui 60.000.000 de alunos matriculados em 220.000 escolas, entre públicas e privadas. A livre iniciativa é maioria no ensino superior, contudo minoria na educação básica.

O Plano Nacional de Educação, de duração plurianual (10 anos) aprovado por uma lei federal, deveria ser o balizador para as práticas governamentais mais isso não vem sendo seguido nos anos passados (e provavelmente não será observado na nova gestão).

Falta ao Brasil um conjunto de programas com duração de longo prazo. Temos experimentado, por ensaio e erro, muitos projetos. Alguns com êxito; outros com retumbante fracasso. Os primeiros muitas das vezes não são seguidos e os últimos, apesar de infrutíferos, continuam recebendo atenção e recursos.

Nas nações politicamente mais estruturadas, o Legislativo é quem toma a iniciativa em propor leis e estabelecer as grandes linhas de interesse da sociedade. Aliás, os parlamentares são os representantes do povo e foram eleitos pelo voto de milhões de pessoas.

No Brasil, apesar de contar com uma democracia sedimentada, os deputados e senadores – especialmente os do último período legislativo – não conseguiram atingir as metas que pretendiam. Ao término de 2006 restaram mais de 15.000 matérias para serem apreciadas pelas diversas Comissões Técnicas, inclusive as de Educação.

Alguns bons projetos serão arquivados, tendo em vista que seus autores não foram reconduzidos e o regimento das Casas prevê o arquivamento dos mesmos podendo, contudo, serem prosseguidos caso algum membro requeira a continuidade.

Em análise sobre as origens das leis da educação vemos que a maioria não surgiu por propostas dos legisladores mas sim por projetos enviados pelo Executivo ou através de conversão de Medidas Provisórias.

Inverte-se, dest'arte, os papéis dos entes: o Executivo legisla e executa e o Legislativo, na maioria dos atos, fica como um mero coadjuvante, homologando as decisões já tomadas.

Espera-se que os Deputados e Senadores atuem de forma pró-ativa nessa legislatura que está começando. Os gregos, em sua sabedoria de milênios, já diziam que primeiro dever-se-ia resolver politicamente os assuntos para então, depois, cuidar-se da parte técnica.

Na esfera da União não tivemos anúncio oficial do Ministro da Educação para os quatro anos de mandato. Aliás, nunca o tivemos, tendo em vista que há a cultura

de uma sucessiva troca de titulares em espaços médios anuais. Ao longo de 178 anos de independência tivemos mais de 170 ministros, o que dá uma média assustadora de 1,1 ministro/ano.

Falta ao Brasil um projeto nacional para a educação onde os compromissos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos educadores, empresários e sociedade civil ultrapassem a cronologia dos mandatos. Os Sistemas de Ensino, previstos em nossa Constituição, devem ser harmônicos, mas não dependentes, o que de certa forma dificulta um projeto nacional. O mesmo só pode ser atingido com forte liderança dos responsáveis pelas políticas públicas para o setor.

Devemos depositar nossas esperanças nos eleitos em outubro de 2006 para mudar o “status” que se encontra nossa educação. Considerando-se que não temos ainda projetos para os próximos anos, por parte do Executivo, pela falta de confirmação de Ministro e recente nomeação dos Secretários de Educação dos Estados, passemos a uma análise de tendências no Legislativo.

No Senado Federal a renovação poderia ser de, no máximo, um terço. A Constituição prevê que nesse ano apenas 27 (dos 81) membros terminam seus mandatos. Vários que se recandidataram conseguiram atingir seus objetivos, contudo alguns que possuíam mandatos foram eleitos para Governadores de Estado (ou preferiram ir para a Câmara dos Deputados) abrindo novas vagas que serão preenchidas ou por parlamentares eleitos ou por suplentes.

Há Estados representados, em sua maioria, por políticos reservas que não receberam sequer um voto para estarem ocupando os seus cargos. Não obstante esse fato ser inusitado exercem, em igualdade de condições, o direito de criar e votar leis no campo da educação.

Há que se fazer justiça que a Comissão de Educação do Senado vem funcionando bem e nos últimos anos trabalhou de forma significativa em prol da melhoria do setor.

Já na Câmara dos Deputados não aconteceu o mesmo. As poucas sessões não foram eficazes, talvez pelo perfil dos seus membros. No último período, dos quatro dirigentes da Comissão, três não foram reeleitos refletindo de forma indireta, que a carência de resultados aconteceu, por extensão, em seu eleitorado.

O Brasil teve 5.406 candidatos as 513 vagas de deputados federais. Uma relação de mais de 10/1, bem acima da média que ocorre nos concursos vestibulares e de acesso aos cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior.

Dos atuais deputados, 435 concorreram à reeleição, correspondendo a 84,8%. Ao término das eleições pode se ver que políticos eleitos por quatro partidos preencheram 302 vagas (PMDB, com 89, PT com 83, PSDB e PFL, cada um com 65). Mais 17 agremiações, sendo nove com menos de dez deputados, fecham o quadro dos legisladores.

Dentro desse contexto vê-se que alguns dos eleitos têm um vínculo com o setor educacional e devem, pelo menos em tese, atuar fortemente em projetos de mudanças.

Dois ex-Ministros da Educação estão no parlamento: Cristóvão Buarque, no Senado (que já tinha mandato assegurado) e Paulo Renato Souza, que pela primeira vez irá para a Câmara dos Deputados. Ambos conhecem bem a máquina governamental e integram, com certeza, as Comissões de Educação.

Os temas que deverão predominar nesse primeiro ano do Legislativo serão as normas complementares do FUNDEB, a Nova Lei da Educação Superior e a revisão do Plano Nacional de Educação. Logicamente projetos voltados para a criação de universidades e escolas federais serão apresentados, tendo em vista que os candidatos prometeram para a população tais benefícios e agora terão que mostrar as proposições e serão discutidas as medidas necessárias para a educação municipal de maior qualidade (especialmente porque muitos dos recém eleitos serão candidatos a Prefeitos em suas cidades).

Seria muito oportuno que se buscasse uma Consolidação da Legislação Educacional. Temos mais de cem leis federais e não há uma reunião, em texto único, de tudo que é aplicável tanto na esfera da educação básica, como na superior. Já houve projeto, no passado, contudo por falta de vontade política o mesmo foi arquivado.

As Frentes Parlamentares, inclusive na área da educação, serão criadas podendo ser úteis, desde que bem coordenadas. Há ainda alguns desafios, como o de enfrentar a inércia dos períodos passados no tocante à votação do projeto da Medida Provisória que trata das regras para fixação e reajuste de preço dos serviços educacionais das escolas particulares.

Há mais de meia década a matéria está sendo procrastinada por absoluto desinteresse dos Deputados e Senadores. Em termos de formação profissional, embora existam políticos com baixíssima escolaridade, a maior parte da Câmara Alta e da Câmara Baixa é integrada por graduados em nível superior. O leque de profissões é bastante significativo com vários ligados à educação pública e particular.

Por fim vale ressaltar que se faz necessário que os dirigentes educacionais, educadores, demais profissionais e alunos, especialmente através de suas entidades representativas, se mobilizem para pressionar os parlamentares a trabalhar mas, antes de tudo, é preciso que exista uma pauta comum de interesses coletivos, sem o que não se chegará a lugar nenhum.

Os políticos são os representantes do povo e em nome deles devem agir, entretanto precisam sentir como andam as reais necessidades da população. Do contrário milhares de projetos podem ser feitos mas, mesmo se transformados em lei, serão inócuos e sem resultados para o resgate da dívida social acumulada ao longo dos séculos



## Revolução na divulgação científica mundial

“Os historiadores costumam apontar 1665 como o ano do nascimento do sistema moderno de publicação científica”.

O "Journal des Sçavants", criado em janeiro daquele ano em Paris e o "Philosophical Transactions", lançado dois meses depois pela Royal Society, em Londres, tornaram públicos os debates que antes se desenrolavam em privado, principalmente nas cartas trocadas entre os homens ilustres.

Desde então, os periódicos tornaram-se o meio por excelência de partilha do conhecimento na comunidade científica. Ao mesmo tempo em que desempenham um papel democratizador, porém, muitas dessas publicações são empreendimentos comerciais. Disseminam saber, claro, mas só para quem pode pagar a assinatura.

Um movimento internacional que reúne cientistas, centros de pesquisas e fundos de fomento está tentando mudar isso."(\*\*)". Com essas observações iniciam-se no Brasil os debates sobre o alcance de um movimento internacional, em debate na Comissão de Ciência e Pesquisa da União Européia.

O acesso livre aos periódicos é uma tendência que se alastrará por todo o mundo, permitindo que se conheçam os resultados de estudos e pesquisas, normalmente financiadas com recursos públicos. A implantação de mecanismos de cobrança pelas assinaturas decorreu da necessidade e sustentá-las. Não representam na verdade uma forma meramente mercantilista, como muitos pensam.

As universidades e instituições de ensino e pesquisa, tanto no Brasil, como no exterior, sempre atravessaram, ao longo da história, dificuldades para difundir os artigos e trabalhos elaborados por docentes e alunos. Em nosso país a Revista Pedagógica foi à pioneira dos meios de comunicação no meio educacional.

Lançada em novembro de 1890, exatamente um ano após a Proclamação da República, o importante periódico parou sua circulação antes de completar dez anos. Faltou verba para que o então Ministério, encarregado pela instrução pública, mantivesse o sistema de relacionamento entre a comunidade educacional e o governo.

Muitas revistas, jornais, noticiários e outros veículos surgiram, prestaram bons serviços e encerraram sua circulação. Mas, por que? Diversos foram os fatores e as causas são cientificamente ignoradas. O maior vilão dessa história é o elevado custo editorial e gráfico de sua confecção e dos correios, para o transporte.

Com o advento da internet reduziram-se sensivelmente as despesas, o que permite que a circulação possa ser feita com maior intensidade e sem cobrança de assinaturas. Através da rede mundial de computadores é possível se disponibilizar os trabalhos científicos, bem como as informações imprescindíveis para o progresso do saber.

Não obstante esse fato existe uma questão cultural e outra financeira. A primeira é que os leitores ainda preferem as revistas impressas. Por mais moderna e abrangente que sejam as virtuais há uma tradição do papel e uma forte reação ao moderno.

A última é a redução de receitas das editoras comerciais e universitárias. Estima-se que o mercado de publicações de ciência, tecnologia e medicina na Europa sejam da ordem de US\$ 7 a 11 bilhões por ano. É um valor considerável que se somando aos dos demais continentes, alcança a cifras extraordinárias.

Gradualmente será notada uma revolução no setor. A tendência é que as grandes publicações terão a dupla mídia (impressa e eletrônica), contudo as de menor porte devem ficar apenas com a segunda opção.

O livro eletrônico, assim como as revistas, têm ainda outras vantagens, dentre elas as de possibilitar a transmissão, em tempo real, das vitórias científicas em todas as áreas do saber.

## Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico: um poderoso instrumento de progresso das Américas

O processo de globalização mundial evidencia, para muitos, dúvidas e incertezas. Para outros representa grandes oportunidades de progresso. Dentre os aspectos positivos, um programa altamente inovador foi lançado em 1990 pelo então presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle, durante a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA): trata-se do Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico.

O MERCOCYT, como ficou conhecido no âmbito dos países-membros da comunidade internacional, é uma incubadora de ações para responder às novas condições de competitividade.

Objetiva incentivar a cooperação e a integração científica e tecnológica nas Américas; desenvolver mecanismos de associação multinacional que permitam assegurar um efetivo multiplicador; dirigir recursos a universidades e centros de pesquisas a fim de promover a formação de recursos humanos, impulsionar as inovações nas empresas e apoiar tecnologias precompetitivas e favorecer o estabelecimento de joint-ventures ao criar estreitos vínculos de ação entre a comunidade científico-tecnológica ao setor produtivo.

Nesse último item reside um grande passo para tornar viáveis importantes idéias. Muitas das vezes existem propostas brilhantes que partem de pessoas ou organizações que nunca as conseguem transformar em realidade, em função, especialmente, de falta de recursos financeiros ou de dificuldades políticas ou regionais.

Em contrapartida há verbas à procura de projetos inovadores e economicamente vantajosos para os investidores. O Mercado Comum do Conhecimento busca unir esses interesses, independentes de locais onde são concebidos e realizados.

Permite que se registrem os direitos intelectuais e, após, os coloquem numa imensa vitrine, possibilitando a visibilidade. Com isso os investidores têm condições de "comprar" as idéias.

Referido projeto foi recebido com bons olhos pela OEA, o organismo criado em 1948 e que congrega a quase totalidade dos países do continente. Integram a Organização 34 países nas Américas do Norte, Central, Sul e Caribe (apenas Cuba não se filia por razões políticas).

O MERCOCYT é atualmente vinculado à Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia e vem desenvolvendo suas ações através de planos de trabalho. O primeiro englobou o período de 1994 a 1997, tendo sido aprovado na reunião ordinária de 29 e 30 de novembro de 1993, em Washington. Outros se sucederam e, novamente na capital americana, haverá a quinta reunião no período de 26 e 27 de junho de 2007.

Alguns projetos se notabilizaram e entre eles podemos citar:

- a) sistema de informação sobre atividades científicas e tecnológicas nos estados membros acessíveis através da internet;
- b) associação multinacional de instituições acadêmicas e técnicas para o estabelecimento de incubadoras de empresas de base tecnológica;
- c) difusão dos êxitos da inovação;
- d) intercâmbio e vinculação de recursos humanos altamente qualificados;
- e) criação de redes e centros de excelência e
- f) inovação tecnológica em pequenas e médias empresas convencionais.

O respaldo dos chefes de Estado dos países do continente tem sido fundamental para o êxito do empreendimento.

O Brasil não tem aproveitado de forma adequada o potencial dessa iniciativa, não obstante o Ministério da Ciência e Tecnologia pertencer à Comissão Interamericana da OEA.

Outras nações vêm encontrando sucesso com a efetiva presença das entidades da sociedade civil. A parceria internacional é a palavra-chave para que as propostas virem projetos e esses se transformem em programas duradouros, pouco importando os locais onde nascem e vivem. O importante é que alavanquem o desenvolvimento dos povos em qualquer região das Américas.

## Plano de Desenvolvimento da Educação: ameaças e oportunidades

O Governo Federal, logo após o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento, que pretende estabelecer mecanismos de progresso para o Brasil, resolveu criar o Plano de Desenvolvimento Educacional.

Seu anúncio ocorreu em 15 de março de 2007, entretanto as linhas específicas somente vieram a público a 24 de abril, permitindo que se avaliassem, de forma mais concreta, os desejos do Ministério da Educação para o setor.

O PAC Educacional é representado por alguns poucos projetos de lei, sete decretos, quatorze portarias, alguns editais e um "punhado" de boas intenções.

A sociedade civil e todos os interessados foram chamados pelo Presidente da República a contribuir com idéias, entretanto não foi estabelecida uma linha direta entre a população e o Executivo para que as propostas pudessem ser feitas.

Segundo os ensinamentos jurídicos os atos legislativos são para ser cumprido, sob pena de se caracterizar a figura da desobediência civil. Mas, como se discutir os decretos e portarias normativas? Ao se tomar conhecimento já tinham entrado em vigor.

Tecnicamente é possível melhorar os três ou quatro projetos de lei mas somente por meio dos deputados federais e senadores que, em tese, são os representantes do povo. Resta analisar as boas intenções. São Bernardo, líder admirado pelos católicos, já afirmara há muitos séculos: "De boas intenções o inferno está repleto".

Direcionando-se às coisas terrenas podemos observar que o Plano tem foco quase que exclusivamente em medidas voltadas para as escolas públicas. O grande universo de mais de 35.000 escolas privadas, onde estudam milhões de jovens, foi praticamente esquecido e tende a ter maior queda se os projetos destinados para a rede estatal forem exitosos em sua plenitude.

Essa é uma primeira ameaça, embora setorial. A segunda é o risco de frustração da população brasileira, se não forem ampliados os projetos iniciais do PDE. Os programas são, na verdade, extremamente tímidos, se observarmos as necessidades nacionais.

O Brasil não pode esperar longos anos para que as mudanças no tocante à qualidade da educação seja sentidas. Estamos em posição nada invejável no ranking das nações e somente existirão transformações se existir vontade política.

Através de um retrospecto histórico de citações de nossos governantes vemos manifestações muito semelhantes ao longo de praticamente 250 anos. Senão, vejamos:

a) D. José I, ao assinar a reforma de educação, elaborada por Marquês de Pombal, em 1759, afirmava:

"Desejando eu não só reparar os mesmos estudos para que não acabem de cair na total ruína, a que estão próximos...";

b) Quase um século depois, em 1857, Visconde de Sinimbu (que chegou a ser Presidente do Senado), em memorável discurso assim se expressava:

“Não basta oferecer o ensino; é preciso realizá-lo e dirigi-lo”.

Como poderá a modesta carreira de professor achar candidatos com os quesitos necessários mediante o módico pagamento...?";

c) No início da República, em 1906, o ministro encarregado pelos negócios da educação, Joaquim José Seabra, em um documento relevante dizia:

"O ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se a sua reforma radical, ou preferível é aboli-lo de vez.";

d) O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, continha:

"Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação".

e) Chegando-se a um passado recente, vemos que o ex-Presidente Fernando Collor de Melo, em 1991, ao empossar um dos seus Ministros da Educação, disse:

"No Brasil é preciso reconhecer a ausência de uma política educacional de longo prazo digna deste nome... Em meu governo a educação é e continuará a ser prioridade absoluta."

f) Por fim, no discurso de lançamento do PAC Educacional, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou:

"Eu estou hoje mais convencido do que nunca de que nós temos uma dívida enorme com o povo brasileiro na área de educação."

As assertivas demonstram que sempre existiu vontade de mudar, mas faltou ação.

Uma das causas é a constante mudança de Ministros encarregados pela educação. Desde o primeiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1822, até o atual, Fernando Haddad, tivemos 168. Considerando que foram 184 anos, conclui-se que a média de ministro/ano é de 1,09 e isso representa um absurdo para qualquer país.

O que é mais grave é que cada titular de pasta resolveu fazer o seu projeto pessoal para a educação e acabou representando um verdadeiro caos.

Alguns dos recentes planos, ao invés de levar a educação brasileira para a modernidade, mais pareciam ter errado de século. Não nos fazia chegar ao 21 e, sim, retroceder ao 19.

Precisamos ousar. Temos 162.000 escolas de educação infantil e fundamental, 23.000 unidades de ensino médio e 2.200 instituições de ensino superior. Nelas, estudam 60.000.000 de pessoas.

Não podemos nos conformar com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que variou de 0,3 a 6,8 numa escala de zero a dez. Pior ainda é termos a expectativa de chegarmos, festivamente, a uma média nacional de 6. Mas isso não é agora; será somente em 2021, segundo as expectativas do otimista Plano de Desenvolvimento da Educação.

O PAC Educacional tem, como afirma o Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Cristóvão Buarque, três tipos de ações:

As de apoio às escolas e estudantes, como o transporte, a luz nas escolas, maior possibilidade de estudo para os portadores de deficiência.

São válidas, mas não melhoram a educação. Um segundo grupo são as que se prefere chamar de "termômetros" onde se mede a temperatura mas não há mecanismos para baixar a febre. Consubstanciam-se pela criação do índice (IDEB), Provinha Brasil, censo, etc. Representam importantes ações, mas que, igualmente ao primeiro grupo, não trazem diretamente qualidade.

Por fim há algumas que trarão resultados no cerne dos problemas, como a remuneração mais elevada dos professores, apoio na formação dos docentes e alocação de novos recursos para custear a educação.

Podemos observar que a intenção do Ministro e seus colaboradores é boa, contudo precisa haver linhas de ação que auxiliem tanto os gestores dos sistemas educacionais como os docentes, para que as transformações se processem.

Nosso país, com a dimensão continental que possui, precisa ter políticas flexíveis e forte sistema de descentralização. Será impossível melhorar a qualidade no processo de aprendizagem se insistirmos em planos nacionais. Existem em nosso "continente" diversos "Brasis".

As escolas públicas podem aproveitar em muito as oportunidades que são decorrentes do PAC Educacional. Basta que o MEC efetivamente transfira o poder (e os recursos) para que os diretores conduzam, com liberdade (e responsabilidade), o processo.

Temos que acreditar na capacidade dos profissionais da educação que estão na ponta da linha. O cotidiano vivido nas escolas é, em muito, diferente do pensado pelos técnicos. O mundo real é geralmente diferente ao mundo ideal.

O excesso de detalhismo das normas pode comprometer o Plano. Os resultados serão sentidos em médio prazo. Resta-nos "torcer" para que dê certo? Não. Precisamos contribuir encontrando meios para que se modifiquem alguns princípios, se aperfeiçoem outros e que se ajude a construir um mundo melhor.



## A imprescindível necessidade de mudanças no sistema de formação de profissionais para a educação

O Brasil possui cerca de 220.000 estabelecimentos de ensino, aos quais estão vinculados 60.000.000 de alunos. Em cada escola, há professores e outros profissionais encarregados de proporcionar apoio para o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos, em mais variados modelos institucionais.

Temos desde grandes universidades, com mais de 100.000 alunos, até minúsculas escolas, com apenas uma sala de aula. Algumas são dotadas de equipamentos e instalações ultramodernas e outras não têm qualquer estrutura física. Podemos afirmar, sem receio de errar, que algumas estão dentro dos padrões do século 21, enquanto outras mais se assemelham às do início do século 18.

Mas o que há de comum nessas tão diferentes instituições? A resposta é simples: um profissional dedicado e que acredita que pode auxiliar na melhoria da vida das pessoas. Ao longo dos anos a função docente, contudo, mudou. No passado não existiam os recursos didáticos que se notam nos dias de hoje, e o processo era de transmissão de conhecimentos numa relação unidirecional.

Só existia a palavra e as ações como mecanismos de transmissão do saber. Com o advento da imprensa foi possível a difusão autônoma das informações, e uma extraordinária revolução se instalou. As pessoas passaram a poder aprender sem ter, obrigatoriamente, um ser humano no meio dessa relação.

Os mestres até então detinham os originais, e a eles competiam ler para que os discípulos ouvissem e, daí, aprendessem. Com o passar dos anos, esse modelo foi sendo modificado e as outras tecnologias foram, gradualmente, surgindo, inclusive permitindo a transmissão pelos correios, rádio, cinema, televisão e ultimamente pelos computadores.

Os termos também se alteraram nos últimos cem anos. Até o início do século 20 falava-se em "instrução"; por volta dos anos 20, surge no mundo o "ensino" e poucos anos depois a "educação".

Todas essas nomenclaturas ainda permanecem sendo usadas até mesmo como sinônimos, mas compulsando-se os registros históricos, nota-se que o tempo foi o responsável pelas transformações.

Quando o Brasil se tornou independente, criou-se um Ministério encarregado pela "Instrução". Várias mantenedoras de escolas tinham em suas denominações o termo supracitado. O Ministério da "Educação" foi criado em 1930, exatamente numa nova fase de modelo temporal.

Hoje surge com total ênfase o termo "aprendizagem", que tem significado bastante diferente dos anteriores. Há quem defenda que o conhecimento é um bem universal e de livre acesso de toda a sociedade.

Os países mais industrializados já começam a alterar o nome de seus órgãos encarregados pela coordenação das políticas do setor. A Inglaterra, por exemplo,

recentemente criou o Ministério da Aprendizagem e do Conhecimento, eliminando o seu ultrapassado termo "educação".

Mas, em época de fortes mudanças, o professor pode continuar sendo o mesmo? Claro que não. Urge a conscientização de que o profissional que atua nas escolas, desde a educação infantil até a pós-graduação superior, hoje tem que exercer o papel de "orientador de aprendizagem". A construção do saber é obra coletiva, onde alunos e todos os membros da comunidade são importantes agentes.

A esperança de mudanças no modelo educacional é unânime. Todos desejam transformações e esperam, o mais urgente possível, que essas alterações comportamentais existam. Em boa hora, movimentos sociais são feitos para inverter o quadro que já ficou desgastado com um conjunto de ações naturais ou provocadas por erros de governos e da própria escola.

O tempo mudou; só a escola - com raras e honrosas exceções - continuou sendo a mesma. Um estudo feito por entidades estudantis evidencia que "a juventude brasileira não gosta da escola porque as relações são autoritárias e anti-democráticas" e conclui afirmando que "a escola não atrai porque não mostra perspectivas para a juventude".

O Brasil já superou o desafio da inclusão educacional. Através de diversos mecanismos - alguns bons e outros nem tanto - a quase totalidade das crianças está na escola. Mas... aprendem? (ou simplesmente se alimentam melhor nas unidades de ensino). Algumas análises mostram que há um grande contingente de "alunos de fundo de sala", que não participam ativamente do processo de aprendizagem e simplesmente assistem às aulas sem se conectar com os temas.

Que fazer para haver as tão almejadas mudanças? Basta melhorar a remuneração dos docentes ou fazer algumas tímidas alterações de rota como as previstas no recente Plano de Desenvolvimento da Educação lançado pelo Governo Federal? Claro que não!

O PAC Educacional tem algumas coisas boas e nenhuma horrível, o que já é positivo, se compararmos com algumas iniciativas do passado que não trouxeram contribuições para o Brasil, mas não contemplou o cerne do problema, que é a falta de medidas práticas para que existam professores capazes de atender às necessidades de um mundo moderno e cada vez mais competitivo e globalizado.

Um estudo técnico elaborado pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, entidade científica que há 35 anos se dedica ao desenvolvimento da qualidade da educação, ressaltou que há necessidade de ações concretas, e que podem se resumir em seis propostas:

a) criação de um programa de pós-graduação média para professores em serviço na educação infantil e primeira fase do ensino fundamental, ao invés de exigir a formação superior.

O ideal, em longo prazo, é que todos os professores tenham cursos superiores, contudo essa meta não será alcançada em breve, considerando as grandes dificuldades que existem no Brasil.

Já foi constatado que a formação do professor em nível superior não traz reflexos diretos na melhoria dos padrões de qualidade das aulas. Há uma ampliação de conhecimentos, entretanto os cursos de graduação não possuem mecanismos de apoio aos professores-alunos para o aperfeiçoamento das aulas.

Esse programa, se implantado, reduz os prazos, tem menor custo e trará melhoria da qualidade da educação básica. A pós-graduação média ainda não é

adotada no Brasil. Trata-se de um programa (presencial ou a distância), normalmente de um ano, que é aplicado aos graduados em nível médio. Corresponde, na prática, a uma requalificação profissional e se aplicará aos profissionais da educação que foram formados há alguns anos e que atuam em milhares de escolas públicas mantidas por Prefeituras e Estados.

b) criação de um sistema de apoio ao professor

É preciso que as escolas normais e superiores estabeleçam uma linha direta com suporte de conteúdos e tecnologia para seus ex-alunos. Poder-se-ia considerar como uma "garantia de produto", comum nas demais áreas. O professor não tem a quem recorrer em suas dúvidas do cotidiano.

A relação escola-aluno se desfaz na formatura, e qualquer novo vínculo exige uma outra matrícula em programas de pós-graduação.

Esse apoio tem que ser operacionalizado pelas universidades, centros universitários, faculdades, e escolas de uma forma geral facilitará a melhoria do aprendizado por parte dos alunos que, indiretamente, terão benefícios incalculáveis.

c) criação de programas emergenciais para a requalificação do docente

A maioria dos docentes em, assim como os gestores das escolas, foram formados em cursos desfocados com a modernidade.

A proposta consiste na criação de programas emergenciais para a requalificação dos docentes.

Dentro do mesmo princípio citado no item anterior, seria um "recall", tão comum nos setores da indústria, que concede uma garantia adicional quando há o reconhecimento de defeito no processo de fabricação.

Uma das principais vantagens será a recriação de um vínculo do profissional em serviço com a instituição que o colocou no mercado de trabalho.

O programa pode variar quanto ao tempo de duração, não sendo necessariamente de longo prazo. Irá variar conforme as efetivas necessidades de cada um e deverá ser focado na realidade sócio-educacional vivenciada pelo professor.

d) criação de um sistema de educação continuada

Independente das medidas emergenciais enumeradas nos itens anteriores, é necessário um sistema permanente de educação continuada. Não adiantará só atualizar os profissionais: é preciso mantê-los em dia com as novas exigências da modernidade.

Não há algo regular que informe e eduque continuamente aos milhares de professores e demais profissionais que estão no dia-a-dia com os alunos.

O sistema permitirá uma segurança para o professor, sob o prisma tecnológico, didático e de atualização, com práticas que vêm sendo exitosas em outras regiões brasileiras e do exterior.

e) modernizar os currículos e práticas dos cursos de formação dos profissionais de educação

O país precisa formar um novo professor para um novo aluno em um novo Brasil.

Os conteúdos pedagógicos da maioria dos cursos de formação de professores e gestores estão defasados e fora do contexto moderno.

Existem muitas fundamentações teóricas, mas pouco preparo para o que o aluno irá encontrar no futuro próximo logo após obter o emprego.

As instituições formadoras não capacitam corretamente os alunos. Muitas das realidades que serão enfrentadas numa grande diversidade de modelos institucionais são omitidas nas grades curriculares ou, quando as contemplam, são ministradas de maneira inadequada (até mesmo porque os mestres e doutores, que são os responsáveis pelas disciplinas dos cursos de graduação não vivenciam a escola básica). A quase totalidade dos professores dos cursos está em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e não têm tempo para conhecer a verdadeira situação dos colégios públicos.

Não é recomendável um currículo nacional, como existia há até alguns anos.

O sistema de Diretrizes ou Orientações Curriculares é mais proveitoso, entretanto parte do princípio de que todas as escolas são boas ou excelentes.

Temos que conviver ainda com muitas escolas unidocentes (onde um só professor atua em todas as séries do ensino fundamental). Isso é bom ou ruim? Depende. Na Finlândia, onde se pratica o melhor ensino do mundo, existem muitos colégios nesse modelo, o que não compromete o êxito do projeto.

Milhares de escolas brasileiras não possuem sequer luz. Precisamos reverter esse quadro, mas infelizmente levará algum tempo, pela carência de infra-estrutura, as famílias são diferentes dos ideais, e existe um afastamento dos pais da escola. Como o professor irá enfrentar essa realidade?

Os currículos precisam não deixar de contemplar os válidos fundamentos filosóficos, mas também estar com focos na realidade regional.

f) proporcionar meios para que os profissionais da educação possuam as ferramentas da modernidade

Impõe-se a necessidade de criação de meios que permitam a aquisição de "ferramentas" capazes de permitir que os professores e gestores possam ser agentes de aprendizagem dos alunos.

Vivemos no século 21, onde as tecnologias da informação e da comunicação estão cada vez mais em moda.

O professor não pode ficar sem equipamentos de computação. No passado eram-lhes dadas "palmatórias" para castigar os alunos. Hoje, ainda são fornecidos giz e um quadro verde ou negro para que possa fazer milagres.

Nas regiões mais favorecidas, os alunos estão mais avançados tecnologicamente do que os professores, o que é uma inversão de valores.

Mas não é preciso apenas dar máquinas. É preciso proporcionar condições para a manutenção e modernização dos instrumentos de trabalho. A obsolescência bate à porta muito mais rapidamente do que no passado.

É indispensável um forte mecanismo de acesso às informações disponibilizadas pela internet. Sem a chamada "banda larga" o sistema é impossível de funcionar, e mecanismos de redução de custos para a educação precisam ser encontrados.

Por fim, para que possamos ter escolas modernas e que sejam capazes de proporcionar a formação plena dos brasileiros, precisamos ter bons professores e gestores das instituições e sistemas educacionais.

Recursos financeiros, escolas bem equipadas, sistemas simples de aprendizagem e outras medidas são sempre bem vindas, mas sem os profissionais capacitados, nada evoluirá.

Não adianta uma escola sem alma, e essa se materializa pelo ser humano, que deve liderar os verdadeiros processos de mudanças.

# A História da Educação a Distância no Brasil

## 1. – Introdução

A educação a distância no Brasil é marcada por uma trajetória de sucessos, não obstante a existência de alguns momentos de estagnação, provocados por ausência de políticas públicas para o setor.

Em mais de cem anos, excelentes programas foram criados e, através dos mesmos, fortes contribuições existiram para que se democratizasse a educação de qualidade, atendendo, principalmente, cidadãos fora das regiões mais favorecidas.

Há registros históricos que colocavam o nosso País dentre os principais no campo da EAD, especialmente até os anos setenta do século passado. A partir dessa época, outras nações avançaram e o Brasil estagnou, e então surgiu uma queda no ranking internacional.

Somente no final do milênio é que as ações positivas voltam a acontecer e o crescimento passa a despontar, voltando a permitir prosperidade e desenvolvimento.

Muito ainda há a ser feito, contudo os últimos resultados demonstram tendências de progresso, o que beneficiará toda a sociedade.

## 2. - Surgimento da EAD no Brasil

As pesquisas realizadas (1) em diversas fontes mostram que pouco antes de 1900 já havia anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro oferecendo profissionalização por correspondência.

Tratava-se de curso de datilografia ministrado não por um estabelecimento de ensino, mas sim por professora particular.

Não obstante essas ações isoladas, que foram importantes para uma época em que se consolidava a República, o marco de referência oficial é a instalação das Escolas Internacionais, em 1904.

A unidade de ensino, estruturada formalmente, era filial de uma organização americana que, aliás, até hoje existe, com presença em alguns países.

Os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que pretendiam estar empregadas, especialmente no comércio e no setor de serviços.

O ensino era, naturalmente, por correspondência, com remessa de materiais didáticos pelos correios, que usavam principalmente as ferrovias para o transporte.

Nos vinte primeiros anos tivemos, portanto, apenas uma única modalidade, a exemplo, por sinal, de todos os outros países.

## 3. - A revolução via rádio

Em 1923 era fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Tratava-se de uma iniciativa privada e que teve pleno êxito, mas trazia preocupações para os governantes, tendo em vista a possibilidade de transmissão



de programas considerados subversivos, especialmente pelos revolucionários da década de 30.

A principal função da emissora era a de possibilitar a educação popular, através de um sistema então moderno de difusão do que acontecia no Brasil e no Mundo.

Os programas educativos, a partir dessa época, se multiplicavam e repercutiam em outras regiões, não só do Brasil, como em diversos países do continente americano.

A Rádio funcionou, em sua primeira fase, nas dependências de uma escola superior mantida pelo Poder Público. Posteriormente fortes pressões surgiram para as mudanças de rumo da entidade, sendo criadas exigências de difícil cumprimento, especialmente considerando a inexistência de fins comerciais. Em 1936, sem alternativas, os instituidores tiveram que doar a emissora para o Ministério da Educação e Saúde.

Vale registro que até 1930 inexistia um ministério específico para a educação e os assuntos eram tratados em órgãos que tinham outras funções principais mas cuidavam, também, da instrução pública. A educação via rádio foi, desta forma, o segundo meio de transmissão a distância do saber, sendo apenas precedida pela correspondência.

Inúmeros programas, especialmente os privados, foram sendo implantados a partir da criação, em 1937, do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. Destacaram-se, dentre eles, a Escola Rádio-Postal "A Voz da Profecia", criado pela Igreja Adventista em 1943, com o objetivo de oferecer aos ouvintes cursos bíblicos.

O SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial iniciou, em 1946, suas atividades e logo a seguir desenvolveu no Rio de Janeiro e em São Paulo a Universidade do Ar que em 1950 já atingia 318 localidades.

A Igreja Católica, por meio da Diocese de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, criou em 1959 algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base. No sul do País, destaque para a Fundação Padre Landell de Moura, no Estado do Rio Grande do Sul, com cursos via rádio.

Projetos como o MOBREAL, vinculado ao Governo Federal, prestaram grande auxílio e tinham abrangência nacional, especialmente pelo uso do rádio. A revolução deflagrada em 1969 abortou grandes iniciativas, e o sistema de censura praticamente liquidou a rádio educativa brasileira.

Hoje ainda existem ações isoladas, entretanto pouco apoiadas pelos órgãos oficiais. O desmonte da EAD via rádio foi um dos principais causadores de nossa queda no ranking internacional. Enquanto o Brasil deixava de usar as transmissões pela rede de emissoras, outros países implementaram modelos similares.

Temos esperanças que voltemos a transmitir educação através dessa modalidade, e que possa ser reinstalado uma grande rede de difusão de programas educativos, especialmente os voltados para a população menos assistida pelas mídias mais avançadas.



#### *4. - O cinema educativo*

O cinema foi - e continua sendo - muito pouco usado no campo da educação.

Não há registros históricos marcantes no setor, e os custos de produção foram os principais responsáveis. Igualmente, considerando que as salas de projeção são mantidas pela iniciativa privada, nunca houve interesse em filmes dessa natureza.

Poucas são as películas que têm mensagens positivas, e na história da EAD quase nada há a se contar.

#### *5. - TV Educativa*

A televisão para fins educacionais foi usada de forma positiva na fase inicial, e vários incentivos aconteceram no Brasil, especialmente nos anos 60 e 70.

Coube ao Código Brasileiro de Telecomunicações, editado em 1967, a determinação de que deveria haver transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão, bem como pelas televisões educativas.

Foram concedidos alguns privilégios para a concessão de televisões com fins específicos de educação. Às universidades e fundações, foram concedidos incentivos para a instalação de canais de difusão educacional.

Dois anos mais tarde, em 1969, foi criado o Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, prevendo a utilização de rádio, televisão e outros meios aplicáveis. Logo a seguir, o Ministério das Comunicações baixava portaria definindo o tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais deveriam ceder para a transmissão de programas.

Em 1972, é criado o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) que teve vida curta, tendo em vista o surgimento do Centro Brasileiro de TV Educativa (Funtevê) como um órgão integrante do Departamento de Aplicações Tecnológicas do Ministério da Educação e Cultura.

No início dos anos 90, as emissoras ficaram desobrigadas de ceder tempos diários para transmissão dos programas educacionais, significando um grande retrocesso.

Em 1994 é reformulado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, cabendo à Fundação Roquete Pinto a coordenação das ações.

Os anos se passaram e não ocorreram resultados concretos nos canais abertos de televisão. Na maioria dos casos, os programas são transmitidos em horários incompatíveis com a disponibilidade dos possíveis alunos usuários.

Vale registro positivo à Fundação Roberto Marinho, que criou alguns programas de sucesso, como os telecursos, que atenderam - e continuam ainda atendendo - a um número incontável de pessoas, através de mecanismos de apoio, para que os alunos obtenham a certificação pelo Poder Público.

A própria TV Educativa, por razões inexplicáveis, não pertence à estrutura do Ministério da Educação, mas sim ao da Cultura, e poucos são os programas educacionais veiculados. Aliás, no campo da radiodifusão, a Rádio MEC também não

O surgimento do sistema de TV fechada (especialmente a cabo) permitiu que algumas novas emissoras se dedicassem de forma correta à educação, destacando-

se as TVs Universitárias, o Canal Futura, a TV Cultura, dentre outras que difundem algumas de suas produções também por canais abertos.

Há de se louvar o sistema adotado pela TV Escola, sob a manutenção do Poder Público Federal, que gera bons programas, contudo a forma de difusão depende das emissoras abertas ou a cabo para o acesso da população em geral. As escolas recebem, por satélite, (e com o apoio dos correios) os benefícios. Os frutos são bastante positivos.

#### *6. - Os novos cenários em função dos computadores e da internet*

Os computadores chegaram ao Brasil, no campo da educação, através das universidades, que instalaram as primeiras máquinas na década de 70. Os imensos equipamentos tinham alto custo e, com o decorrer do tempo, foram sendo barateados, até atingir, hoje, a cifras bem acessíveis à população.

Ao lado das máquinas, a rede mundial de computadores viabilizou sua forte adoção no sistema educativo brasileiro (e mundial). É absolutamente desnecessário discorrer sobre os avanços notados, e é certo que rapidamente teremos a inclusão digital em praticamente todo o País.

Existem ainda alguns aspectos a serem superados, especialmente tendo em vista os custos de transmissão, elevados para fins sociais. Apesar de haver legislação beneficiando os programas educativos, não há regulamentação da matéria, e as instituições e pessoas pagam igualmente tanto para acesso à educação, como à pornografia e outros fins, sejam eles lícitos ou ilícitos.

A ligação dos computadores em rede de banda larga é imprescindível, eis que por meio de acesso discado, além de muito oneroso, é extremamente limitado.

#### *7. - A importância de instituições para a EAD no Brasil*

A história da EAD no Brasil pode ser dividida em três momentos: um da fase inicial, um intermediário e outro da era mais moderna.

Na primeira, os aspectos positivos ficam por conta das Escolas Internacionais (1904), que representam o ponto-de-partida de tudo, seguindo-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923), ambas já comentadas anteriormente.

Extraordinária importância tiveram dadas (e permanecem tendo até os dias de hoje) o Instituto Monitor (1939) e o Instituto Universal Brasileiro (1941). As duas entidades definiram públicos certos e capacitaram brasileiros para o mercado de trabalho, no segmento da educação profissional básica. Podemos enquadrá-las, junto com algumas outras, na época intermediária.

No campo da educação superior, a Universidade de Brasília (1973) constituiu-se como uma base para programas de projeção, entretanto o movimento militar responsável pelo regime ditatorial que vigorou por muitos anos restringiu a autonomia e sepultou boas iniciativas.

Já na era mais moderna não podemos deixar de registrar três organizações que influenciaram de forma decisiva na história: a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação e a Associação Brasileira de Educação a Distância.

A ABT foi criada em 1971 por um grupo de profissionais da área de radiodifusão. Congregou, logo de início, os mais importantes brasileiros e

estrangeiros que atuavam nas tecnologias aplicadas à educação, realizando a série dos Seminários Brasileiros de Tecnologias Educacionais e editando a revista Tecnologia Educacional. As duas atividades permanecem até hoje sendo feitas, podendo ser vistos, em seu Centro de documentação, os resultados de trinta e sete eventos e mais de cento e setenta números do periódico.

Muitas políticas públicas brasileiras foram debatidas e definidas com a contribuição da Associação, que também foi à pioneira nos programas de pós-graduação à distância. Em 1980, o Governo Federal a credenciou para ministrar "Cursos de Pós-graduação lato sensu de forma não convencional, através de ensino tutorial". Segundo a legislação da época, os credenciamentos eram analisados pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior e definidos pelo Conselho Federal de Educação, após acompanhamento da Secretaria de Ensino Superior do MEC.

O parecer nº 891, aprovado pelo CFE em 7 de agosto de 1980, possibilitou o funcionamento de doze cursos, distribuídos em cinco áreas de conhecimento. A autorização foi dada por dois anos e mais tarde prorrogada por mais dezoito meses.

Em 1985 o Conselho registra o sucesso da empreitada, por meio do Parecer nº 295. Não obstante, impede o prosseguimento do projeto até que fosse estabelecida uma norma específica por parte da SESU e da CAPES.

Como essa norma até hoje não foi editada, o programa não continuou. A entidade permanece tendo sua atuação regular, dando ênfase às tecnologias educacionais no sentido amplo.

Relevante contribuição foi dada também pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, fundado em 1973, que foi o responsável pela realização dos primeiros encontros Nacionais de Educação a Distância (em 1989) e os Congressos Brasileiros de Educação a Distância (em 1993).

Coube ao IPAE influenciar decisivamente na reflexão sobre a importância da educação à distância no mundo e no Brasil. Ademais, ajudou a formular as disposições normativas que foram incorporadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo projeto original foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1988.

Os Encontros e Congressos reuniram os mais importantes artífices da EAD brasileira, vinculados tanto ao Poder Público, como à iniciativa privada. Vários parlamentares e formuladores de programas oficiais utilizaram-se dos documentos produzidos pelos eventos no convencimento dos seus pares sobre a relevância da educação a distância em nosso País.

Os trabalhos feitos ajudaram também para que fosse criada uma Secretaria encarregada dos assuntos da EAD. Vale registro que, ao contrário do que consta da história oficial contada hoje no Ministério da Educação, a secretaria de EAD foi instalada no âmbito da Presidência da República e só mais tarde veio a ser incorporada ao MEC.

O Instituto realizou quatro Encontros e dois Congressos, sendo o último em 1995. Com a criação, nesse ano, da Associação Brasileira de Educação a Distância, houve a transferência dos mesmos à nova organização.

O IPAE permanece funcionando regularmente, possuindo o mais completo acervo sobre a EAD no país. Ajuda, na difusão da produção científica e na informação, a Revista Brasileira de Educação a Distância, lançada em 1993 e que já teve mais de 80 números editados.

A terceira instituição é a Associação Brasileira de Educação a Distância, que vem colaborando no desenvolvimento da educação a distância no Brasil e promovendo a articulação de instituições e profissionais, não só no País, como no exterior.

Anualmente são realizados os Congressos, hoje internacionais, e promovidos Seminários nacionais. Considerando que a Associação congrega importantes personagens da atualidade, as produções científicas são elementos importantes para que exista o aprimoramento dos sistemas de aprendizagem.

Um dos mais expressivos papéis da ABED foi o de sediar a 22ª Conferência Mundial de Educação Aberta e a Distância, no Rio de Janeiro, em setembro de 2006, da qual participaram educadores de mais de setenta países.

Por fim, duas universidades merecem citação, por seus pioneirismos: a Universidade Federal de Mato Grosso, que foi a primeira efetivamente a implantar cursos de graduação a distância, e a Universidade Federal do Pará, que recebeu o primeiro parecer oficial de credenciamento, pelo Conselho Nacional de Educação, em 1998.

#### *8. - Avanços e retrocessos da legislação aplicável a EAD*

Não pretendemos nos ater a um estudo completo sobre a legislação aplicável à EAD, objeto de um trabalho amplo e específico (2) e que tem aspectos de alegrias e tristezas. No Brasil é livre o direito de ensinar e de aprender, eis que assim estatui o Artigo 206, inciso II da Constituição Federal. Em sentido amplo, fundamenta-se aí o princípio da educação nacional e, por via de consequência, o da EAD.

A primeira legislação que fala na modalidade é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujas origens datam de 1961. Em sua reforma de dez anos após, foi inserido um capítulo específico sobre o Ensino Supletivo, afirmando que o mesmo poderia ser usado em classes, ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios.

Em 1996 o País conheceu uma nova LDB, e então passou a ser possível a educação a distância em todos os níveis. Foi um avanço, já que possibilitou, de forma inequívoca, o funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como na educação básica, desde o ensino fundamental ao médio, tanto na modalidade regular, como na de jovens e adultos e educação especial.

A lei teve uma grande virtude de admitir, de forma indireta, os cursos livres a distância, neles inseridos os ministrados pelas chamadas "universidades corporativas" e outros grupos educativos. As dificuldades, contudo, passaram a existir nas disposições infra-legais.

Paradoxalmente, sentimos uma relação inversa à hierarquia das normas jurídicas: temos uma Constituição Federal ótima, em termos de educação; a LDB, é boa, eis que permite, dentre outras vantagens, a liberdade dos projetos pedagógicos. O grande problema ocorre com os atos normativos inferiores: os Decretos não são bons; as Portarias, numa grande parte, são ruins, e há Resoluções e Pareceres desesperadores.

Existe uma inflação legislativa, que entrava o funcionamento das organizações. O emaranhado de atos normativos impede a expansão dos cursos de educação básica e superior (provocando o impedimento, por falta de norma específica, dos mestrados e doutorados a distância). O crescimento da EAD se nota, assim, em maior escala nas entidades que atuam de forma livre.

A restrição ao progresso desse tipo de unidades educacionais fica por conta da restrição à certificação para fins de acesso funcional de servidores públicos e progressão escolar. Os documentos expedidos servem de mero instrumento de comprovação de estudos, sendo geralmente aceitos pelas empresas privadas e mercado de trabalho.

Ao lado da legislação federal, os Sistemas de Educação das vinte e sete Unidades da Federação também baixam deliberações, resoluções e pareceres para serem aplicados às unidades de ensino básico.

Um dos pontos complexos que decorre da legislação restritiva é o reconhecimento de estudos feitos no exterior. É muito difícil dar validade no Brasil a cursos realizados em outros países.

Há uma série de pontos inseridos na legislação que são descumpridos pelos órgãos vinculados ao próprio Ministério da Educação, o que causa perplexidade nacional. Contudo, evoluímos nas grandes normas legais, se compararmos com o determinado no passado.

Um exemplo típico foi uma portaria do MEC, que passou a admitir a adoção parcial de EAD em cursos de graduação superior, independentemente de credenciamento pela União. Isso se aplica a vinte por cento dos conteúdos de cursos reconhecidos. Foi um forte avanço, eis que o Governo depositou, pela primeira vez na história, um voto de confiança nas universidades, centros universitários e faculdades para que os programas fossem implementados sem o prévio consentimento oficial.

Há tendências de aprimoramento da legislação, especialmente tendo em vista o maior diálogo que existe entre o Governo e as entidades representativas do setor e instituições. Igualmente, tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal projetos visando modificar, para melhor, as leis.

#### *9. - Das tentativas à criação de um sistema de Universidade Aberta*

O sucesso da criação da Open University, da Inglaterra, no início dos anos 70, repercutiu em todo o Mundo, e o Brasil não ficou à margem dessa discussão.

Entusiasmados pelo novo modelo, alguns parlamentares brasileiros apresentaram projetos de lei para que tivéssemos uma instituição de ensino superior semelhante à do Reino Unido.

A primeira proposição tomou o número 962, de 1972, tendo sido arquivada de forma unânime e definitiva após haver o reconhecimento do "inegável mérito". Os deputados da Comissão de Educação e Cultura da Câmara acharam que "seria mais aconselhável que a matéria aguardasse um julgamento posterior mais amadurecido". A proposição não tinha o intuito específico de criar a universidade aberta, mas sim de permitir a frequência livre em cursos de nível universitário.

No ano de 1974 surge efetivamente a iniciativa de ser instituída a Universidade Aberta, por meio do Projeto de Lei nº 1.878. A proposta dizia que "entende-se por Universidade Aberta a instituição de nível superior, cujo ensino seja ministrado através de processos de comunicação a distância".

Aludido projeto fluía bem no Legislativo, até ser ouvido o Conselho Federal de Educação, que analisou o assunto e baixou o Parecer nº 2.780/74, subsidiando a votação. O colegiado educacional opinou que "a implantação do sistema entre nós, se é aconselhável, deve ser da iniciativa do Ministério da Educação". Concluía



falando (isso em setembro de 1974) que “convém aguardar a apresentação do projeto que está sendo elaborado pelo grupo de trabalho especialmente criado para esse fim”.

O grupo não funcionou, e o projeto do governo não foi encaminhado de forma correta ao Congresso Nacional. Quando isso aconteceu, o próprio Executivo cuidou de retirá-lo um pouco depois, sem qualquer explicação lógica ou aceitável.

O PL da Universidade Aberta foi definitivamente arquivado. Dois anos mais tarde, o mesmo deputado reapresenta a matéria, que acabou tendo novo arquivamento.

Outras tentativas foram feitas e igualmente frustradas, especialmente tendo em vista a orientação do CFE, que insistia em afirmar que "a criação de um sistema tão complexo e original de ensino superior exige planejamento lúcido e rigoroso de pessoas que tenham plena consciência da filosofia que inspira a Universidade Aberta".

Anos se passaram e agora, recentemente, o Executivo toma a iniciativa de criar um sistema, chamando-o de Universidade Aberta do Brasil. Na verdade, não chega a ser universidade, eis que é um consórcio de instituições públicas de ensino superior.

Também não é aberta uma vez que não possui os princípios norteadores desse sistema. Vale citar o que consta do documento que relata a criação e o funcionamento da Open University. Diz o mesmo: O termo "aberta" se aplica à nova universidade em vários sentidos. Primeiramente no sentido social, pois se dirige a todas as classes sociais, permitindo que as pessoas possam completar seus estudos em suas próprias casas sem exigência de freqüência às aulas, a não ser uma ou duas semanas por ano.

Em segundo lugar, do ponto de vista pedagógico, na medida em que a matrícula na Universidade está aberta a todo indivíduo, maior de 21 anos, independente da apresentação de certificado de instrução anterior e de qualquer exame de admissão. Finalmente, ela se chama "aberta" no sentido de que seus cursos, pelo rádio e pela televisão, estão abertos ao interesse e à apreciação do público em geral".

Não obstante a esses comentários, entendemos como válida a iniciativa brasileira, eis que poderá permitir o maior acesso à educação superior.

#### *10. - Cenário atual*

O Brasil conta atualmente com 158 instituições credenciadas pelo Governo Federal para ministrar cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. Infelizmente não temos ainda nenhum mestrado ou doutorado usando a modalidade a distância (as instituições permanecem aguardando que a CAPES edite normas para esse fim).

Adicionam-se pouco mais de cem que atuam no campo da educação básica, sendo os atos de permissão expedidos pelos Sistemas de Ensino dos Estados e do Distrito Federal. Há um número significativo de cursos livres e programas ministrados pelas empresas (dentre as quais as chamadas "universidades corporativas").

Somando-se todo o universo, acreditamos haver pouco mais de quinhentas entidades que utilizam EAD em sua metodologia de aprendizagem. Apesar de ser

um número razoável ainda temos muito espaço para que novas organizações sejam partícipes dessa história.

O mercado é extremamente amplo e promissor para os que atuarem com qualidade e competência. Existem melhorias dos sistemas de comunicação, e isso favorece a expansão. Os custos tendem a se reduzir e, com o decorrer do tempo, a burocracia para os credenciamentos deve ser diminuída, na medida que as instituições alcancem a maturidade desejável pelos órgãos credenciadores.

#### *11. – Considerações finais*

Procuramos relatar nessa síntese histórica, da forma mais precisa possível, mais de um século de EAD no Brasil. Evitamos citar nomes de pessoas, para não cometer injustiças. Desde as suas origens, em 1904, até os dias atuais, milhares de pessoas construíram essa história vitoriosa.

Falhas existiram, mas a vontade de acertar sempre foi a tônica de todos os que lutaram - e continuam dando o melhor de si - para que o País progrida e possa resgatar uma enorme dívida social acumulada ao longo dos séculos.

(1) Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação

(2) Consolidação da Legislação de EAD no Brasil, idem



## As universidades e sua contribuição para o desenvolvimento das nações

As universidades surgiram em todos os países como os naturais centros de propulsão do desenvolvimento científico e suas contribuições são fundamentais para a formação dos povos. Desde a antiguidade o respeito aos pensadores era cultuado, entretanto na medida em que novas idéias conflitavam com o interesse dos detentores das forças políticas os conflitos eram inevitáveis e as conseqüências, imprevisíveis.

A história marca muitos pontos referenciais, dentre eles as primeiras escolas superiores de Constantinopla, Beirute e Alexandria que foram as bases sólidas para as pioneiras universidades européias. A instituição, contudo, veio a se consagrar com declarações claras de sua autonomia, através da "Grande Carta da Universidade", de Paris, em 1250 que definia suas mais importantes funções.

O documento falava que cabia à própria entidade, a responsabilidade pelo recrutamento de seus alunos e mestres, o direito a outorgar os seus estatutos regulamentando o funcionamento interno, o direito de exigir aos seus membros um juramento de obediência aos estatutos e o direito de eleger funcionários para assegurar sua aplicação e representar a corporação perante as autoridades exteriores.

A escolha do reitor era feita pelos representantes de cada escola. Uma característica importante era o de rotação de lideranças e para que isso ocorresse os mandatos eram fixados entre três meses e um ano. O modelo do Velho Mundo com as modificações naturais do decorrer dos séculos, ainda predomina até hoje e representa o de mais importante que existe nesse tipo de instituição: a autonomia.

Com a descoberta da América coube aos espanhóis a implantação das primeiras universidades em nosso Continente, a começar pela Universidade de São Domingos (hoje República Dominicana), em 28 de outubro de 1538, seguindo-se as de Lima e México, em 1551. A primeira instituição norte-americana foi fundada na Filadélfia, em 1775.

Antes dessa época já existiam movimentos no Brasil para termos implantada a nossa universidade. Algumas tentativas, ainda de cursos isolados, são registradas na história sendo a primeira em 1670, na cidade de Salvador, então capital da Colônia.

Seguiram-se propostas vindas do Rio de Janeiro e Vila Rica (atual Ouro Preto), mas sem êxito eis que existiram vetos por parte da Universidade de Coimbra, encarregada de opinar pelo Rei de Portugal.

Somente com a chegada da Família Real, em 1808, é que surgem as primeiras escolas superiores, em Olinda e no Rio de Janeiro, entretanto com características de formação profissional e com grande controle dos governantes. O crescimento foi pequeno durante todo o fim do domínio português e no Império. Somente com a chegada da República é que houve a expansão do ensino superior.

Durante o período de 1888 e 1918 são criadas 56 escolas com forte presença do setor não governamental. Somente em 1920 é que é oficialmente criada a

primeira universidade (a Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro). A outorga ocorreu por meio da Lei nº 14.343.

O modelo nacional sempre respeitou o princípio de autonomia, entretanto o funcionamento somente ocorre após um ato do Poder Público. Na década de 30, somente uma universidade é criada (a de São Paulo), por meio de um Decreto Estadual (de nº 283, de 1934).

Novas instituições somente quase dez anos depois, através da Universidade Rural do Rio de Janeiro (1943); posteriormente vieram a Universidade da Bahia, a de Pernambuco e as duas primeiras católicas - a do Rio de Janeiro e a de São Paulo, todas em 1946. Concluindo a década, Minas Gerais foi agraciada com sua universidade federal.

Nos anos 50 nascem mais 11 universidades (Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Fortaleza, novamente Recife, Campinas, Belém, João Pessoa e Goiânia). Nesse período surgem a primeira universidade estadual (no Rio de Janeiro) e a pioneira evangélica (a Mackenzie, em São Paulo).

A fase conturbada dos anos 60 fez nascer 30 novas universidades. Na década 70 são concedidos atos de funcionamento para 14 novas instituições; em 80, trinta e uma. somando-se aos novos atos que foram baixados nos últimos anos atingimos hoje a marca de 179 universidades em funcionamento no Brasil.

O modelo pátrio faz com que tenhamos instituições mantidas pelos governos federal, estadual e municipal e uma forte presença das sob a administração da iniciativa privada que por sua vez se divide em organizações com fins de lucro e sem essa característica. As universidades funcionam ao lado de 124 centros universitários e 2.154 faculdades isoladas.

As universidades gozam de autonomia constitucional, entretanto não conseguem exercê-las em sua plenitude, tendo em vistas interpretações governamentais que cerceiam seus atos. Comparando-se com a Carta de Paris, do século XIII, observamos que muito temos que percorrer, no Brasil, para chegarmos aos princípios legados pelos nossos antepassados há mais de 750 anos.

Não obstante existirem ainda muitos obstáculos a serem vencidos, é inegável a grande contribuição das universidades para que existam, nas diferentes partes do mundo, a liberdade de pensar, agir e de formar gerações capazes de alavancar o progresso das nações e atingir à esperada harmonia entre os povos da terra.

## Centros Universitários: dez anos de uma experiência positiva na educação brasileira

A figura dos Centros Universitários surgiu no cenário brasileiro logo após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo definidos como instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

O decreto que permitiu o seu surgimento afirmou ser estendidos os princípios da autonomia das universidades, no tocante à criação, organização e extinção de cursos e programas. Em outubro de 1997 foram editados os cinco primeiros decretos credenciando duas instituições no Rio de Janeiro, uma de São Paulo, uma da Paraíba e uma de Minas Gerais. No final do mesmo ano já eram 14 Centros em funcionamento, passando para 25 em 1998.

Os bons resultados obtidos por essas IES fizeram com que a experiência passasse a ser um válido modelo, semelhante a uma universidade de ensino. Vale registro que a legislação dispensa a obrigação da realização de pesquisas, muito embora várias casas façam excelente trabalho também nessa área. A maior mobilidade desse tipo de organização fez com que o progresso se instalasse em todo o Brasil.

Decorridos dez anos já existem em funcionamento 124 Centros Universitários, sendo a quase totalidade mantidos pela iniciativa privada. Alguns são altamente especializados em determinadas áreas do saber.

As regras para a instalação de novas instituições dessa tipologia passaram a exigir a manutenção de um mínimo de oito cursos de graduação. Antes não havia um limite.

As avaliações internas e externas constataram que alguns Centros já estavam aptos a se transformar em Universidades e os primeiros pareceres nesse sentido foram aprovados, em 2007, pelo Conselho Nacional de Educação.

Durante essa década milhares de brasileiros adquiriram o saber e se profissionalizaram através dos cursos e programas oferecidos por essas instituições.

O modelo híbrido de faculdade e universidade se tornou um dos bons exemplos de que, ao ousar e permitir novos experimentos, o Poder Público pode fazer com que se consiga alavancar, com qualidade, a educação nacional.

## As tecnologias da comunicação e da informação e seus reflexos nos estabelecimentos de ensino

Pesquisa realizada pela Universidade da Califórnia revelou que a humanidade produziu no primeiro triênio desse novo século mais informações do que o volume gerado durante os 300 mil anos anteriores. E, num futuro próximo, a quantidade de dados deverá dobrar a cada 365 dias. Esse conhecimento adquirido pela sociedade vai sendo armazenado em sites de organizações públicas, privadas e de pessoas, sendo interligados pela rede mundial de computadores, a já consagrada internet.

Atualmente são registradas mais de dois bilhões de páginas. Para se ter dimensão do grandioso volume, vale dizer que, se conseguirmos visitar uma por minuto, passaríamos 4.000 anos navegando. Na WEB não existe um padrão para organizar dados e a anarquia é uma das características primárias do sistema.

Nessa overdose de informações existe muita coisa boa e uma imensidão de lixo. Não há como selecionar genericamente o que serve e o que não deva ser acessado pelos usuários. As novas tecnologias de comunicação e informação têm trazido reflexos em todas as instituições e os setores vão se ajustando conforme as características regionais, cultura dos povos e possibilidades econômico-financeiras.

Ingressamos silenciosamente na era da Sociedade do Conhecimento, onde a informação é um bem extremamente valioso. O patrimônio das empresas não se mede mais pelos bens materiais que possui, mas sim pela capacidade de domínio sobre os fatos da humanidade, pelas técnicas de promover mudanças e, em especial, pela análise prospectiva, que representa a capacidade de antever o futuro.

Cabe ao sistema educacional mundial e, inserido nesse contexto, o brasileiro, a missão de capacitar crianças, jovens e adultos para o exercício pleno da cidadania e para a produção física e intelectual. A aprendizagem não se faz mais numa determinada etapa da vida das pessoas, mas, sim, ao longo da existência.

As escolas, utilizando metodologia de ensino presencial e/ou a distância, têm um grande futuro, se modernizadas e ajustadas à exigência da comunidade. As equipes multidisciplinares precisam orientar para a aprendizagem e não transmitir conhecimento que, a cada dia, se torna um bem público e de livre domínio.

O grande diferencial que ainda existe é a diferença notada entre as nações industrializadas e os países em desenvolvimento. A inclusão digital é o maior desafio para todos, evitando que se cresça o abismo tecnológico que separa os povos. Enquanto nos primeiros o número de pessoas ligadas à internet é significativo, em outros, é diminuto, o que dificulta o acesso à informação e às evoluções do saber.

Um dos fatores que causa essa desigualdade em nosso país é, além do natural aspecto financeiro global, o custo das comunicações telefônicas. Recente estudo mostrou que temos pouco mais de mil municípios com acesso através de banda larga; os demais dependem do sistema discado para fazer suas conexões à internet. Com o atual preço das ligações, fica inviável se interligar ao mundo virtual. A criação do FUST - Fundo de Universalização das Telecomunicações pelo governo federal, objetivou amenizar o problema.

As verbas, decorrentes de valores arrecadados através das empresas de telecomunicações, seriam destinadas para novos programas, dentre os quais, a implantação de internet para escolas e bibliotecas públicas.

Contudo, nada se transformou em realidade. A chegada dos avanços tecnológicos na educação vem ocorrendo com maior ou menor intensidade conforme características das instituições. Resistências existem por parte dos professores, quer pelas equipes técnico-pedagógicas e pelas direções, contudo, terão que ser superadas para a sobrevivência das escolas.

Os modelos tradicionais de transmissão do saber ainda continuarão existindo por um certo período e pode ser que nunca acabem. Entretanto, não poderão desconhecer a chegada de novos tempos. O professor, de detentor do conhecimento, passa a ser um parceiro do aluno nas descobertas e lhe compete orientar para a correta aprendizagem. O ensino, como já ocorre em alguns países desenvolvidos, passa a ser centrado no aluno, de forma mais individual do que coletiva, como hoje ocorre nas turmas tradicionais.

O material didático formal, constituído por livros e textos consagrados, irá gradualmente ser substituído pelos jornais e revistas científicas (onde a mobilidade é extremamente maior e retratam o que vai acontecer nos dias atuais); as obras adotadas servirão para a parte humanística, imprescindível à formação básica de qualquer pessoa, entretanto não mais se constituirão como únicos elementos de difusão do saber.

Há uma tendência também o encurtamento da duração horas-aulas. Pesquisas mundiais mostram que há sensível queda da capacidade de assimilação pelos alunos, quando as exposições ultrapassam a vinte minutos. O desperdício de tempo representa alto custo e a redução das despesas será a tônica na modernidade.

Inevitáveis serão os investimentos na capacitação e aperfeiçoamento dos integrantes da comunidade técnico-educativa (professores, orientadores de aprendizagem, tutores, gestores e novos profissionais que se incorporarão ao quadro institucional) para acompanhar as evoluções tecnológicas e torná-los plenamente capaz para tomadas rápidas de decisões. Há quem afirme que o mundo será dividido em dois grupos: os “ágeis” e os que “já morreram”.

A escola, transformada em um grande shopping de serviços educacionais, terá que inserir em sua metodologia, a educação aberta e a distância, que fará a aprendizagem ao longo da vida. A qualidade será essencial para o êxito das instituições: do contrário, as mesmas serão “deletadas” da vida dos alunos por um simples “click” de seus “mouses”.

## Os e-books e as novas tendências editoriais

Durante séculos o mundo convive com os livros como um dos meios mais eficazes de transmitir a produção intelectual de milhões de autores. Antes de Johannes Gutenberg, que inventou, na Mogúncia, Alemanha, nos anos 1.400, a imprensa com composição de palavras com caracteres móveis, os originais tinham que ser reproduzidos manualmente e, portanto, em pequena quantidade.

A socialização do saber somente veio a ocorrer efetivamente a partir desse marco referencial, que foi altamente combatido, eis que representava, na verdade, uma perda do poder dos mestres. Antes eles detinham os originais e, portanto, transmitiam para seus discípulos as suas próprias versões.

A história conta que, por cerca de cem anos, foram notadas fortes resistências em várias partes do Velho Mundo. Passada essa fase, todos aprenderam a contar com as obras impressas como indispensáveis no processo de aprendizagem.

É incontável o número de livros existentes nos mais de duzentos países nos cinco continentes. Não se tem a menor possibilidade de tentar catalogá-los e permitir uma ampla pesquisa sobre o que se dispõem nas línguas universais, vivas ou mortas, como nos múltiplos dialetos.

Ao longo dos anos, algumas de suas características foram sendo modificadas, entretanto, sem perder o seu formato básico e sistema de chegada aos leitores. Os avanços da tecnologia fazem com que, agora, possamos contar com os "e-books" ou, em nosso idioma, livros eletrônicos.

Há grandes vantagens para a humanidade com essa nova opção. Uma delas é o barateamento dos custos e a outra, talvez a mais relevante, a fácil disseminação através da rede mundial de computadores.

O crescimento da Internet é inevitável e o conhecimento já se tornou um bem público, acessível por todos os que já dispõem de condições de inclusão digital. A maioria dos autores escreve pelo prazer de compartilhar suas idéias e não por mercantilismo. Essa vertente fará com que novos escritores sejam amplamente conhecidos, permitindo que teses, doutrinas, relatos de experiências e vivências possam chegar em tempo real.

Outra grande contribuição será a reedição de obras raras, hoje confinadas em bibliotecas nos grandes centros e, portanto, praticamente inacessíveis. As tendências ainda não são claras, mas é certo que todos ganharão com o progresso das letras, artes e ciências.



## Ensino médio: cenário e tendências no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional definiu, em seu artigo 35, que o Ensino Médio é a etapa final da educação básica, devendo ter duração mínima de três anos. Em seus quatro incisos estabeleceu as finalidades e, no artigo seguinte, traçou diretrizes para serem observadas por estabelecimentos públicos e particulares.

Não diferiu, em muito, das regras nacionais já existentes nas legislações anteriores que o chamavam de Ensino de 2º Grau. Recentes pesquisas mostraram que existem atualmente em funcionamento 23.561 unidades escolares que atuam no segmento, sendo 16.570 da rede pública e 6.991 mantidos pela livre iniciativa.

No primeiro grupo estudam 7.933.715 alunos e, no último, 1.097.589. Totalizando-se um universo de 9.031.302 discentes. Comparando-se com dados de 1999 notamos que houve um crescimento de 15,7% em termos de escolas e 12% em relação às matrículas. Dentro de um universo de colégios nota-se um número reduzido, eis que existem aproximadamente 220.000 centros de aprendizagem (dos quais 35.000 privados), onde estudam 60.000.000 de pessoas.

Apesar de não ser a função principal do Ensino Médio, uma delas é a de preparação dos jovens e adultos para o prosseguimento de estudos nas universidades, centros universitários e faculdades. Ao longo dos últimos anos o Ministério da Educação procurou estabelecer algumas orientações para que os educadores possam melhorar a qualidade do ensino ministrado.

Em 1997, calcado em estudos do Conselho Nacional de Educação, divulgou os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e, dez anos depois, as Orientações Curriculares. As principais diferenças consistem em maior flexibilização para que os estabelecimentos fixem, de forma mais livre, os seus Projetos Político-Pedagógicos.

Vale ressaltar que atualmente não há a possibilidade de que o ciclo possa ser feito em dois anos, como acontecia pelo sistema que se denominou como de “créditos” no meio educacional. Essa possibilidade ainda persiste na modalidade de EJA – Educação de Jovens e Adultos, que tem regras distintas na LDB. Os resultados demonstrados nas avaliações governamentais vêm evidenciando que o desempenho não é, em regra, satisfatório, especialmente na rede pública, que é mantida, em sua quase totalidade, pelos Estados.

O ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio – deixou claro um imenso “fosso” entre as unidades da rede pública e privada, tanto nos grandes centros, como nas localidades de menor dimensionamento físico. Objetivando procurar corrigir essa distorção, o Governo Federal resolveu investir nos estudos com vistas a uma total reformulação do Ensino Médio e criou um Grupo de Trabalho envolvendo o MEC e o Núcleo de Assuntos Estratégicos (conhecido como Ministério do Longo Prazo) para que propostas sejam apresentadas embasando um novo modelo aplicável nos próximos anos.

Desta forma, a realização de eventos é importante não só para se conhecer as Orientações Curriculares Nacionais, como para reflexões acerca de tendências das escolas e expectativa da sociedade. Algumas medidas já foram transformadas em lei, como a inclusão de Filosofia e Sociologia nos currículos. Entretanto, ainda há um



longo percurso para que tenhamos a universalização da educação de qualidade em todos os centros de aprendizagem. As escolas não precisam aguardar as mudanças e podem, com suas visões empreendedoras, antecipar o futuro e usar essas modificações como instrumento até mesmo de marketing institucional e evidente demonstração da qualidade.

Os programas de inclusão no ensino superior, como FIES e ProUni, já estão forçando o crescimento da demanda, mas há enormes carências, especialmente no tocante à formação de docentes em algumas das áreas essenciais de formação de nível médio.

Igualmente os programas de integração da educação profissional técnica vêm se mostrando eficientes e com resultados que serão sentidos nos próximos anos. Por fim, cabe ressaltar que são enormes as perspectivas de crescimento do Ensino Médio, tanto na modalidade presencial, como através da educação a distância.

## Retrospectiva da Educação

Ao término de um ano são sempre feitas análises setoriais, que permitem que os analistas das políticas públicas e demais pessoas interessadas em saibam se houve progresso, estagnação ou retrocesso. Na presente edição abordaremos o ano de 2007, numa apreciação cronológica, possibilitando uma visão geral dos fatos mais relevantes.

Janeiro foi marcado pelo início de um novo período de governo, com a posse dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal e do Presidente da República. O Ministro da Educação foi mantido e um Plano de Aceleração do Crescimento foi anunciado trazendo abertura para um PAC da Educação. Houve anúncio de que o país já contava com 3.127 Conselhos Municipais de Educação, sendo os órgãos os encarregados por definir as políticas públicas para as 5.564 cidades brasileiras.

O setor privado do ensino superior anunciava a criação de alguns “holdings” envolvendo capital nacional e internacional na manutenção de diversas redes de escolas. No cenário internacional, poucas novidades, exceto o encontro da Cúpula do MERCOSUL que, reunida no Rio de Janeiro, evidenciou a importância de integração de programas objetivando o crescimento dos acordos entre as nações do grupo econômico.

O segundo mês do ano teve um componente político relevante envolvendo a posse dos deputados federais e estaduais com promessas de mudanças nas práticas adotadas pelas Comissões de Educação das Casas Legislativas. O péssimo rendimento notado na legislatura passada deixava claro que era preciso não só modificar práticas, mas, especialmente, trabalhar na formulação de leis que se mostram ineficazes ao longo dos anos.

Pequena renovação também no Senado Federal quanto à quantidade de parlamentares, entretanto com promessas de uma série de debates sobre as idéias e propostas para a modernização da educação. Foi instituído pelo Ministério da Educação um cadastro geral dos docentes de ensino superior a partir das informações disponibilizadas pelas instituições. Anúncio da Universidade de Harvard deu conta que pela primeira vez na história daquela tradicional e conservadora entidade uma mulher chega ao cargo de Reitora.

Março, com o início efetivo do ano letivo, as promessas começam a se tornar realidade, especialmente através dos Secretários de Educação dos Estados, que passaram a contar com as esperanças do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, então recém regulamentado pelo governo federal.

O Plano de Desenvolvimento da Educação é anunciado pelo MEC e no mesmo vários projetos são destacados como prioritários. O Conselho Nacional da Educação faz sua primeira reunião em território indígena visitando a cidade amazonense de São Gabriel da Cachoeira. Diversos congressos no Brasil e no exterior debateram questões do cotidiano educacional, sendo a mais relevante a Conferência Internacional da UNESCO voltado para a área de educação de adultos.

O encontro, realizado na Dinamarca, deixou diretrizes a serem adotadas pelas nações-membro do ONU. O lado triste ficou por conta dos atentados que atingiram a

universidades em países que convivem com o terrorismo. Durante o quarto mês do ano foi anunciado o resultado de um ranking internacional mostrando o índice de bem estar dos estudantes.

Canadá, Grécia, Itália e Reino Unido destacaram-se nos estudos, sendo a principal razão o fato de uma efetiva participação das famílias nos estudos dos jovens. O trabalho, feito pelo UNICEF, foi bastante destacado pela grande imprensa. No Brasil duas pesquisas foram divulgadas: na primeira, o IBOPE mostrou que 68% dos que estudam até a 4ª série e que estão na faixa etária acima dos 15 anos, conseguem ler. Contudo, não entendem o sentido das frases e, conseqüentemente, não têm a capacidade de interpretar textos.

O outro estudo, feito pelo IPEA, destacou que 58% das escolas que possuem o ensino fundamental não atendem aos padrões mínimos de qualidade. Alguns eventos de bom nível foram realizados no Brasil, congregando educadores em diversas cidades. Novos atentados em escolas comoveram o mundo, sendo o mais grave o ocorrido na Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos da América.

O grande fato internacional no campo da educação, em maio de 2007, foi a realização, na Itália, do Fórum Mundial G-8-UNESCO, que congregou os países mais industrializados num evento que teve por tema central “Novas Cooperações para o Desenvolvimento Sustentável”. A educação foi incluída como uma das partes principais nesse processo eis que sem que existam nações fortalecidas não se vê perspectivas de progresso. Mereceu também atenção a escolha do Reitor da Universidade das Nações Unidas. A entidade, cuja sede é no Japão, possui centros em vários países e se destaca no campo das pesquisas e produção de trabalhos que ajudam a países em todo o universo. O mês foi marcado também por outros congressos internacionais e nacionais. A cidade de São Paulo foi sede do 14º Congresso Internacional de Educação, voltado, especialmente, para a comunidade latino-americana.

A vinda do Papa Bento XVI ao Brasil uniu as diversas linhas cristãs e o reforço ao ensino religioso foi destacado pelo pontífice. Algumas pesquisas foram divulgadas. Dentre as quais, a que mostra que existem 2.444 escolas superiores no Brasil e que 49% das pessoas com mais de 60 anos se declaram analfabetas.

Tristes episódios de ocupações de reitorias de universidades públicas marcaram o lado negativo do quinto mês do ano. O mês de junho foi marcado pela realização, no Brasil, na cidade paulista de São José dos Campos, de um dos mais expressivos encontros internacionais: o Virtual Educa. Uma pesquisa britânica mostrou que os pais gostam de usar a tecnologia com maior intensidade para acompanhar mais de perto os filhos nas escolas. Alguns países, como Japão e Portugal, ampliaram debates sobre a reforma educacional.

O Chile anunciou o aumento dos investimentos em recursos de tecnologia nas escolas. O intuito é que exista uma relação mínima de um equipamento de informática para dez alunos. No Brasil essa proporção é de um para cada cento e cinquenta. Os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes mostraram que dos 3.845 cursos avaliados, apenas 45 alcançaram o duplo conceito cinco. Mais de mil foram reprovados eis que atingiram apenas as notas um ou dois.

O Banco Mundial divulgou que o Brasil deixa de ganhar R\$ 300 bilhões com a baixa qualidade da educação. O estudo comparou a atual situação escolar no país com um cenário em que os jovens com baixa escolaridade concluem um nível educacional acima ao que possuem hoje. Essa perda de receita acontece eis que

tendo em vista o baixo desempenho escolar menos dinheiro entra no mercado. Os custos do desemprego são maiores para os cofres públicos.

O primeiro mês do segundo semestre começa com uma boa notícia: o Brasil vem melhorando sua participação no ranking da produção científica mundial, não obstante ainda estarmos muito distante dos primeiros colocados. Estamos em 15º lugar e superamos países como Suécia e Suíça. Foram publicados em 2006 mais de dezesseis mil artigos em revistas científicas de renome internacional.

Outro anúncio positivo foi a assinatura de um convênio de cooperação firmado pelo Brasil com a União Européia. Uma das conseqüências será a criação de um instituto de estudos europeus em nosso país e a disseminação de centros de estudos sobre o Brasil em universidades do Velho Mundo. Para financiar o programa, a Comunidade Européia disponibilizou 61 milhões de euros.

Vale registro da realização no Rio de Janeiro, dos Jogos Pan-americanos. Os colégios, especialmente de educação básica, valeram-se dos esportes para ajudar a motivar os alunos quanto aos estudos e pesquisas sobre os países do continente. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência realizou sua reunião anual, levando a Belém, no Pará, profissionais de todas as partes do país. Pesquisa revelou que há carência de quase 250.000 professores no ensino médio.

Outro estudo destacou que 90% dos universitários têm acesso à Internet nos grandes centros populacionais. Já nas pequenas cidades esse número é de 38%. O Plano de Ação para o Programa Mundial de Direitos Humanos na Educação, lançado pela UNESCO, em agosto, foi o grande fato internacional. O trabalho, publicado em seis idiomas, permite a prática de medidas em escolas públicas e particulares visando reduzir os efeitos da violência contra crianças e adolescentes. O Chile, mais uma vez, mostrou boas práticas, desta vez em programas de responsabilidade civil nos estabelecimentos de ensino. A chamada “educação em solidariedade” vem aumentando a cada ano. A segregação racial, especialmente no tocante aos muçulmanos, foi noticiada nos Estados Unidos da América.

Do mesmo país vem notícia de que o celular será a maior ferramenta pedagógica no século XXI. Pesquisa nesse sentido foi difundida pela Universidade de Stanford. As roupas escolares informatizadas passaram a ser usadas e, com isso, ficou mais fácil para os pais localizarem, por satélite, a localização dos seus filhos, sabendo, inclusive, se foram às aulas. Paralelamente ao anúncio vieram os protestos de invasão de privacidade dos discentes. Outra pesquisa destacou as 500 maiores universidades do Mundo. O Brasil aparece com somente cinco escolas superiores.

A União Nacional dos Estudantes festejou melancolicamente seus 70 anos. Depois de que passou a ser financiado pelo governo federal, o aluno a consideram como “UNE chapa branca”, onde os interesses da classe ficam em segundo plano. Como primeiro ponto há a chamada “blindagem” do Presidente da República, seus colaboradores e programas.

Os novos referenciais de qualidade para a educação à distância foram divulgados pelo Executivo Federal e ajudam a nortear programas das escolas superiores. Setembro foi o mês dos eventos educacionais no Brasil. Uma série de encontros, congressos e seminários congregaram educadores em várias cidades. A Associação Brasileira de Educação Infantil promoveu seu quinto congresso, no Rio de Janeiro; a Associação Brasileira de Educação a Distância, o décimo-terceiro, em Curitiba; a UNESCO, a Conferência Interpalamentar da América Latina e do Caribe,

em São Paulo e em Belo Horizonte foi à vez do Congresso Internacional de Reitores Latino-americanos e Caribenhos.

Outros fatos relevantes foram ligados à pesquisas, sendo a mais importante a desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) que analisou os investimentos na educação. Dos 34 países estudados o Brasil é o que investe menos por estudante no ensino básico. O valor apurado é de R\$ 2.500,00. Há uma grande desproporção em relação à educação superior que recebe quantitativos equivalentes a R\$ 17.000,00.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio deram conta de que estamos melhorando, embora de forma pequena, nos níveis de qualidade da educação. O governo anunciou mais recursos para a área de Ciência e Tecnologia, com destaque para a área de pesquisa e inovação que receberá R\$ 15 milhões. A lei de diretrizes e bases foi modificada e novas normas para a educação a distância foram editadas.

No cenário internacional veio a notícia da Inglaterra de que os pais serão responsabilizados e punidos se deixarem de acompanhar os alunos em caso de suspensões por indisciplina. O governo pretende que exista um compartilhamento de penas entre escolas e famílias. Durante outubro foram feitas as comemorações do Dia do Professor. Embora de forma tímida os educadores foram homenageados no dia 5 e 15. No mundo as festividades são no quinto dia do mês, enquanto que no Brasil ocorre dez dias depois. Houve também a realização da Semana de Ciência e Tecnologia com atividades em todos os Estados, com destaque para trabalhos feitos por alunos de educação básica e superior.

Um grande evento internacional promovido pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, no Rio de Janeiro, congregou especialistas dos cinco continentes. Os resultados foram consubstanciados em documento encaminhado às autoridades constituídas no Brasil. A avaliação dos cursos de mestrado e doutorado destacou resultados de 2.266 programas de pós-graduação *stricto sensu* que funcionam no país.

Na área da graduação foi tornado público que existem 38.236 cursos de formação profissional vinculados a 2.457 instituições de ensino. No exterior, o maior destaque foi a 34ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris, que definiu estratégias de ação para o período de 2008 a 2013.

A França anunciou o fim das aulas aos sábados nas escolas primárias, a partir do próximo ano letivo, no outono de 2008. As aulas a menos serão distribuídas pelos demais dias da semana. Nos finais de semana os estabelecimentos de ensino serão abertos às atividades culturais e esportivas. Outro comentário que mereceu atenção foi o aumento do ensino de mandarim, o idioma oficial da China. Já a Itália anunciou a limitação do peso das mochilas escolares.

Um guia de alimentação escolar foi lançado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Segundo os dados da instituição 1,6 bilhão de pessoas no mundo estão acima do peso e 400 milhões são obesas.

Durante o mês de novembro vários resultados de pesquisas foram divulgados mostrando resultados positivos e negativos do setor educacional. Registra-se de início um estudo realizado pela Organização dos Estados Ibero-americanos que destaca que menos da metade dos docentes da rede pública brasileira está satisfeita com as condições de trabalho.

O mesmo não acontece com os profissionais que atuam nas escolas da livre iniciativa, que se sentem bem em seus locais de trabalho. Não obstante 66% dos entrevistados não pretendem deixar as salas de aula. Nota difundida na Inglaterra dá conta de que algumas universidades já pretendem adotar o chamado "diploma global" no qual estudantes podem, a cada ano, estudar em uma instituição parceira em diferentes países. Escolas superiores da China e dos Estados Unidos da América já aderiram à novidade.

Dentre os congressos internacionais os mais expressivos foram o On-line Educa Berlim e o XV Congresso da Organização Universitária Interamericana realizados, respectivamente, na Alemanha e no Peru. Foi revelado o ranking das melhores universidades do mundo. As dez primeiras posições são dominadas por instituições norte-americanas e da Grã-bretanha. A líder é a Universidade de Harvard. A primeira brasileira (a Universidade de São Paulo) ocupa uma modesta 175ª colocação.

Em outro ranking envolvendo estudantes de 15 anos de todo o mundo (o PISA) o nosso país ficou em situação extremamente desconfortável. Dentre 57 nações ficamos entre os últimos. Os estudantes deram provas de seu poder, especialmente na

Venezuela. As manifestações derrubaram a reforma constitucional pretendida pelo governo local. No Brasil foi lançado o Plano de Ciência e Tecnologia prevendo investimentos na ordem de quarenta e um bilhões de reais até 2010.

Foi revelado o resultado do Censo da educação básica de 2007. O atendimento quantitativo é satisfatório. Segundo o estudo, entretanto, os desafios ficam na melhoria da qualidade. Houve a aprovação da nova lei de financiamento do estudante de nível superior, havendo perspectivas de abertura de milhares de vagas para os cursos de graduação.

Foram realizadas as provas do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (de nível superior) onde mais de 250.000 alunos se submeteram a verificação dos níveis de aprendizagem. Avançou o projeto da consolidação da legislação educacional brasileira sendo provável que em 2008 exista uma única lei reunindo os atos normativos vigentes em nosso país.

O último mês do ano traz, logo de início, boa notícia para a educação brasileira onde, através de um novo estudo, a Universidade de São Paulo é colocada na 94ª posição num ranking das 500 melhores instituições de ensino superior do mundo. A principal causa dessa pontuação foi à produção científica.

Em contra-partida, no ranking do ensino de matemática e de leitura organizado pelo OCDE, os alunos brasileiros estão entre os piores do mundo. Também no PISA, outro estudo sobre o rendimento escolar na educação básica, os resultados foram considerados insatisfatórios.

Diante desse contexto, o recém criado Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos decidiu, em conjunto com o MEC, constituir um grupo de trabalho para estudar a total reformulação do ensino médio, considerado um "gargalo" no sistema de progressão educacional. O CNPq decidiu fazer investimentos na ordem de R\$ 50 milhões para a melhoria da pós-graduação no país.

O governo federal editou um "pacote" de medidas educacionais envolvendo, dentre de outros atos, a criação do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, a exemplo do que já acontece com a chamada "Universidade Aberta do Brasil". Além



disso, foram editados decretos e portarias modificando os sistemas de avaliação e implantação de programas de EAD.

No cenário internacional poucos acontecimentos de expressão. As casas legislativas encerraram suas atividades de 2007 com saldo positivo. O Executivo não divulgou um balanço de suas realizações. Observa-se que existiram boas intenções e diversos programas e projetos com o intuito de melhorar a educação brasileira.



## As Tecnologias e a Educação

Os avanços da tecnologia sempre contribuíram com o desenvolvimento da educação, em todas as fases da história. Um dos primeiros marcos referenciais das transformações foi à invenção da imprensa, com caracteres móveis, há mais de cinco séculos. Com a maravilhosa descoberta foi possível editar livros e difundir o conhecimento em todo o Mundo.

Mais tarde o rádio, o cinema, a televisão e o computador ampliaram os meios de apoio a estudantes e educadores. Os meios de comunicação dão impulso à inovação do ensino. Notamos que existe a troca da abordagem tradicional, até então calcada na fala do professor à frente da sala de aula, pelo uso de mídias que fortalecem o trabalho em grupos mais ativos, dinâmicos e criativos em todas as escolas.

Os estabelecimentos de ensino estão já repletos de “nativos digitais” que dominam a tecnologia com absoluta sabedoria, mesmo antes de chegarem às salas de aula. O professor passa a ser um orientador de aprendizagem e já em alguns países da Europa funcionam os primeiros cursos que visam à formação de um “mídia educador”, que integram os conhecimentos de comunicação e pedagogia e preservam valores e a ética necessárias na produção audiovisual direcionada especialmente ao público infanto-juvenil.

As velhas e novas tecnologias convivem lado a lado e funcionam de forma complementar. O que é antigo para escolas em determinadas regiões é absolutamente novo em outras. A realidade sócio-educacional mostra um grande abismo entre regiões ricas e pobres. Desnecessário dizer que a tecnologia mudou a educação. Alguns dirão que para melhor; outros para pior. As correntes são diversas mas a realidade é que as transformações existem e continuarão a acontecer.

O que virá pela frente nos próximos anos? Ninguém sabe exatamente mas é certo que novos desafios virão. Dois fatores já são vislumbrados: a TV digital e o telefone celular que serão usados amplamente no meio educacional. A primeira tecnologia ainda é pouco conhecida pela sociedade e é necessário um razoável investimento público e privado para que aconteça o seu uso com maior intensidade mas a telefonia móvel já tem uso por um número incontável de pessoas.

Segundo estatísticas foram necessários 20 anos para se atingir o primeiro bilhão de aparelhos em todo o mundo; para chegar ao segundo bilhão, foram quatro anos e para o terceiro bilhão, apenas dois anos.

Oitenta por cento da população mundial vive em área de alcance de celular. 68% dos aparelhos já permitem tecnologia para o acesso à Internet mas, no Brasil, apenas 3% conseguem se conectar a rede mundial por meio dos aparelhos portáteis de comunicação.

É uma questão de tempo. Nosso país já possui 150 milhões de celulares, numa população de 190 milhões de habitantes. Significa 80% do povo está em condições de usá-los para todos os fins, inclusive para o enriquecimento do saber.

Com um nível acelerado de competição entre as empresas operadoras o custo dos aparelhos cai a cada momento. Falta, ainda, uma política que permita valores mais módicos das contas, pagas pelos usuários. Superada essa barreira veremos que escolas e alunos estarão cada vez mais interligados, possibilitando a interatividade contínua entre os membros da comunidade educacional.

## A omissão governamental na educação brasileira e seus reflexos no desenvolvimento do país

O ano letivo de 2008 está iniciando e as 220.000 escolas existentes no Brasil definiram suas propostas pedagógicas, como recomenda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os docentes que participaram na construção dos projetos estabeleceram seus planos de trabalho onde há previsão expressa de responsabilidade em zelar pela aprendizagem dos alunos.

Por sua vez, os mais de 60 milhões de estudantes matriculados em escolas públicas e privadas se organizaram para a volta às aulas e prepararam suas vidas na esperança de progresso em seu saber, como elemento fundamental para o sucesso pessoal e profissional. Mas o que fez o governo federal? Nada.

A LDB determina de forma expressa que a União incumbir-se-á da elaboração do Plano Nacional de Educação em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios. O referido plano deve conter as linhas gerais a serem seguidas pelos Sistemas de Ensino e pelas escolas de educação básica e superior com vistas a permitir que existam ações integradas.

O Brasil tem pouquíssimos Planos Nacionais de Educação. O primeiro, elaborado pelo Conselho Federal de Educação no início da década de 60, foi abortado pelo movimento revolucionário e virou letra morta. O segundo, feito pelo Poder Legislativo, em 2001, chegou a ser transformado em lei, entretanto, não representou nenhum avanço para a nação, eis que os vetos impostos pelo Executivo fizeram com que perdesse todos os resultados práticos que poderiam trazer progresso ao setor.

Vale citar que o PNE deveria ter sido avaliado no quarto ano de vigência, isto é, em 2004, mas nenhum movimento concreto ocorreu até hoje. Omitiram-se os deputados, senadores e membros do governo. O resultado desse silêncio, somado a outros fatores, representa uma lástima na qualidade do ensino, deixando o Brasil nas últimas posições nas avaliações internacionais. A tragédia é anunciada e a prática repete-se ano após ano, com uma imensa passividade do povo brasileiro. O Ministério da Educação, a quem cabe a coordenação das ações políticas, preocupa-se mais em justificar a farra dos cartões corporativos (onde foi, por sinal, um dos líderes) do que em enfrentar os graves problemas que se apresentam em todas as cidades.

Alguns lampejos de esperança surgiram recentemente no chamado Plano de Desenvolvimento da Educação (ou PAC da Educação) anunciado com grande pompa para manter o Ministro à frente da pasta. Dezenas de projetos foram criados. Contudo, em sua quase totalidade, não passam de simples boas intenções.

Aliás, São Bernardo (não o do Campo, que projetou o Presidente da República no mundo político, mas o consagrado pela doutrina católica) já afirmava que o inferno está repleto de bons propósitos. Não sentimos qualquer aceleração, mas sim, um forte sistema de nivelamento medíocre de propostas e práticas.

Aliás, uma das mais recentes, foi o infeliz anúncio como solução de afastar as universidades do Conselho Nacional de Educação, para evitar "interesses institucionais ou pessoais". O colegiado, já combalido e sem prestígio, onde seus

pareceres não têm qualquer efeito a não ser depois do crivo de tecnocratas e do aval do Ministro, ficará, a partir de agora, mais à mercê dos interesses governamentais de continuar tendo um povo sem capacidade de pensar e de estudar em boas escolas.

Corremos o risco de além de termos um Presidente da República que se orgulha de ter pouca escolaridade (aliás, por que quis, eis que teve tempo mais do que suficiente para estudar durante suas inúmeras campanhas eleitorais e que pode estudar confortavelmente por aprendizagem a distância a bordo de seu avião privativo) e de um Ministro com reduzida produção científica, virmos a adotar em todo o Brasil a chamada "lei dos comboios". Segundo essa norma, que rege a velocidade dos navios, o de menor velocidade é que determina o ritmo dos demais.

Temos em todos os rincões educadores e entidades da sociedade civil altamente interessados em melhorar as condições do povo brasileiro, mas precisamos que diretrizes sejam construídas prevendo ações de curto, médio e longo prazo. É inadiável um novo Plano Nacional de Educação, como um instrumento de Estado e não de um governo que, por sua própria natureza, é sempre transitório. Para isso virar realidade basta um simples ato, quer do Legislativo ou do Executivo, e, para que aconteça, temos que ver a vontade política de mudar para melhor.

## Os sistemas de avaliação na educação brasileira

Avaliação da educação sempre foi um grande desafio para todos os que atuam tanto na educação básica, como na educação superior. No âmbito dos estabelecimentos, essa prerrogativa cabe às suas equipes técnica e docente e as formas são definidas pelos projetos pedagógicos e as regras contidas nos regimentos. Não há leis federais determinando como deve ser feita a verificação da aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e normas complementares afirmam que compete às universidades, centros universitários, faculdades e escolas definir os critérios e os professores que devem participar do processo decisório. Apesar de existir atualmente uma plena liberdade para estabelecer as formas de avaliação nota-se que há um certo conservadorismo nas casas de ensino.

As notas e conceitos lineares para todas as disciplinas prevalecem às variáveis possíveis decorrentes, em especial, da teoria das inteligências múltiplas que mostra que nem todas as pessoas são iguais nas diversas áreas do conhecimento. É preciso que as escolas usem mais e criem modelos alternativos. Imprescindível também é que as famílias aceitem essa liberdade e que os professores e alunos entendam que o importante é aprender e não passar de ano.

Ao lado dessa realidade intra escolar há disposição da Constituição Federal que cabe ao Poder Público proceder à avaliação de qualidade do ensino ministrado nas escolas. Os Sistemas de Ensino (Federal, Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios) têm a competência de autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino e aferir os níveis qualitativos.

Dentro desse contexto foi criado o chamado “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”, com o intuito de constatar como funcionam as instituições de ensino superiores federais e privadas. As regras prevêm diversas modalidades, dentre as quais a autoavaliação.

Algumas das aferições ganham mais espaço na mídia, como o ENADE – Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes (que substitui o antigo Provão), o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), a Prova e Provinha Brasil, etc.

Há, também, as verificações “in loco” feitas por técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão vinculado ao Ministério da Educação, quando se tratam de cursos superiores e inúmeros outros mecanismos ajustados pelos Estados e Municípios no âmbito da educação básica. Em outros países há bons exemplos onde às avaliações da educação não são feitas pelo Governo. Existem agências privadas que exercem esse papel com resultados positivos. Outros organismos internacionais aferem também, de forma comparativa, os resultados alcançados pelos alunos.

Notabilizam-se o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os outros estudos feitos especialmente pela Organização das Nações Unidas para a educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Em todos, infelizmente, ficamos em posições pouco invejáveis, estando abaixo de países subdesenvolvidos.

O MEC anunciou que pretende fazer mudanças no ENEM que vem servindo de referência para acesso dos estudantes ao ProUni (Programa Universidade para Todos) e concessão de financiamento estudantil, especialmente pelo FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Mas o que pensa a comunidade educacional? Pouco tem se perguntado.

Objetivando suprir essa lacuna a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, entidade máxima representativa das escolas particulares brasileiras, contratou o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação para uma avaliação do SINAES (Sistema Nacional) utilizado pelo Executivo Federal.

A pesquisa envolveu todas as escolas superiores e ouviu dirigentes e avaliadores institucionais de todas as regiões. O resultado mostra que a quase totalidade das universidades, centros universitários e faculdades entende que é preciso aperfeiçoar o processo. Açam que o modelo em uso não é ruim, mas urge mudanças.

As conclusões da enquete serão levadas, inicialmente, a um amplo debate através de encontros em algumas cidades brasileiras. Posteriormente ao MEC e, por fim, ao Congresso Nacional, para que seja modificada a legislação.

Não se pretende, pelo menos nesse momento, alterar a norma constitucional e retirar do Poder Público essa competência mas sim contribuir para o seu aperfeiçoamento. Não é possível, por exemplo, usar apenas um dos componentes do Sistema para conceder financiamento ou privilégio ao acesso ao ensino de graduação. Hoje o ENADE é o único balizador para os benefícios.

Todos os demais meios são, pelo menos para esse fim, desprezados, trazendo grandes prejuízos não só às mantenedoras das instituições, mas a toda a comunidade brasileira. O acesso ao ensino superior no Brasil é, ainda, muito ruim, e ocupamos uma das últimas posições num ranking mundial, provocando, com isso, um obstáculo ao desenvolvimento social e tecnológico.

## A necessidade de formação dos jovens e o crescimento do País como base de empregabilidade

Quase metade da população brasileira entre quinze e vinte e quatro anos está sem emprego. Esse é o resultado de uma pesquisa elaborada por economistas do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. Segundo os estudos são cerca de quarenta milhões de jovens, o que representa 46% do contingente populacional nessa faixa etária.

Desse conjunto, quase dez milhões vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo; doze milhões e meio não tinham concluído o ensino fundamental e um milhão e quatrocentos mil pessoas é formado por analfabetos. O mesmo estudo evidencia que o desemprego entre os jovens desse grupo é três vezes e meia maior do que entre adultos com mais de vinte e quatro anos.

Os números do Brasil são ruins se comparados com países em desenvolvimento. Ficamos bem atrás de outras nações latino-americanas, como México e Argentina e numa longa distância dos que integram o grupo dos povos industrializados. O mercado de trabalho tem optado pela contratação dos mais velhos. Um dos grandes desafios é reduzir a desocupação juvenil.

É preciso promover simultaneamente a escolarização, a profissionalização e a ampliação do acesso ao mercado de trabalho, com incentivo à contratação de jovens. Mais do que dar-lhes profissão, torna-se imprescindível possibilitar a educação continuada, quer através de cursos presenciais, quer por meio de metodologias de aprendizagem a distância.

Mas para que isso aconteça à escola precisa ser mais atrativa e de qualidade para que exista, pelo menos, a formação em nível médio. Obviamente que a capacitação em cursos de graduação tradicional ou tecnológica é o ideal, mas estamos longe ainda de oferecer condições a todos. A rede pública é insuficiente para a demanda e as instituições privadas dependem de retribuição financeira para arcar com seus custos e investimentos.

Nosso País está em último lugar, se o compararmos com os da América Latina e Caribe, em termos de oportunidade de estudos superiores. Há apenas duzentos e treze universitários por grupo de dez mil brasileiros. O governo federal não dispõe de um programa bem estruturado de políticas para a juventude. Alguns projetos costumam ser anunciados, mas há falta de consistência e continuidade.

Fica, portanto, claro, que é preciso um sistema de longo prazo, com medidas para aplicação a curto e médio, para a formação dos estudantes calcadas nos desafios da modernidade. Não adianta só proporcionar a formação. É imprescindível que exista um foco não só nas profissões atuais mas, especialmente, nas futuras.

Ao lado desse esforço que não deve ser só do Poder Público, mas de toda a sociedade, teremos que ter um real crescimento. Os PACs (Programas de Aceleração do Crescimento) podem até dar resultados - e assim esperamos - mas não bastam ações voltadas para a população de baixa renda. É preciso muito mais! Nos últimos sessenta anos o Brasil experimentou vários planos de desenvolvimento.

Dentre eles foram mais destacados o "Salte", elaborado pelo governo Eurico Dutra, em 1948, mas abandonado na gestão de Getúlio Vargas. Assistimos, a partir de 1956, o "Plano de Metas" (que continha o slogan 50 anos em 5) de Juscelino Kubitschek. Houve o progresso, mas, em contrapartida, o aumento da inflação e da dívida.

Já no regime militar, em 1964, foi à vez do "PAEG", o Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco, que provocou a estagnação do Brasil. Não paramos por aí. Veio, em 1972, o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), com três versões, permitindo o chamado "desenvolvimento econômico". As taxas de crescimento foram na ordem de dez por cento. Por fim, nessa série o "Avança Brasil", lançado por Fernando Henrique Cardoso, em 1999.

O crescimento de todos os setores, especialmente o industrial, o comercial, o da construção civil e o de serviços, permitem a empregabilidade quase imediata mas terão mais chances as pessoas que tiverem melhor qualificação. Exemplos de outros países mostraram que o progresso inexistente se não houver uma população capacitada.

Estamos em um bom momento, com estabilidade econômica e maiores esperanças para os menos assistidos anteriormente. Resta agora que existam medidas práticas envolvendo o setor produtivo e o educacional para que tenhamos não só esperanças, mas sim resultados.



## Conselho Nacional de Educação: tendências e perspectivas

A criação de um órgão colegiado para definir políticas públicas para a educação data de 1911 quando surgiu no Brasil o Conselho Superior de Ensino, inserido no contexto da Lei Orgânica Superior e Fundamental. Hermes da Fonseca governava o País e Rivadávia Correa era o Ministro de Estado da Justiça e Negócios do Interior, ao qual a educação era subordinada.

Dizia o texto legal que sua atribuição precípua seria o de substituir a função fiscal do Estado e estabelecer as ligações necessárias e imprescindíveis no regime de transição que ia da oficialização completa do ensino, então vigente, à sua total independência futura, entre a União e os estabelecimentos de ensino.

O Conselho Nacional de Educação, com essa denominação, aparece no cenário do País em 1925. Pouco depois, em 1931, quando já existia um Ministério específico para tratar da educação (e da saúde pública), novo decreto define sua função como órgão consultivo do Ministro. O mandato dos conselheiros era de quatro anos. Em 1961, quando da edição da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o CNE passa a se denominar Conselho Federal de Educação, tendo vinte e quatro membros com mandatos de seis anos.

Possuía amplos poderes e somente alguns de seus atos dependiam de homologação do titular da pasta. Com a edição da nova LDB, em 1971, as funções do CFE são praticamente mantidas, sendo as mesmas respeitadas durante vários anos, até a edição de Medida Provisória em 1994, convertida em lei no ano seguinte. Os mandatos foram reduzidos para quatro anos, mantendo a possibilidade de recondução por igual período. Com a edição da MP e depois da lei houve uma sensível perda de poder do Conselho. Seus atos não têm qualquer validade sem que sejam homologados pelo ministro, sendo previamente submetidos à notas técnicas elaboradas por servidores públicos lotados nas diversas instâncias do MEC. A opinião pessoal passou a valer mais do que a do colegiado.

No tocante ao processo de escolha de seus membros, ao longo de quase um século, podemos afirmar que permaneceu sendo praticamente o mesmo. A definição final sempre coube ao Presidente da República, embora o processo de indicação tenha retrocedido com o decorrer dos anos. Antes o órgão era formado pelos diretores das principais escolas que existiam em funcionamento (Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, de Direito de São Paulo e de Pernambuco, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e Colégio Pedro II) e por um docente de cada unidade de ensino indicados por eleição das respectivas congregações.

Hoje se faz um grande processo de propostas, mobilizam-se dezenas de entidades, surgem mais de cem nomes e, no final, o Presidente mantém praticamente todos os seus integrantes. Na versão de 2008 a farsa democrática ampliou-se e, sob a égide da ética e da não interferência das entidades representativas do setor educacional, associações idôneas e expressivas foram completamente alijadas.

A decisão, consubstanciada em portaria ministerial, aliada às infelizes manifestações à imprensa, maculou a dignidade de organizações que surgiram

muito antes do MEC e do nascimento do seu atual titular. Reviu-se, ao vivo, a fábula do "parto da montanha". Dos cento e cinco envolvidos para as doze vagas, apenas três novos educadores (e, aliás, bem qualificados) irão integrar o Conselho.

Não obstante essas observações, há de se reconhecer o grande esforço feito por conselheiros para mudar o estado de coisas. Iniciativas positivas para dar um estatuto próprio ao Conselho Nacional de Educação foram buscadas mas, na prática, ainda não frutificaram. Interessa ao governo manter um CNE sem poder decisório final. Mesmo assim, a prática de gestão, especialmente nesses dois últimos anos, marcou pontos positivos. A visibilidade dos pareceres foi praticamente imediata, o que permitiu que todos os interessados soubessem das decisões.

O lado negativo tem sido a baixa produção de vários conselheiros. Muitos não emitiram sequer um parecer próprio ao longo de um mandato. Outros o fizeram mas sem a expressão vista há décadas. Enquanto não se modificar a lei, permanecerá o mesmo quadro que perdura desde 1994 com um colegiado sem poder deliberativo. O Brasil está perdendo a oportunidade de possibilitar que vinte e quatro educadores, as quase totalidades de renome, possam decidir sobre as linhas gerais da educação nacional.

Hoje se legisla quase que exclusivamente pelo Executivo através de atos individuais; medidas provisórias e decretos são editados pelo chefe do Estado e complementadas por centenas de portarias solitárias do ministro da Educação. Mas afinal, quais são as tendências e perspectivas? Isso dependerá de dois fatores: a capacidade dos conselheiros em propor novas regras e a pressão da sociedade, especialmente da comunidade educacional, para que existam efetivas mudanças. Quem sabe poderíamos voltar a 1911 e cumprir as metas de existência de uma total independência entre a União e os estabelecimentos de ensino.

## A motivação necessária para a permanência nas escolas

Um novo indicador calculado pelo Banco Mundial aponta que as oportunidades educacionais oferecidas às crianças brasileiras estão entre as piores da América Latina. O Índice de Oportunidade Humana (IOH), divulgado pela primeira vez, é uma tentativa de medir se as oportunidades estão distribuídas de forma eqüitativa entre a população de um país. Leva em conta dois fatores preponderantes: a educação e a moradia. No primeiro, sobre o qual nos debruçamos nesse estudo, são avaliadas a conclusão da sexta série na idade correta e a matrícula escolar entre 10 e 14 anos.

Numa escala de zero a cem o IOH brasileiro ficou em 67 pontos. Entre os 19 países da América Latina ficamos em décimo quinto lugar, à frente somente de El Salvador, Honduras, Nicarágua e Guatemala, Chile, Jamaica, Argentina e México lideram o ranking. No Brasil, o desafio do acesso à escola já foi superado, mas o da qualidade ainda está muito aquém dos demais países do Continente. Ocupamos posições pouco invejáveis e quais são as verdadeiras razões do fracasso.

Faltam políticas públicas duradouras e melhor formação dos educadores. A carência de recursos é um fator relevante, mas não é o principal. Se Gasta muito com o ensino público superior e pouco com a educação básica. Analisemos primeiro a descontinuidade dos programas nacionais de educação. Em nosso país o Ministério da Educação foi criado em 1930.

Nos 78 anos de existência experimentamos 44 ministros, o que representa uma média de pouco mais de um ministro/ano. A rotação de titulares da pasta é enorme. Nessas oito décadas inúmeras foram as reformas do ensino. Não temos um Plano Nacional de Educação (o que temos aprovado praticamente não existe) e vivemos num emaranhado de PACs, PDEs e outros projetos de curto ou médio prazo.

Outro estudo mostra que 76,6% dos jovens estão despreparados para o trabalho. Apenas 64% da população está satisfeita com o sistema de educação. O aluno de hoje é diferente do que vinha para a escola há alguns anos e 76% dos jovens vêem a escola como o lugar onde podem aprender coisas para conseguir um trabalho. Provêm de famílias com perfis modernos onde os valores e as estruturas são outros.

As estatísticas mostram que 1,7 milhão de jovens entre 14 e 17 anos abandonaram a escola; 20% dos estudantes já sofreram agressões físicas dentro dos estabelecimentos de ensino. O ambiente escolar depende de professores bem preparados para colaborem fortemente para a aprendizagem. Os “nativos digitais” já acostumados com as tecnologias, exigem unidades físicas dotadas de equipamentos modernos e conectados com o mundo.

A aula tradicional baseada apenas na linguagem verbal já é coisa do passado. Mas, como mudar esse cenário? Fora da escola é fundamental que a sociedade pressione os governantes para que existam políticas públicas em todas as esferas. Um pacto nacional é importante, envolvendo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade. No âmbito interno o processo depende em muito da liderança do diretor da escola e sua capacidade de motivar todos os integrantes da comunidade educacional.

A verdadeira missão desse líder é conciliar as demandas burocráticas e pedagógicas para garantir que os alunos progridam. Necessita ter a capacidade de proporcionar condições para que os professores invistam em sua permanente atualização e que exista um clima de harmonia entre os partícipes do processo educacional. Precisa se sintonizar com as famílias e estar “atenado” com que acontece dentro e fora dos edifícios que abrigam as casas de ensino.

Esse trabalho é, sem dúvida, de longo prazo. Uma pesquisa feita no Brasil mostrou que, nas escolas em que o diretor trabalha por vinte ou mais anos na mesma instituição, melhoram em até 18% a avaliação do rendimento dos alunos. As que têm grande rotação de gestores são as que têm piores resultados. As fórmulas não são simples mas perfeitamente atingíveis. Basta existir vontade e determinação para motivar. O resto é decorrência.

## Avaliação das Instituições de Educação Superior

As primeiras iniciativas do Ministério da Educação com a avaliação no ensino superior ocorreram na década de 1960, com edição do Decreto 63.338, de 1968. As primeiras áreas avaliadas foram as de Medicina e de Engenharia, com criação de comissões de especialistas. Em 1985 o MEC ampliou as atribuições desses grupos, através da edição do Decreto 91.607, de 1985 e a Portaria 706, do mesmo ano, conferindo-lhes competência para prestar colaboração técnica e pedagógica à instalação de um processo permanente de avaliação, acompanhamento e melhoria dos padrões de qualidade em diversas áreas de formação científica e profissional.

Dentre as ações previstas estavam visitas periódicas para observação das instalações, equipamentos, qualificação de docentes, organização didática, padrões de ensino e pesquisa. Na década de 1990 foi criado o Programa Avaliação Institucional das Universidades Brasileira (PAIUB), como marco inicial da avaliação institucional. Ainda nessa década foi promulgada a lei 9.131, de 1995, instituindo o Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão”.

Em 2004 o governo federal submeteu ao Congresso Nacional o projeto de lei criando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e transformando o Exame Nacional de Cursos em Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Referido projeto foi aprovado e transformado na Lei 10.861.

A sistemática atual prevê a auto avaliação, a avaliação externa e a avaliação dos estudantes. As três dimensões formam, portanto, as bases legais. O processo de avaliação interna é feito pelas próprias universidades, centros universitários e faculdades, sem que exista uma verificação do MEC. Foram criados alguns dispositivos colaborativos mas sem haver uma interferência. O ENADE está bem compreendido pela comunidade educacional, sendo feito sob a coordenação geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

As ações mais complexas estão na avaliação externa, que é feita pelo Poder Executivo, através de medidas integradas da Secretaria de Educação Superior e do INEP. O Conselho Nacional de Educação não mais atua no processo de avaliação, como ocorria no passado. Suas ações foram substituídas por práticas da CONAES. Vale registro que todas essas normas são aplicadas exclusivamente nas instituições de ensino superior mantidas pela União e pela livre iniciativa e que pertencem ao Sistema Federal de Educação.

As criadas e mantidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios são vinculadas aos Sistemas Estaduais de Educação e, portanto, imunes a ações do MEC, não sendo aplicados os dispositivos decorrentes da lei de 2004 e de suas inúmeras regulamentações acessórias. No Brasil inexistiu um Sistema Único de Educação, como chegou a ser pretensão de alguns (e aliás, ainda permanece viva a idéia) e portanto o governo federal não pode estabelecer regras para serem cumpridas pelos demais entes federativos.

Isso somente será possível com uma emenda à Constituição Federal. Dentro dos seus limites de competência o Executivo Federal edita decretos e portarias que

devem seguir os ditames da lei, mas não podem ir além, inovando ou alterando o deliberado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Na prática, contudo, temos tomado conhecimento de normas conflitantes, como as edições de índices e indicadores que não têm o amparo da ordem constituída. Ocorre que, até que sejam revogados os atos normativos pelas próprias autoridades do Sistema Federal ou que inexista a declaração de ilegalidade pelo Poder Judiciário os documentos são válidos e trazem reflexos diretos na vida das instituições, alunos, docentes e sociedade.



## Os avanços da tecnologia versus as posturas convencionais na educação

A tecnologia vem contribuindo fortemente com o desenvolvimento da humanidade e, a cada momento, são notadas grandes descobertas em todas as partes do mundo. As universidades e institutos especializados exercem um papel decisivo nesse processo eis que há investimentos vultosos nas pesquisas e no desenvolvimento de produtos e projetos.

Em todas as áreas há o surgimento de tecnologias, que acabam sendo utilizadas para o bem e para o mal. Grandes inovações se transformaram em instrumentos de destruição e trouxeram grandes frustrações e tristezas para os seus idealizadores. Outras salvam vidas e alavanca o progresso. No cômputo geral, há sinais mais positivos do que negativos. No campo educacional vemos, com satisfação, a incorporação de novas “ferramentas” que aceleram a aprendizagem e tornam mais eficazes os sistemas de ensino, tanto na educação básica, como na superior.

Dentro desse contexto surgiu há mais de 170 anos a modalidade de educação a distância que possibilita, através de diversas formas, a democratização do saber. No passado o ensino por correspondência era o único elo de ligação entre o professor e o aluno; posteriormente surgiu o rádio, o cinema, a televisão e, mais recentemente, o computador, imprescindível para o uso da internet. Os modernos meios de transmissão nem sempre foram bem aceitos pelos professores. Conta a história que, para a aceitação plena do livro impresso, houve uma demora de um século.

Essa postura convencional, muito comum ainda no ambiente escolar, precisa ser superada. Em diversos congressos, seminários, simpósios e outros eventos “cases” são relatados e mostram avanços ou retrocessos na aceitabilidade de novas posturas.

O progresso chega à escola, mas em passos mais lentos do que atinge outros segmentos; já temos um número considerável de estabelecimentos que dão extraordinários exemplos de visões abertas e focos no futuro. Outros, ainda, não chegaram ao século 21 e, por opção inconsciente, caminham de volta para o século 19.

Um dos grandes testes de visão de passado ou de futuro está chegando agora às unidades educacionais e se refere ao uso dos vídeos conferências no processo de avaliação dos alunos. A tradição é a realização de provas presenciais para se dimensionar o nível de conhecimento dos discentes. O principal argumento de defesa dos tradicionalistas é que é preciso se evitar fraudes no processo e nada melhor do que o velho sistema do cara a cara.

Mas... será que isso é realmente preciso? Particularmente entendemos que não! As vídeo conferências, hoje já aprovadas até para julgar presos e absolvê-los ou condená-los às prisões são aceitas no mundo jurídico. A telemedicina já é um sucesso em todo o mundo mas, na educação, a legislação educacional não valida as avaliações à distância. Não se aceita a telepresença ou presença virtual, mesmo

que as partes envolvidas tenham potentes equipamentos e sistemas eficazes de segurança.

Como mudar essa postura inflexível? Com novas normas legais ou com atitudes? A resposta está mais nas mãos dos educadores do que dos legisladores e aí fica a nossa grande esperança de incorporação das tecnologias úteis e relevantes à educação.

## Novo conceito de presença na educação

O processo de educação sempre esteve ligado a um princípio de presença física dos alunos a um determinado lugar. Na antiguidade os discípulos viajavam léguas para receber ensinamento dos mestres em locais públicos ou nos mosteiros. Mais tarde, com o surgimento das escolas, os espaços físicos foram então modernizados sem, contudo, fugir ao princípio da relação direta entre aprendizes e professores.

Passaram séculos, mas o modelo permaneceu com grande similaridade até os dias de hoje. A legislação educacional brasileira criou a exigência de presença física de, pelo menos 75%, para permitir que exista o direito ao progresso nas séries ou períodos dos ensinamentos fundamentais, médios e superior.

Abriu-se uma exceção para os discentes matriculados nos programas de educação a distância que ficam dispensados de comparecer às aulas nos ambientes convencionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 reafirmou princípios que já vinham vigorando desde 1961, não inovando de uma forma ampla, tópicos alusivos à presença.

As normas complementares da LDB criaram a necessidade de “momentos presenciais”, ficando a definição desses períodos a critério dos projetos pedagógicos das casas de ensino. Em algumas instituições o tempo exigido é pequeno e em outras, mais expressivos.

Não obstante haver, na lei, a liberdade das unidades quanto à elaboração dos planos operacionais que permitam a aprendizagem dos jovens e adultos um ponto tem sido exigido: o de avaliação presencial.

As autoridades públicas, vinculadas aos diversos órgãos educacionais, como Ministério da Educação (através de suas diversas Secretarias), Conselho Nacional de Educação, Secretarias Estaduais de Educação e Conselhos Estaduais de Educação têm entendimentos, ainda unânimes, de que é preciso o comparecimento regular, especialmente nas provas que permitirão a promoção (ou reprovação).

O maior receio dos conservadores é o da existência de fraudes no processo de verificação do saber. Na verdade os vícios podem ocorrer em todas as modalidades de produção científica. Apesar de condenável essa prática é comum em escolas públicas e privadas as chamadas “terceirizações” de monografias, teses e dissertações que não são denunciadas pelos partícipes da comunidade educacional e nem coibidas pelos agentes policiais.

As novas tecnologias, inclusive às aplicadas à educação, permitem que se usem equipamentos capazes de permitir a verificação da presença, sem ser exigido deslocamentos físicos. A “presença virtual” já é uma realidade em todo o mundo. É perfeitamente possível que um médico faça um exame clínico ou até mesmo uma cirurgia de alto risco sem estar no ambiente hospitalar. As naves espaciais podem ser controladas a milhões de quilômetros de distância. Transferências de grandes ou pequenas quantias por bancos on-line já são realidade. Os acusados em processos criminais podem ser julgados por teleconferências, permitindo que os magistrados assistam seus depoimentos em locais distintos e os condenem à prisão

ou os absolvam. Por que, em nosso país, não é possível que um professor avalie seus alunos à distância e lhes atribua um conceito ou nota capaz de promovê-los, deixá-los em recuperação ou aprová-los?

A legislação educacional acessória mostra-se ainda com uma visão de passado. Os tempos mudaram, mas o entendimento das autoridades permanece sendo o mesmo do século 20. É preciso se admitir as novas formas de presença e dispensar o antigo “cara-a-cara” como a única alternativa válida. Vivemos numa época onde há um novo aluno, já conectado com o futuro e que nasce num ambiente virtual.

Os “analfabetos digitais” precisam evoluir e ver o mundo sob uma outra ótica, onde não mais se medem as distâncias por metros, mas sim pela capacidade de transmissão dos novos sistemas

## As grandes questões da legislação educacional brasileira

A legislação educacional brasileira vem sendo consolidada ao longo de quase cinco séculos de nossa história. Na verdade, as relações no campo educacional surgiram em 1549, quando foi criada a primeira escola em nosso país. A partir desse fato iniciaram-se os direitos e deveres tanto dos alunos, quanto dos educadores, como do Poder Público.

O Brasil, ainda como Colônia, recebia todas as normas da Coroa Portuguesa e se submetia às determinações emanadas pelo Rei ou por seus prepostos. Durante os 210 anos toda a educação era privada e se desenvolvia graças aos Jesuítas. Com sua expulsão, em 1759, o governo estatizou os estabelecimentos de ensino e passou a editar sucessivos atos que tinham que ser cumpridos pela sociedade.

Somente mais tarde voltou a existir a coexistência do público e privado no setor.

A reforma do Marques de Pombal, editada naquele mesmo ano é, na verdade, a primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional. Suas regras são extremamente rígidas e coíbem a liberdade acadêmica até então usuais.

Antes disso alguns poucos alvarás régios foram assinados para definir aspectos pontuais, especialmente a partir de 1720. Conhecemos a Independência e vivemos na República, mas os velhos hábitos foram sendo mantidos de forma pacífica, em algumas épocas, e autoritária, em outras.

Considerando que estamos às vésperas de comemarmos os 460 anos de educação brasileira e levando em conta que na primeira fase inexistiam regras expressas, podemos afirmar que teremos 250 anos de legislação educacional. Devemos festejar ou refletir com mais profundidade os benefícios ou efeitos maléficos da regulamentação? Em todos os países há leis que se aplicam às relações juspedagógicas sendo que em algumas nações existem poucas medidas e em outros um número excessivo.

O Brasil enquadra-se nessa segunda hipótese. Existem atualmente em vigor quase 100 leis federais vigentes, sendo a mais antiga uma de 60 anos atrás. A cada momento defrontamo-nos com novos projetos (ou Medidas Provisórias, que de provisórias só têm o nome) elaborados pelo Poder Executivo ou pelos parlamentares e que são transformados em normas imperativas.

Não temos uma Consolidação da Legislação, muito embora esforços sejam empreendidos para que todo o acervo seja convertido em uma única lei de mais fácil entendimento pelos interessados. A Constituição Federal criou aspectos positivos para colaborar no sistema de aprendizagem e suas disposições gerais que precisam ser respeitadas por todos os que vivem no Brasil. Na prática, contudo, defrontamo-nos com práticas abusivas e que somente podem ser modificadas pelas pressões políticas ou por meio de medidas judiciais.

As mais graves afrontas não vêm apenas das leis mas sim dos decretos, portarias, resoluções, deliberações, pareceres e outros infinitos diplomas que “infernizam” a vida dos partícipes de uma comunidade educacional. Em nossa

história recente observamos que a “fúria legislativa” é absurdamente incompreensível, exigindo das escolas de educação básica e superior verdadeiros plantões de pessoas com razoável experiência para identificarem as que se aplicam às unidades educacionais, as que não trazem reflexos diretos ou indiretos e as que integram uma imensa “zona cinzenta” que dependem de maiores estudos por “experts”.

Nenhuma geração concluiu o seu ciclo de estudos sem que tivesse passado por uma ou mais reformas educacionais. Os projetos pedagógicos precisam mudar de rumo com razoável mobilidade para serem ajustados aos novos ditames da legislação em vigor. E isso é bom ou ruim? Mais uma indagação fica no ar. Particularmente entendemos que o sistema usual é altamente prejudicial eis que sequer os processos avaliativos podem ser concluídos, como subsídios para que se verifiquem os prós e contras das disposições normativas.

O Brasil não possui um Sistema Único de Educação. Temos um da União Federal, um do Distrito Federal, vinte e seis dos Estados e mais de cinco mil e quinhentos dos Municípios. Todos legislam sobre educação e há uma absoluta perda de controle do que diariamente é editado e se aplicam as 220.000 escolas e 60.000.000 de estudantes.

Uma das grandes questões é se saber o que vale e o que ficou no grupo das leis que existem e as que “não vingaram”. Há uma série de outros tópicos que vão desde o excesso de regulamentação à sua falta. Uma outra imensa preocupação é a invasão de prerrogativas dos agentes do processo educativo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, deixa clara a distribuição de competência da União, dos Estados, dos Municípios, das escolas e dos professores. Essa divisão é salutar, desde que respeitada. Notamos no dia a dia que o descumprimento dessas regras traz um grande processo de desgaste para todos, sendo que seus reflexos recaem nos alunos. A existência de um “pacto de convivência” superaria essa barreira de desenvolvimento e para que isso exista não precisa uma lei, mas sim do compromisso de todos.

Podemos enumerar, dentre as grandes questões, a lentidão dos processos administrativo-educacionais que versam sobre atos de autorização de funcionamento de escolas e cursos. Inexistem prazos para que o Poder Público decida acerca de pleitos formulados, especialmente pelas entidades mantenedoras de instituições da rede privada (ou, se existe, não é cumprido em muitas regiões). Existem situações em que o MEC demora quase uma década para tão somente homologar um parecer do Conselho Nacional de Educação. Em muitos Sistemas de Ensino a burocracia cartorial, herdada de nossos antepassados, impera em pleno século 21.

Vale registro também a falta de sintonia entre as expectativas dos alunos (e/ou de suas famílias) e as unidades de aprendizagem. Os regimentos escolares, contratos de prestação de serviços e códigos disciplinares – que se constituem na legislação interna e não passa por um crivo governamental – em muitas das vezes são elaborados de forma não muito clara e gerando demandas infundáveis.

Por fim queremos ressaltar que é necessário, em tempos modernos, que os profissionais que atuam nas escolas tenham uma visão geral da legislação educacional e dos seus ramos correlatos (como o direito do menor, o direito do consumidor, direito autoral, direito internáutico, direito penal e direito civil). Não se pode exigir que os docentes e os integrantes dos quadros técnico e administrativo sejam profundos conhecedores da legislação aplicável, entretanto é importantíssimo que as regras sejam conhecidas para reduzir os impactos sociais dos novos tempos.



Muitos outros pontos poderiam ser listados entretanto cingimo-nos aos acima que se constituem, na verdade, nos pilares dos entraves ao desenvolvimento de sistemas mais eficazes de aprendizagem.

## O papel das entidades representativas das instituições de educação

As instituições de educação, públicas ou privadas, têm por costume criar associações ou entidades sindicais com o intuito de promover ações que visem a defesa de seus interesses. Essa prática ocorre em todo o Mundo e, no Brasil, dezenas de organizações têm um funcionamento com maior ou menor intensidade. Notáveis trabalhos vêm sendo realizados, através de pesquisas, estudos, publicações técnicas ou informativas, eventos, etc. Os modelos gerenciais são diversos, predominando as atividades voluntárias e sem existência de remuneração dos dirigentes. As organizações sociais congregam segmentos específicos, como religiosos de diversas denominações, grupos de universidades, centros universitários, faculdades, entidades mantenedoras, escolas de educação infantil, fundamental ou média. Paralelamente há os sindicatos e federações de estabelecimentos de ensino que têm uma função geral definida por lei e complementarmente por seus estatutos e que podem se filiar à uma confederação nacional. Suas normas internas estabelecem prerrogativas, missões, visões, estruturas e finalidades, conforme a esfera de atuação.

Algumas chegam a ter o direito de fazer indicação de membros para os conselhos de educação e outros fóruns. Já o direito de postulação, no Supremo Tribunal Federal, através de ações que permitam a discussão da constitucionalidade de leis federais ou estaduais é privativa da entidade máxima representativa do segmento (confederação). Essa disposição é contida na Carta Magna e tem por objetivo restringir processos na alta Corte do Judiciário e ordenar o sistema.

As ilegalidades dos atos infra legais (como decretos e portarias) podem ser questionadas nas instâncias inferiores da Justiça por qualquer pessoa jurídica ou indivíduo. Levando-se em conta a quantidade de associações e sindicatos em funcionamento no país - mais de cem - o número de medidas judiciais em trâmite é ínfimo. Mas, qual a razão desse pequeno questionamento judicial?

Existem várias razões. Uma primeira é o receio de que existam represálias dos órgãos governamentais sobre as entidades dirigidas pelos presidentes das associações ou sindicatos. Embora não se veja na prática essa consequência o mito prevalece. Outro ponto que pode ser citado é a falta de consenso entre os dirigentes dos estabelecimentos de ensino, o que impede a propositura de ações.

Há um terceiro grupo que julga que, mediante negociação política, é possível mudar o "status quo". Formam frentes parlamentares ou agem diretamente perante os órgãos de regulação ou supervisão escolar. Dentro desse último contexto a maioria promove eventos, convida as autoridades e elabora matérias que são divulgadas em revistas e páginas eletrônicas, mostrando uma certa "cumplicidade do bem" e prestígio institucional.

Os caminhos são válidos, desde que atinjam os objetivos almejados. Mas, afinal, qual é o papel das entidades representativas dos estabelecimentos de ensino? Essa é a grande questão que precisa ser amplamente debatida no seio das instituições. O objetivo inicial que levou à criação de muitas entidades não é, às vezes, o pretendido pelos associados de hoje.

É preciso até mesmo se repensar sobre a manutenção da organização. O saudosismo sem resultados leva a uma perpetuação de esperanças e à queda sensível de demanda de novos membros e até a dificuldade de escolha de diretorias. As fusões e incorporação de escolas já são uma realidade, mas idênticos procedimentos nas entidades representativas, ainda são inéditos.

Num mundo moderno e cada vez mais competitivo o processo de gestão para resultados é essencial para a sobrevivência. Impõe-se a capacidade de saber mudar os rumos dos empreendimentos, ouvindo as bases de sustentação e agindo dentro de princípios racionais e não meramente emocionais dos detentores do poder.

## O uso da educação à distância nos programas sociais

A educação a distância sempre se caracterizou como sendo a melhor alternativa de democratização dos sistemas de aprendizagem. Desde as primeiras ações que aconteceram no século XVIII a metodologia foi adotada para levar o conhecimento a qualquer cidadão, independente de classe social. Na primeira fase, onde tudo era feito através de material impresso e com a remessa pelos correios, existia uma natural restrição de acesso pelos analfabetos. Somente os conhecedores do idioma é que podiam ler os conteúdos pedagógicos e interagir com seus professores.

Com o avanço das tecnologias e o surgimento do rádio foi possível ampliar para todos os segmentos a transmissão de conteúdos através da voz. Passaram os anos e o cinema reforçou essa possibilidade, com a adição da imagem. A televisão surgiu como um novo aliado e proporcionou experiências positivas. Mais recentemente a Internet se transformou num veículo de extraordinária relevância para as comunicações, entretanto ainda com um baixo uso nas classes menos favorecidas.

Em muito breve teremos a TV Digital como um novo agente de transporte de conteúdos educacionais para todos os lares. Apesar de todo esse aparato tecnológico o Brasil usa pouco a educação a distância em programas sociais. Temos uma série de projetos governamentais no campo assistencial, mas nenhum deles agrega novos conhecimentos aos beneficiários.

Milhões de famílias recebem ajuda financeira e material e é louvável o interesse humanitário de ajudar o próximo. Mas só isso é o suficiente? Claro que não. Nenhum jovem terá sucesso na vida se não contar com uma educação de qualidade. Ademais, se estiver num contexto familiar onde às pessoas tenham absoluta carência de noções de cidadania, saúde, meio ambiente, educação, etc, suas chances se reduzem.

Há países, especialmente em desenvolvimento, que investem fortemente em programas sociais através de educação à distância, usando as mídias corretas acessíveis ao público-alvo. O rádio é um extraordinário veículo para os enriquecer os projetos sociais e pode ser usado, com um pequeno investimento, centrado tão somente em geração de programas.

As emissoras podem transmitir, sem ônus para o governo, em horários de sua conveniência, conteúdos educacionais que serão úteis extremamente úteis para a sociedade. Outra alternativa válida é a de junção de materiais impressos ou CDs de áudio nas já tradicionais cestas básicas. Além de alimentos, dar-se-á cultura e educação aos que precisam. Propostas como essas precisam ser incorporadas pelas autoridades públicas para que, efetivamente, os programas sociais tenham maior alcance junto à população.

## As novas tecnologias e os reflexos nos direitos autorais

As mudanças, em todas as épocas, sempre foram recebidas com dúvidas e incertezas, gerando calorosos debates e fortes resistências entre as pessoas que, de forma direta ou indireta, são atingidas pelo processo de desenvolvimento. Os registros históricos contam que o livro impresso, implantado graças ao surgimento da imprensa com caracteres móveis, no século XV, foi rejeitado em muitas regiões por mais de cem anos. Foi necessário que outras gerações aparecessem para sua absorção plena pela sociedade.

Mas, por que essa resistência, se era um progresso para a humanidade? A única razão justificável era a perda do poder pelos detentores do saber (ou melhor, dos originais que eram até então manuscritos e de difícil disseminação). O ganho para milhões representava perda para alguns poucos.

Há estudos que mostram que, em toda a mudança, existem quatro tipos de manifestações: um grupo considera-se como "vítimas"; outro, como "críticos", um terceiro são enquadrados como "observadores" e, por último, os "navegadores". Os dois primeiros são os mais resistentes e correspondem a 20%; os "muristas" (que não sabem ao certo para que lado vão), equivalem a 70% e somente 10% são os que acreditam e aceitam as transformações.

Essa regra acontece sempre, em todas as hipóteses e setores, inclusive nos processos educacionais. Depois de vários séculos onde o livro impresso foi incorporado na vida das pessoas, surgem avanços tecnológicos que permitem o aparecimento dos livros eletrônicos (e-books) e obras áudio digitais (áudio livros).

A substituição do papel por outras mídias, como o CD Rom e a transmissão pela internet, já é uma realidade em todas as partes do mundo. Há significativas vantagens, em termos de globalização do conhecimento, entretanto paradigmas terão que ser quebrados. A nossa cultura é de reserva do mercado intelectual para cessão de direitos a editoras que investem industrialmente vultosas quantias na incerteza de comercialização dos produtos. O risco de encalhe e obsolescência é grande e os erros de planejamento podem levar a retumbantes fracassos.

Atualmente algumas nações já trabalham fortemente pela quebra do "copyright" nas revistas científicas e nos livros educacionais. Essa corrente tende a crescer, mas a médio e longo prazo, exatamente por existirem "vítimas e críticos" que alarmam o caos no mercado. Aos poucos o processo evoluirá e não trará o mal que os resistentes anunciam. Pelo contrário: possibilitará a democratização do saber.

Para aumentar as discussões e apimentar esses questionamentos o maior site de busca na internet anunciou a digitalização e uso de livros e outros materiais escritos pela rede mundial de computadores. O Google, utilizado por todos os que usam computadores, tomou a iniciativa de promover as mudanças e começou a inserir trabalhos intelectuais na internet. Os detentores dos direitos autorais reagiram fortemente e ingressaram na justiça americana contra a empresa (Google Book). Logicamente os seus dirigentes sabiam das reações mas, como seria impossível negociar previamente com todos, optaram por ser réus a autores.

No caso específico um acordo foi anunciado e foi aberto um prazo para que as contestações existissem, mas já sendo anunciado de antemão que destinará 63% de toda renda auferida para o detentor dos direitos. Atualmente os mais renomados autores de livros convencionais não ganham mais do que 20% a título de remuneração pela produção intelectual. Nos demais casos a média é de 10 ou 15%.

Segundo os números o que era ameaça, passou a ser oportunidade. Além dos autores poderem vir a ganhar três ou quatro vezes mais em termos percentuais terão seus nomes mundialmente consagrados e com o volume de acesso extremamente maior. Não se compara o acesso virtual às livrarias convencionais.

Afinal, o que interessa ao autor: que ele seja lido em papel ou em CD ou nos equipamentos de informática? Dentro do sentido prático o que é relevante é que seus pensamentos sejam absorvidos por pessoas interessadas em qualquer parte do universo. O direito autoral, com suas normas rígidas, vai se ajustando à modernidade e será flexibilizado. Mas, será que essas mudanças não serão sentidas pelos tradicionalistas? Claro que sim. Volta-se ao quadro dos cenários dos grupos de resistência. O que é melhor nesse momento? Os visionários naturalmente embarcarão nas naves do progresso. Os demais ficarão no cais esperando o surgimento de novas oportunidades.



## **A imprescindível necessidade de alteração da legislação que fixa o valor das anuidades escolares nas escolas particulares**

O Artigo 209 da Constituição Federal afirma que "O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação e II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público". Não obstante a essa liberdade, já assegurada em Cartas anteriores, o Poder Público vem, há várias décadas, intervindo nos preços cobrados pelas entidades mantenedoras de escolas de educação básica e superior.

O marco referencial da legislação brasileira é o Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, que definia normas sobre a "Organização e Proteção da Família". Em seu Artigo 24 determinava a garantia de descontos progressivos por filho matriculado na mesma escola, entre 20 e 60% do valor cobrado.

Coube à Consultoria Geral da República, em 1983, elaborar um Parecer (aprovado pelo então Presidente da República), afirmando que o dispositivo não mais vigorava, tendo em vista incompatibilidade com princípios constitucionais. Novos instrumentos foram sendo baixados ao longo do tempo, como o Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, que dava poderes ao Coordenador de Mobilização Econômica do Governo Federal para fixar os limites de preços pelos quais as mercadorias ou materiais deveriam ser vendidos ou os preços deviam ser pagos.

Atingia, de forma direta, as escolas particulares. As chamadas "Leis Orgânicas do Ensino" dentre elas o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que disciplinava o ensino secundário, davam poderes ao Ministro da Educação para fixar normas sobre as contribuições exigidas dos alunos.

Adveio então, vinte e oito anos após a primeira disposição, o Decreto-Lei nº 532, de 16 de abril de 1969, dispondo sobre a fixação e reajustamento de anuidades, taxas e demais contribuições do serviço educacional. Dizia o ato legislativo que os preços deveriam ser fixados pelos colégios tendo por base o princípio da compatibilização entre a evolução dos preços e a correspondente variação de custos.

A partir de 1986, com a edição da política de congelamento de preços, vieram sucessivos decretos e portarias modificando a sistemática em vigor. Com a nova Constituição, dois anos mais tarde, as Medidas Provisórias passaram a ser editadas e, a MP 176, de 29 de março de 1990 (mais tarde transformada na Lei nº 8.039, de 30 de maio do mesmo ano) redefiniu critérios. Outras MPs chegaram a envolver a matéria e o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 8.170, de 19 de janeiro de 1991, pouco depois modificada pela Lei nº 8.178 (de 4 de março do mesmo ano), com outras regras.

Novas Medidas Provisórias criaram outros critérios e, finalmente, o Legislativo edita a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passando a ter plena eficácia. A solução encontrada pelo Legislativo, em conjunto com o Executivo e as entidades representativas de alunos e estabelecimentos de ensino, contemplava todos os

pontos e permitia, em especial, que os alunos pudessem estudar normalmente sem aplicação de penalidades, desde que o atraso não fosse superior a noventa dias.

Numa atitude surpreendente o Executivo, seis dias após a edição da lei, baixou a Medida Provisória nº 1.930, de 29 de novembro de 1999, alterando os critérios e proibindo que as mantenedoras aplicassem qualquer penalidade aos alunos inadimplentes. Estabeleceu-se o chamado "calote institucionalizado" que, infelizmente, perdura até hoje. A MP não foi votada e pela sistemática vigente à época era preciso reeditá-la para evitar perda da validade.

Seguiram-se, então 23 reedições, sendo que a última (ainda hoje vigente) tem o número 2.173-24, sendo datada de 23 de agosto de 2001. O Congresso Nacional não vota a matéria, não obstante existir aprovado pela então Comissão Mista (envolvendo Senadores e Deputados) o Projeto de Conversão nº 8, de 2001, pronto para entrada na ordem do dia. Ressaltamos que se trata de MP anterior à vigência da Emenda Constitucional nº 32, inexistindo, portanto, a necessidade de votação separadamente nas Casas Legislativas. O Presidente do Congresso pode colocá-la em pauta na Ordem do Dia conforme sua disposição pessoal. Objetivando solucionar a matéria existem duas alternativas:

a) a primeira, mais prática e que depende apenas do Executivo, será a retirada da MP editada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com isso restabelece-se em sua plenitude, a Lei 9.870, de 23 de novembro de 1999;

b) a outra é a votação da MP e sua transformação em lei. O substitutivo contempla parcialmente a matéria.

Vale registro que ao longo do tempo as escolas foram obrigadas a cumprir 130 atos legislativos federais (entre decretos-lei, leis e medidas provisórias), além de dezenas de decretos, portarias e disposições infralegais. Nesse conjunto de normas estabeleceu-se o princípio do "calote" e uma grave consequência nas entidades mantenedoras de escolas privadas de todos os níveis e modalidades.

Muitas delas acumulam passivos significativos que dificilmente serão quitados, se persistir o quadro legal em vigor no Brasil. As propostas supramencionadas são tecnicamente possíveis, cabendo a decisão quanto à forma, às lideranças políticas de nosso país.

## As transformações no mundo editorial

As novas tecnologias representam um extraordinário avanço nas formas de pensar e de realizar ações em todos os campos do saber. Durante muitos séculos a comunicação foi exclusivamente verbal. Depois, surgiu a escrita feita de forma rudimentar. No século XV a imprensa com caracteres móveis permitiu a democratização do saber, com a reprodução, em massa, de originais centralizados em poder de seus autores.

Surgiram os livros que cumprem um extraordinário papel nas civilizações, possibilitando que bilhões de pessoas, em todas as partes do universo, tenham contato com as artes, letras e demais ciências. Não existem números, sequer estimados, de quantos volumes já foram impressos e são guardados em grandes ou pequenas bibliotecas ou nos mais diferentes locais.

Um significativo quantitativo de livros se encontra esgotado e não mais circula através dos meios convencionais. Mas, essa realidade, começa a mudar com o advento das tecnologias digitais. A internet, essa maravilhosa "ferramenta" que surgiu há poucas décadas, vem proporcionando condições para que se difundam obras que não mais se encontrava à disposição de pesquisadores e estudiosos.

O processo de digitalização de textos já é uma realidade irreversível, prevalecendo os de domínio público, que não exigem aferições de direitos autorais. Já é possível se ver, por exemplo, a primeira revista publicada no Brasil sobre educação. A Revista Pedagógica, editada em 1890, já foi inserida na página eletrônica do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação.

Igualmente, a pioneira Revista da Academia de São Paulo, de 1859, pode ser facilmente encontrada no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Dentro de pouco tempo teremos a possibilidade de também ouvir as vozes de ilustres personagens da história universal. Os arquivos de áudio disponíveis serão difundidos pela Rede Mundial de Computadores, ampliando os horizontes dos que se dedicam aos estudos ou simplesmente pretendem aprofundar o seu direito às informações.

Os e-books e áudio livros se multiplicarão num processo vertiginoso, graças ao desenvolvimento dos sistemas de comunicação. Já vivemos num Mercado Comum do Conhecimento onde o saber se caracteriza como um bem público ao alcance de todos.

## Os reflexos do uso do vídeo na educação brasileira

A evolução das tecnologias vem sendo elemento indispensável para o progresso de todas as ciências. Na educação não é diferente e os equipamentos, que surgem frequentemente, trazem suas contribuições para a melhoria da aprendizagem e para a motivação dos alunos. Há cinquenta anos chegava ao Brasil o primeiro "vídeo tape", aparelho gravador que produz ao mesmo tempo, em fita magnética, imagem e som.

O fato foi marcante mereceu destaque na grande imprensa e um significativo evento no Copacabana Palace, Os programas gerados em estúdios ou um dos mais tradicionais estabelecimentos hoteleiros do Rio de Janeiro. Através de sua evolução, por meio do videocassete, as escolas puderam formar gerações para um mundo que é marcado pela "pedagogia da tela".

O comportamento de professores e estudantes mudou nesse meio século deixando de existir somente as "aulas ao vivo". A filmagem e a reprodução dos ensinamentos passaram a ser regra, tanto nos grandes colégios e universidades, como também em unidades educacionais de nível médio.

Em salas convencionais passaram a ser também usados em emissoras de televisão, como embrião das webs tv que são a cada dia mais usadas tanto em países industrializados, como em desenvolvimento.

Apesar das mudanças físicas e aprimoramento dos formatos, o princípio continua sendo o mesmo: o de impedir improvisações e fazer com que exista uma busca incessante de qualidade nas comunicações aplicadas à educação.

## As publicações abertas e sua influência no mundo moderno e sem fronteiras

Crescem, em todo o mundo, os movimentos favoráveis à existência de publicações gratuitas disseminadas através da internet. Autores, editores e provedores de acesso estão no centro das discussões e crescem os que se aliam tanto à um lado como à outro, reduzindo sensivelmente os que normalmente não possuem opiniões formadas a respeito do tema. Congressos e estudos vêm sendo intensificados, com excelentes trabalhos pró e contra.

Esse debate é extremamente interessante para a comunidade educacional, especialmente a que tem maior ênfase na metodologia da educação a distância, onde a leitura de obras abertas é de grande valia para complementação dos textos que normalmente são inseridos nos materiais didáticos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Os livros, revistas científicas, jornais e outros periódicos de código aberto tendem a crescer, até mesmo por opção de seus responsáveis. O que se evidencia é que mais do que o recebimento pelos direitos autorais é relevante a disseminação das ideias. Não é novo o movimento do Mercado Comum do Conhecimento, objeto de projeto sob a égide das Organizações dos Estados Americanos.

Há mais de dez anos num memorável encontro da Organização Universitária Interamericana (OUI) realizado na cidade de San José, na Costa Rica, o tema já era objeto de painéis de trabalho pelos reitores do continente americano. Mais tarde, a Europa ampliou os trabalhos a favor da liberação, primeiramente, das revistas científicas. A principal e justa razão é a que nas mesmas são publicados os resultados de pesquisas pagas pelos governos de muitos países.

Por que dever-se-ia cobrar para se saber as conclusões de estudos que foram feitos pelos pesquisadores custeados pelos cofres públicos? Os portais de domínio público mostram significativa demanda, favorecendo a estudantes, professores, pesquisadores e todas as pessoas que se interessam pela aprendizagem.

A polêmica maior surgiu quando os sites passaram a disponibilizar livros de graça. O Google, um dos mais respeitados buscadores mundiais, anunciou sua disposição de dar sequência a essa política de ampliação dos acervos digitais.

O assunto chegou aos tribunais americanos e foi estabelecido um macro acordo com todos os que entendem ter a propriedade intelectual atingida. A empresa passou a contar com a Google Books, que digitalizará e os oferecerá online gratuitamente e a Google Editions, que atuará com os autores que pretendem comercializar seus trabalhos. No projeto inicial, que vigorará a partir de 2010, nesse segundo segmento estarão envolvidos entre 400.000 e 600.000 títulos.

As sucessivas edições da Feira Internacional de Frankfurt, o mais importante evento mundial de livros, possibilitará, anualmente, se vislumbrar os cenários para os próximos anos. Considerando a relevância do assunto até a Comissão Européia vem atuando no processo de mediação.

Ao lado da discussão dos livros gratuitos (ou não) surgiu também o princípio da imprensa gratuita, que programou o seu primeiro congresso mundial, para Madrid,

com a presença confirmada de mais de vinte países. O objetivo é aumentar o número de veículos que aceitam participar, com jornais e revistas não científicas, nesse processo.

Enfim, o grande debate mundial que se estabelece é se o conhecimento deva ou não ser um bem de interesse público. Os primeiros anos da próxima década serão marcados por amplas discussões e, com certeza, extraordinários defensores das duas situações.

## O crescimento da população mundial e os desafios da educação

O crescimento da população mundial exigirá novas estratégias para que a humanidade consiga superar os desafios que se apresentarão nos próximos anos. Atualmente os cinco países mais populosos são China (1,345 bilhão), Índia (1,198 bilhão), Estados Unidos da América (314,7 milhões), Indonésia (230 milhões) e Brasil (193,7 milhões). As previsões para 2050 mostram mudanças nesse ranking populacional e são esperados que a ordem seja a seguinte: Índia (1,613 bilhão), China (1,417 bilhão), Estados Unidos (403,9 milhões), Paquistão (335,2 milhões) e Nigéria (289,1 milhões). O Brasil cairá para o oitavo lugar com 218,5 milhões.

Esses dados são do Relatório da População Mundial elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O planeta tem 6,8 bilhões de pessoas e está perto do limite máximo, segundo os especialistas. Ao lado das preocupações com o meio ambiente, alimentação, saúde e educação se constituem como pilares de um grande processo de sustentabilidade.

Os efeitos do aquecimento global, com busca de compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa, estão na pauta dos encontros que reúnem os mais importantes líderes das nações industrializadas. Alimentação e saúde vem sendo também objeto de profundos debates, especialmente porque não há barreiras geográficas em ambas situações.

Mas, na área de educação, são tênues os compromissos. Muitos assumidos não são cumpridos, e se centram mais na universalização do acesso à educação. Quase nada se estuda acerca da qualidade. Há, sem dúvidas, exames internacionais que medem os graus de absorção do conhecimento. O PISA é um dos mais valiosos instrumentos mas que não aponta soluções mas sim dá os sinais de sucesso ou fracasso das políticas públicas setoriais. É como se medisse a temperatura de um doente mas sem diagnosticar os males que o mesmo possui.

O crescimento populacional aliado à evolução da ciência e tecnologia precisa estar par a par com os cenários nacionais e internacionais. A construção física de escolas e as dificuldades para manter sistemas de educação continuada podem ser superadas com a implantação de eficientes programas de educação a distância.

A aprendizagem terá que ser ao longo da vida pois os ensinamentos levados aos alunos normalmente em sua infância e juventude se tornarão obsoletos e cairão em desuso rapidamente. Igual realidade se dará nas universidades onde novas profissões surgirão com rapidez incalculável.

A superação desse desafio de proporcionar condições de absorção dos novos saberes é missão somente alcançável por meio de programas internacionais de EAD. Os intercâmbios físicos atenderão a apenas a uma pequena parcela da população e normalmente agrupada nas elites. A grande massa populacional terá que se valer dos crescentes meios de comunicação que, cada vez mais acessíveis, tanto em termos técnicos, como em valores financeiros, para obter condições de sustentabilidade.

Em face disso fica clara a relevância de mecanismos mais simples que permitam os estudos internacionais. A educação, sem a existência de restrições



quanto à sua validação governamental, será a tônica nas próximas décadas. Prosperarão os países que abrirem suas fronteiras ao conhecimento e isso somente se dará em decorrência da visão de seus governantes.

## Restrições à liberdade pedagógica: o retrocesso de 250 anos imposto pelo governo federal às escolas brasileiras

As restrições à liberdade intelectual sempre foram condenadas em todas as épocas da humanidade e esse princípio deve permanecer como regra básica para o progresso dos seus povos. Na história de diversas nações, dentre as quais a do Brasil, há registros de tristes momentos em que, por força de atos discricionários, detentores do poder impuseram restrições à edição e circulação de livros e outros textos e pensamentos, como forma de sufocar idéias e, especialmente, de demonstrar força e poder dos governantes.

No meio educacional esses tristes episódios aconteceram em épocas diversas, desde o período da Colônia até a República. Felizmente vemos hoje consagrado em nossa Constituição Federal o pleno direito às manifestações, por todos os meios, demonstrando que atingimos a maturidade de um país democrático.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo que trata dos Princípios e Fins da Educação Nacional assegura, em seu artigo segundo, que "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Logo a seguir afirma que "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas".

Em seu artigo doze estatui que "Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;" Os textos legais não deixam dúvida que não vivemos em um país onde regras ditatoriais são impostas às escolas, com disposições absurdas de restrições pedagógicas.

Mas, será isso absoluta verdade? Infelizmente não! O Ministério da Educação, através de sua Secretaria de Educação Superior, sob o pretexto de atualização de acervos, passou a exigir que as universidades, centros universitários e faculdades retirem as obras do autor Damásio Evangelista de Jesus das bibliografias básicas e complementares das disciplinas de Direito Penal e de Direito Processual Penal. Essa aberração pode ser vista nos termos de saneamento de deficiência dos cursos de Direito de inúmeras instituições.

Adiciona uma justificativa afirmando que "o motivo é simples: à vista da Comissão de Especialistas, as obras do autor estão ultrapassadas e não mais respondem aos atuais questionamentos das disciplinas supracitadas." A interferência é, sob o ângulo de um país democrático, no mínimo intolerável.

Estamos voltando a 1759, quando princípios semelhantes levaram D. José I, rei de Portugal, que ainda dominava todas as Colônias, estabelecer a primeira reforma do ensino aplicada ao Brasil, sob a influência de Marques de Pombal.

No histórico documento, ordenado há 250 anos, consta proibição para o ensino nas escolas das obras de Manoel Álvares, Antonio Franco, João Nunes Freire, João Soares e de Madureira. Também justificava sua decisão afirmando que as mesmas contribuíam mais para fazer dificultoso o estudo da latinidade no reino e por serem inúteis.

No documento de 2009, o governo brasileiro diz que se for identificado o descumprimento de quaisquer das cláusulas pelas instituições será instaurado, de imediato, o processo administrativo que poderá levar ao encerramento de atividades do curso. Já no instrumento jurídico de dois séculos e meio atrás constava que os que descumprissem a determinação seriam logo presos para serem castigados ao "meu real arbítrio" e não poderiam mais abrir classes no reino e nos domínios.

Não estamos fazendo a defesa dos autores, mas sim um alerta para o forte retrocesso em que nos encontramos. As justificativas, tanto do passado, como do presente, são impossíveis de assimilação. É louvável que se tenham obras atualizadas nas indicações bibliográficas, como elemento de qualidade dos sistemas de aprendizagem, contudo essa tarefa deve ser exercida pelos docentes e pelas equipes multidisciplinares que atuam nas entidades.

Delegar-se essa tarefa aos membros das comissões formadas pelo Executivo Federal fere o princípio da liberdade acadêmica, além de representar uma invasão indesejada nas casas de ensino. Teriam os seus integrantes a permissão para dizer que estão (ou não) atualizadas as obras do atual titular da pasta da educação brasileira? Os livros "Em defesa do Socialismo", "Desorganizando o Consenso", "Sindicalismo, Cooperativismo e Socialismo" e "O Sistema Soviético - Relato de uma polêmica", únicas produções científicas de Fernando Haddad estão aptos para figurarem das bibliografias universitárias?

Provavelmente o próprio Ministro, em função de suas múltiplas atribuições, desconheça essa prática de múltiplos excessos e detalhismo da máquina burocrática. Impõe-se, a bem da liberdade prevista em nossa Carta, que o governo brasileiro não siga os passos da "doutrina Bolivariana", recém imposta pela reforma educacional editada pela Venezuela de Hugo Chaves, ou pelas ditaduras de Fidel Castro e Mao Tse-tung, aliás, ainda admirados por alguns "republicanos" de plantão. Não há mais espaço para se restabelecer no Brasil a "Real Mesa Censória" do século XVIII que dizia o que era permitido e o que deveria ser proibido. Não há mais condições de assistirmos, silenciosos, aos atos secretos que enche de vergonha uma nação próspera e livre como a onde vivemos.

## Os avanços da internet e saldos positivos para os sistemas educacionais

O extraordinário avanço da internet no mundo traz reflexos altamente positivos para os sistemas educacionais. No Brasil vemos cenários animadores. Em 2005 eram 31,9 milhões de pessoas com acesso à rede mundial de computadores; no início de 2009 já são 56 milhões, representando um aumento significativo, embora ainda tenhamos 104 milhões de excluídos, se tomarmos por base a população acima de dez anos de idade.

A Região Sudeste concentra 40,3% dos internautas, sendo seguido pelo Centro-Oeste, com 39,4; Sul, com 38,7%; Norte, com 27,5% e Nordeste com 25,1%. Em termos de local de acesso 57,1% usam equipamentos em casa; 35,2% em "lan house" e 31% nos locais de trabalho. Há uma forte concentração da segunda opção nos Estados da Região Nordeste.

O uso da banda larga vem aumentando e atualmente são mais de 80,3%. O acesso discado ainda tem 18% e o restante usa as duas alternativas. Paralelamente aos computadores os aparelhos celulares marcam evolução positiva no sistema de comunicações. Em 2005 eram 56 milhões e ao término de 2008, 86 milhões.

Os dados são da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios que é elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Referidos números mostram significativas bases para que a educação a distância possa ser alavancada em todas as unidades da Federação. As instituições que possuem programas de EAD precisam adequá-los à realidade social dos usuários.

As variáveis de acesso e de tipos de máquinas existentes nas casas ou locais de trabalho dos alunos são primordiais para o sucesso ou o fracasso. Em muitas ocasiões, excelentes conteúdos são disponibilizados por universidades, centros universitários, faculdades e escolas, mas se perdem no percurso até a outra "ponta", onde os estudantes não conseguem acompanhar a aprendizagem por choques de programas instalados.

É relevante, portanto, que exista uma permanente pesquisa e um contínuo processo de avaliação, para evitar desperdícios e frustrações recíprocas dos agentes ativos e passivos do processo de aprendizagem.

## As publicações científicas e sua relevância para o Brasil

A produção científica é um dos elementos mais relevantes para mostrar o desenvolvimento das nações. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de ensino superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano que se caracterizam, especialmente, pela produção intelectual institucionalizada.

Mas, não adianta se produzir, sem se disseminar os artigos e conclusões de pesquisas. Além das universidades, outros centros de pesquisas, bem como organizações culturais e autores de forma individual ou em grupos, difundem o seu saber através dos meios convencionais (livros e revistas impressos) ou por intermédio de sistemas mais modernos, como os e-books e periódicos eletrônicos.

O Conselho Nacional de Educação afirma que referida produção consiste na realização sistemática da investigação científica, tecnológica e humanística e divulgada principalmente em veículos reconhecidos pela comunidade da área específica.

As edições científicas diferem das demais publicações em que decorrem de pesquisas calcadas em fatos concretos ou em projeções e não em idéias geradas por mentes brilhantes, mas subjetivas e, muitas das vezes, imaginárias.

Nosso país registra um espantoso aumento dessa produção. Em 2008, foi constatado o crescimento de cinquenta e seis por cento em artigos aceitos em revistas indexadas no Institute for Scientific Information (ISI), o seleto banco de dados de uma das mais renomadas empresas multinacionais, a Thomson Reuters, que reúne estatísticas sobre aquelas que são consideradas as melhores revistas científicas do mundo.

O fato foi tido como um reconhecimento da qualidade desses periódicos brasileiros no cenário internacional. O número de trabalhos publicados nessas revistas de bom conceito mundial cresceu de 16.872, em 2006 para 19.436, em 2007 e para 30.415, em 2008. O número de revistas indexadas no ISI no primeiro ano da série acima era de 26; evoluiu para 63 e para 103, respectivamente. Foi um aumento de 80%.

Atualmente existem no mundo 250 mil revistas científicas e, no Brasil, 1.500. É um número ainda pequeno, se compararmos com outros países de projeção no ranking econômico e social universal. A análise dos trabalhos, no Brasil, é feita pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, através do sistema "Qualis", que congrega 48 comitês de especialistas. A classificação é feita em oito níveis (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C), permitindo uma visão geral por parte dos interessados nessa área científico-cultural.

Um outro fator que é discutido, especialmente pelas nações industrializadas, se prende a se ter a difusão dos artigos publicados em revistas abertas (sem comercialização) ou em periódicos pagos. A corrente predominante é a primeira, pois seus defensores entendem que é preciso socializar os resultados das descobertas feitas pelas instituições de ensino superior e centros especializados.

Há movimentos pró e contra que debatem as questões mais relevantes especialmente em congressos e simpósios internacionais. Somente o tempo mostrará os resultados, entretanto, qualquer que seja o resultado os países que incentivarem, por meio de ações de políticas públicas, ou através das entidades não-governamentais, o aumento da produção intelectual, sairão vitoriosos.

## As interferências políticas e sociais nas instituições de ensino superior

As instituições de ensino superior em nosso país, desde a sua criação, não tiveram um desenvolvimento linear sofrendo, sempre, interferências políticas e sociais. Desde a década de 60, o ensino superior, vem debatendo-se com uma problemática complexa: a de definir-se como ensino superior geral ou profissionalizante, autônomo ou comprometido com as forças políticas dominantes, sempre voltado para uma clientela que cresce em número e em heterogeneidade social, num mundo técnico e cientificamente cada vez mais rico e complexo e em sociedades cada vez mais desiguais.

Por isso, a preocupação com a problemática do ensino superior tem sido uma constante na literatura educacional mundial e nacional, nos últimos anos. Que motivos suscitaram este interesse? Entre os mais significativos podemos citar a chamada “crise estudantil”, a expansão quantitativa do ensino superior e a “explosão” do conhecimento científico.

A crise estudantil que abalou o mundo universitário, principalmente no final da década de sessenta e início da década de setenta, provocou muitos questionamentos dentre os quais, os que visaram aos próprios objetivos e funções das instituições de nível superior e sua interação professor-aluno, ao sistema de avaliação, à participação e co-gestão dos estudantes no desenvolvimento e planejamento das atividades, etc.

Não menos importante é o fenômeno da expansão quantitativa do ensino superior, que vem abalando o mundo universitário, particularmente em nosso país. O ensino superior, que tradicionalmente se caracterizou por ser um ensino de elite, vem transformando-se, rapidamente, em um ensino de massa. Este fato nos coloca diante de problemas que se caracterizam como autênticos desafios: - como conciliar um ensino de massa com um ensino de excelência? - deixando o ensino superior de ser privilégio de poucos e abrindo suas portas para um número cada vez maior e diferenciado de estudantes, como conceber a “qualidade do ensino” a partir dos nossos parâmetros e características da clientela universitária?

Paralelamente ao aumento de número de estudantes, assistimos a um outro processo de expansão que, igualmente, influencia os programas e métodos do ensino superior. Trata-se da explosão dos conhecimentos: a massa dos conhecimentos humanos cresce segundo uma curva exponencial. Até mesmo as fronteiras entre muitos dos campos do saber, antes delineadas como gozando de uma certa autonomia, vão desaparecendo, à medida que se atribui maior ênfase à articulação entre as diferentes ciências, a sua complementaridade e interdependência.

Estes fatos, sem exceção, não encontram sua explicação nos limites internos do “sistema educacional”. São tributários diretos do sistema social global. Endentá-los no seu contexto é fundamental para qualquer tipo de ação renovadora.

Difícilmente poder-se-á afirmar que a solução da questão universitária brasileira está restrita à recuperação da qualidade do ensino ministrado dentro das escolas. Entretanto, é impossível pensar em qualquer solução que não inclua a variável



qualidade de ensino, como fundamental. Trabalhá-la como se fosse “a questão” é equivoco tão grande quanto não trabalhá-la por considerá-la “fora da questão fundamental”. Nem vale a objeção de que otimizando o ensino estaremos reforçando ou tornado eficaz os modelos inadequados que aí estão. A verdade é que, onde se busca a qualidade do ensino superior, os seus modelos estão submetidos à crítica e a contestação.

O processo de ensino-aprendizagem no ensino superior só pode ser encarado no contexto institucional e político-social em que se situa. Portanto, qualquer tentativa de melhoria deste processo tem de partir da análise das diferentes variáveis que nele atuam. No entanto, muito pouca atenção tem sido dedicada pelas instituições de ensino superior a análise das condições reais em que se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem.

No relatório final de uma pesquisa realizada sob o patrocínio do “Programa Comum de Pesquisa - UNESCO - Associação Internacional das Universidades sobre o Ensino Superior”, afirma-se:

“... os estabelecimentos de ensino superior, até o presente, reservaram uma última parte de seu orçamento anual e uma parte igualmente irrisória do seu tempo e de seus esforços ao estudo da teoria e da prática do seu próprio funcionamento (...)”.

Disso se segue que, no final de contas, muito pouco se sabe acerca do atual estado do ensino superior; ignora-se quase tudo, por exemplo, da medida em que diversas técnicas são empregadas isoladamente ou em combinação, e sabe-se ainda menos da sua eficácia do ponto de vista da aquisição de conhecimentos. Dispõe-se de pouquíssimos estudos a respeito, inclusive na escala das instituições individuais, para não falar da escala nacional; quanto às sínteses e comparações que são pura e simplesmente inexistentes.”

Esta afirmação retrata a nossa realidade. Entretanto, principalmente nos últimos anos, algum esforço tem sido realizado no sentido da caracterização da problemática de ensino-aprendizagem no âmbito universitário, pelo menos a nível institucional. É este o ponto de partida para qualquer ação planejada: o conhecimento da realidade tal como esta é percebida pelos principais agentes implicados no processo-professores e alunos.

Embora não se possa pretender que as instituições de ensino superior sejam suficientes para dar soluções a todas estas complexas problemáticas, é lícito esperar que elas reflitam sobre suas próprias possibilidades de mudança e ajustamento. A escola não é o primeiro, nem o único agente da educação, mas cabe-lhe a responsabilidade de ser o agente específico do ensino formal em nossa sociedade. Diante das massas de estudantes que lotam as escolas, a preocupação maior é com a qualidade do ensino.

O problema da qualidade do ensino de nível superior não foge ao parâmetro básico da relação didática professor-aluno, da relação ensino-aprendizagem. Entretanto, as características específicas desta relação parecem não ressaltar. A relação, a nível superior, vem repetindo, de fato, a do ensino básico: relação de transmissão de conhecimentos estabelecida na situação “aula”.

O salto de qualidade metodológica da prática do ensino superior - a desejada indissociabilidade ensino-pesquisa - não é de fato realizada. Talvez pela ausência de condições estruturais e físicas, e/ou pela inércia que leva à repetição dos modelos dos níveis anteriores de ensino. Nem o aluno, nem o professor tomam consciência desta postura diferente, própria a um nível de ensino.

Partindo do princípio que a problemática do ensino superior não esgota toda a problemática do ensino. Pode-se, para efeito de reflexão, destacar os seguintes:

1. Características do corpo docente: qual sua formação? Nível de especialização? Possibilidades de atualização? Participação nas instâncias decisórias da escola?

2. Corpo discente: há coerência entre a expectativa dos alunos e os objetivos de instituição? Quais as formas de participação que lhes são garantidas? Estão definidas e explicitadas suas responsabilidades na instituição?

3. Currículos: qual sua ligação com a realidade? (o meio imediato do exercício da profissão e o contexto mais amplo da sociedade).

4. Os processos de ensino ou tecnologias educacionais: reduzem-se à exposição teórica e ao uso do texto? Levam em conta as diferenças individuais ou o número de alunos das turmas? Apoiam-se em objetivos bem definidos. Dispõem de recursos audiovisuais, laboratórios, “atelier”, etc.

5. A avaliação: é contínua, formativa? Ou só ocorre à guisa de critério de aprovação; é somativa? Esses e outros aspectos específicos do ensino adquirem toda sua dimensão quando situados frente aos fins a que a instituição se propõe e frente à problemática mais ampla da sociedade em que ela se insere.

## A educação a distância e seu reconhecimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

O desenvolvimento da educação a distância tem sido marcante nos últimos tempos, tanto em termos quantitativos, como qualitativos e em termos de abrangência por diversos setores da sociedade. A notabilização da metodologia na área educacional é sentida tanto no setor público como no privado, especialmente nas universidades, centros universitários e faculdades.

Nas escolas de ensino fundamental e média o crescimento é menor tendo em vista, especialmente, a falta de regulamentação (ou normas excessivamente rígidas) emanada pelos Conselhos Estaduais de Educação. No setor corporativo há os maiores progressos, especialmente pelo fato de inexistir intervenção estatal.

O Poder Executivo Federal possui vivência na EAD, não só pela atuação nos marcos regulatórios, como pela criação de diversos programas, como é o caso do Sistema "Universidade Aberta do Brasil" que congrega várias escolas públicas. Os Sistemas Estaduais têm, em muitas regiões, atuação na educação de jovens e adultos, que dá prosseguimento aos antigos exames supletivos.

Fato mais recente é o interesse dos Poderes Legislativo e Judiciário pela EAD. O primeiro, por intermédio da Câmara dos Deputados, criou uma Subcomissão (junto à Comissão de Educação) para tratar dos assuntos acerca da educação a distância.

Realizou, inclusive, seminários de grande porte para subsidiar estudos sobre o tema. O Senado Federal mantém uma atenção ao assunto, especialmente por meio da Comissão temática. O Judiciário, numa atitude sem precedentes, realizou em novembro de 2009, o "I Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário". O local foi importantíssimo, pois foi no Supremo Tribunal Federal, órgão máximo das cortes de julgamento do Brasil.

Vale registro também alguns estudos doutrinários elaborados por magistrados, especialmente voltados às relações de trabalho na educação a distância. Desta forma vão se consolidando as ações dos três poderes em benefício do reconhecimento da EAD como uma metodologia de ponta que poderá ser a responsável pela democratização da educação de qualidade em todo o Brasil.

## Os Conselhos de Educação: da sua relevância histórica à prática que os consideram como órgãos complementares de governo

A primeira tentativa de criação de um Conselho na estrutura da administração pública, na área de educação, aconteceu na Bahia, em 1842, com funções similares aos “boards” ingleses e, em 1846, a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados propôs a criação do Conselho Geral de Instrução Pública. A idéia de um Conselho Superior somente seria objetivada em 1911 (Decreto nº 8.659, de 05/04/1911) com a criação do Conselho Superior de Ensino.

A ele seguiram-se o Conselho Nacional de Ensino (Decreto nº 16.782-A, de 13/01/1925), o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, de 11/04/1931), o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (Lei nº 4.024, de 20/12/1961), os Conselhos Municipais de Educação (Lei nº 5692, de 11/08/1971) e, novamente, Conselho Nacional de Educação (MP nº 661, de 18/10/94, convertida na Lei nº 9.131/95).

O atual Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, foi instituído pela Lei 9.131, de 25/11/95, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação.

As Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, que compõem o Conselho, são constituídas cada uma, por doze conselheiros, sendo membros natos em cada Câmara, respectivamente, o Secretário de Educação Fundamental e o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, nomeados pelo Presidente da República.

Compete ao Conselho e às Câmaras exercer as atribuições conferidas pela Lei 9.131/95, emitindo pareceres e decidindo privativa e autonomamente sobre os assuntos que lhe são pertinentes, cabendo, no caso de decisões das Câmaras, recurso ao Conselho Pleno.

A Câmara de Educação Básica tem como atribuições analisar e emitir pareceres sobre procedimentos e resultados de processos de avaliação da educação infantil, fundamental, média, profissional e especial, deliberar sobre diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação; e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE). A Câmara de Educação Superior teve algumas de suas atribuições alteradas na forma dos arts. 20 e 21 da Medida Provisória 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

Até a edição da Medida Provisória 2.216, a Câmara de Educação Superior deliberava sobre a autorização, o reconhecimento, a renovação de reconhecimento de todos os cursos de graduação das instituições de ensino superior vinculadas ao Sistema Federal de Ensino, sobre o credenciamento de instituições de ensino superior, assim como sobre a aprovação de Estatutos e Regimentos provenientes dessas instituições.

A partir da edição Medida Provisória 2.216, e do Decreto 3.860/2001, que a regulamentou, a Câmara de Educação Superior passou a se manifestar somente

nos processos relativos aos cursos de Direito e aos da área de saúde (Medicina, Psicologia e Odontologia) e sobre o credenciamento das instituições que pretendem ministrar cursos na área jurídica e da saúde, e sobre o credenciamento e o recredenciamento de Universidades e Centros Universitários, ficando a cargo do próprio MEC a manifestação sobre os demais cursos de graduação e o credenciamento e o recredenciamento das instituições de ensino superior correspondentes.

No tocante aos Estatutos e Regimentos, a competência da Câmara restringe-se, hoje, à aprovação dos Estatutos das Universidades e Centros Universitários, enquanto que a aprovação de Regimentos das instituições não universitárias ficou sob a responsabilidade do MEC.

As atribuições da Câmara de Educação Superior foram modificadas pela Medida Provisória n.º 147, de 15 de dezembro de 2003, convertida na Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior, revoga a alínea “a” do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e os artigos 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que criou o Conselho Nacional de Educação.”.

Esses aspectos históricos constam da página oficial do CNE, e que são repetidos em diversos estudos e pesquisas acerca dos órgãos colegiados na educação brasileira. O Conselho sempre foi composto por renomados educadores brasileiros, cujas contribuições são importantes para que exista uma educação de qualidade no país. Os seus atuais membros, escolhidos a partir de indicação de dezenas de entidades, têm respeitabilidade no cenário nacional e mensalmente se reúnem para promover estudos de diversas naturezas.

Nota-se, contudo, que com o passar dos anos suas funções tem sido reduzidas e suas decisões políticas. As atribuições iniciais de ser um órgão com funções legislativas e judiciárias dentro do Poder Executivo foram sendo transformadas. Atualmente é um órgão de governo e não de Estado, como deveria ser. No ano de 2009 foram editados 421 pareceres, sendo 21 do Conselho Pleno, 23 da Câmara de Educação Básica e 377 da Câmara de Educação Superior.

Considerando-se os seus 24 conselheiros têm-se uma média de 17 pareceres por membros. A média mensal é de 35 pareceres. Desse número muitos não são homologados pelo Ministro da Educação, o que os torna sem validade. Atualmente há centenas de pareceres (alguns de mais de dez anos) que não mereceram o aval positivo dos técnicos do MEC.

Numa análise da produção desse ano vê-se que o Conselho Pleno praticamente se limitou a apreciar recursos que foram apresentados por interessados tendo em vista a negativa ocorrida na Câmara de Educação Superior. Por sua vez um grande número de decisões dessa Câmara foram provenientes de recursos interpostos por instituições que tiveram negados seus pedidos de autorizações de cursos ou credenciamento de organizações. Já a Câmara de Educação Básica teve um número significativo de documentos relativo à validação de estudos feitos no Japão por alunos.

Comparando-se com dez anos atrás vemos que o CNE emitiu em 1.376 pareceres, sendo 120 do Conselho Pleno, 17 da Câmara de Educação Básica e 1.239 da Câmara de Educação Superior. A média mensal foi de 114 pareceres e a, por conselheiro, 57. Mas, por que essa redução? A resposta é simples: pelo afã dos órgãos administrativos do MEC em decidirem o que originariamente era de competência do Conselho. Isso é bom ou ruim para a educação brasileira?

Há efeitos positivos eis que desonera o CNE de atribuições burocráticas possibilitando que os seus ilustres membros possam se dedicar mais à análise das causas da fraca educação brasileira e apresentação de soluções.

O grave problema é que os Ministros da Educação chamam a si a decisão de deliberar sobre as políticas públicas para a educação, dispensando as contribuições que poderiam vir dos membros do Conselho Nacional de Educação. Partem, erroneamente, de princípios individualistas, ao invés de usar a experiência de pessoas com grandes vivências junto a instituições públicas e privadas e de órgãos dos diversos sistemas de ensino.

Situação semelhante ocorre com a postura dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que não ouvem o CNE na decisão dos inúmeros projetos de lei que versam sobre a educação. No passado era comum parecer opinando acerca de proposições dos parlamentares. Hoje, são raras as manifestações, mesmo em audiências públicas já bastante usuais nas Casas do Legislativo.

É importante que esse quadro se reverta e que os membros do Executivo e do Legislativo possam usar mais o CNE para subsidiar suas decisões. Guardadas as devidas proporções o mesmo cenário se vê nos Conselhos Estaduais de Educação que, através de normas de diferentes formas, tem muito a colaborar com o desenvolvimento da aprendizagem no âmbito dos entres federativos.

## A imprescindível necessidade de uma política nacional para a educação a distância

Em todos os países é necessário existir uma política nacional para a educação, como elemento indispensável para o desenvolvimento social e econômico. As nações industrializadas já têm essa prática há muitos anos e os resultados são positivos. Muitas das que integram o quadro das chamadas "em desenvolvimento" possuem linhas norteadoras para que a curto, médio e longo prazo, toda a sociedade possa saber os rumos da educação.

Os povos que não têm planos passam por grandes dificuldades para avançar nos rankings internacionais. No Brasil, infelizmente, vivemos num sistema de ensaio e erro com projetos que avançam e retrocedem conforme os governantes de plantão e os momentos que decorrem de decisões pessoais de titulares da pasta da educação.

Os Planos Nacionais de Educação foram poucos e muitos abortaram por razões políticas ou foram totalmente esquecidos pelos membros do Executivo ou do Legislativo. O primeiro PNE foi elaborado no início da década de 60. O triste momento revolucionário o extinguiu e somente trinta anos depois conhecemos um novo Plano Nacional, fruto de propostas da sociedade civil e de políticos. O documento final, transformado em lei, pecava pelo detalhismo mas era um balizador. Foi, contudo, inviabilizado pelos vetos feitos pelo governo e, apesar de ainda vigir, tornou-se letra morta.

Busca-se, agora, um novo projeto, construído a partir de diversas ações em torno de uma Conferência Nacional de Educação, que acontecerá em 2010. Será um longo trâmite, onde as conclusões de uma festa democrática será consubstanciado num projeto de lei a ser votado, sabe Deus quando, pelos deputados e senadores.

É um processo válido entretanto com resultados duvidosos, considerando as mudanças que ocorrerão no próximo ano, com a renovação significativa nos poderes Executivo e Legislativo.

Defendemos a necessidade da existência de uma política nacional para a educação que congregue todos os segmentos e modalidades. Entretanto, como isso só irá acontecer sem urgência, somos forçados a alinharmos aos que julgam necessário um plano emergencial para a área da educação à distância. Mas, por que?

O Ministério da Educação vem seguidamente adotando critérios diferentes no tratamento de questões de relevância na educação brasileira. Na prática vê-se dois MECs que não seguem os mesmos critérios lógicos e causam, além de perplexidade, graves prejuízos econômicos e sociais e alunos e instituições.

Esses fatos acontecem em diversas áreas, dentre as quais na educação a distância. O portal do MEC destacou, recentemente, seu irrestrito apoio para uma medida judicial em trâmite na Justiça Federal contra o Conselho Federal de Biologia, para eliminar tratamento diferenciado dado aos alunos graduados através de EAD naquela área. Em sua justificativa, aliás correta, mostrou que a LDB exige o mesmo



reconhecimento ambas modalidades. A Justiça Federal acolheu o pleito e concedeu liminar favorável ao Poder Público.

Na mesma época o Ministro edita a Portaria Normativa nº 1, proibindo que exista o uso dos recursos do FIES para os matriculados em cursos ministrados por EAD. Coloca milhares de jovens sem condições de permanência em cursos de graduação. Outro caso típico prende-se ao sistema de credenciamento de instituições. As normas estabelecem um fluxo para que venham a ocorrer os atos de permissão para EAD.

As regras devem ser seguidas por todos: universidades, centros universitários e faculdades. Entretanto apenas as mantidas pela livre iniciativa se sujeitam a esse critério eis que o MEC permite, sob um pretexto incabível de "credenciamento experimental" que as instituições públicas possam iniciar seus programas sem que seus projetos sejam, previamente, analisados pelos órgãos do MEC. O Conselho Nacional de Educação, a quem cabe se pronunciar, fica à margem dessa verificação inicial. Posteriormente as IFES submetem os seus processos, dentro de uma política do fato consumado.

Vê-se, agora, que diversas instituições particulares credenciadas foram punidas sob o pretexto de inexistência de pólos cadastrados. Será que em todas as públicas federais e estaduais existem as mesmas exigências? Os atos publicados de sanção às instituições têm um rito processual que permite a defesa e o julgamento final pelo Conselho Nacional de Educação.

Assim consta no decreto regulamentador da matéria. Entretanto, mesmo antes do direito de defesa, o MEC divulga notas públicas em seu site e dissemina informações como se ocorresse já uma decisão definitiva. Na verdade são meros atos, sujeitos à revisão, que acabam valendo, na prática, como uma condenação antecipada.

No âmbito do Legislativo vemos situações contraditórias. Alguns projetos de lei, se aprovados, inviabilizam a EAD no Brasil. Outros criam incentivos para o seu desenvolvimento. Diante desse cenário confuso impõe-se a necessidade de se ter, mesmo que transitoriamente, uma política nacional para a educação à distância. Não é o ideal - eis que deveríamos ter um plano nacional para toda a educação - e não apenas para uma metodologia.

Mas, diante dos fatos notados em nosso país, onde a educação não é considerada como prioridade, temos que evitar que se reduza a potencialidade da EAD que é a única forma de se democratizar a qualidade em todo o território nacional, reduzindo a enorme dívida social acumulada ao longo dos séculos.

## A tecnologia educacional e a qualidade do ensino

A implantação de mecanismos voltados para a promoção da melhoria de ensino em instituições de ensino inclui-se entre as respostas alternativas a problemas sempre arrolados quando se debate o tema, considerados em toda a sua dimensão. Mas para isso é necessário entendê-los e concebê-los sob uma perspectiva inovadora e sistêmica e esta perspectiva pode ser entendida como característica da Tecnologia Educacional.

Não é, entretanto, algo absolutamente pacífico e de concepções uniformes. Por isso, uma análise das várias concepções se faz importante e por que não dizer, absolutamente necessária. As principais concepções em relação à Tecnologia Educacional podem ser agrupadas em diferentes tendências.

### a) Tecnologia Educacional: o conceito centrado no "meio"

A primeira concepção a se desenvolver e que certamente ainda é a mais difundida do ponto de vista prático, é a que a "Comissão sobre Tecnologia Educacional", do "Committee on Education and Labor" (USA), define como "o meio nascido da revolução da comunicação que se pode ser usado para fins instrucionais junto ao professor, o livro-texto, o quadro-negro".

Como se pode facilmente identificar, este conceito deriva de trabalhos realizados por especialistas em recursos audiovisuais e comunicação de massa aplicada à educação. Assim, dentro desta perspectiva, a Tecnologia Educacional pode ser encarada como: aplicação sistemática em educação de princípios científicos oriundos da teoria da comunicação, psicologia experimental da percepção, cibernética, etc; o conjunto de materiais e equipamentos mecânicos ou eletromecânicos empregados para fins de ensino (projetores, gravadores, transparências, laboratórios de línguas, etc.); ensino em massa (uso de meios de comunicação de massa em educação); um sistema homem-máquina.

Nesta perspectiva, podem ser situados no âmbito da Tecnologia Educacional os meios de comunicação de massa a serviço da educação, os materiais e equipamentos chamados audiovisuais e os sistemas de multimeios. Representativa desta tendência é a frequência com que muitos "Centros de Recursos Audiovisuais" trocaram seus nomes para "Centros de Tecnologia Educacional", continuando, no entanto, a desenvolver a mesma sistemática de trabalho sem que a mudança de nome realmente represente uma abordagem diferente.

Para esta perspectiva, é a mediação tecnológica que configura basicamente a Tecnologia Educacional. Por isso está centrada no meio. Durante toda a década de 60, a Tecnologia Educacional teve, pois o seu conceito limitado e constantemente associado aos meios que constituem hoje as tecnologias educacionais, numa maneira mais avançada e mais coerente de se aplicar o potencial que os meios tecnológicos representam para a solução de problemas grandes e volumosos como o que estão aliados aos sistemas educacionais.

### b) Tecnologia Educacional: o conceito centrado no processo

Uma segunda tendência foi se afirmando progressivamente superando, pelo menos do ponto de vista teórico, a abordagem centrada no "meio". Nesta perspectiva, Tecnologia Educacional é uma "forma sistemática de planejar, implementar e avaliar o processo total de aprendizagem e de instrução em termos de objetivos específicos, baseados nas pesquisas sobre aprendizagem humana e comunicação, congregando recursos humanos e materiais, de maneira a tornar a instrução mais efetiva".

Nesta linha se situam igualmente as definições propostas que afirmam por Tecnologia Educacional o conjunto dos esforços intelectuais e operacionais realizados para reagrupar, ordenar e sistematizar a aplicação de métodos científicos à organização de conjuntos de equipamentos e materiais novos, de modo a otimizar os processos de aprendizagem.

Os autores que integram esta segunda tendência desenfocizam o "meio", focalizam principalmente o processo e assinalam como características básicas da Tecnologia Educacional a aplicação de conhecimentos científicos à educação, a abordagem sistêmica, a aprendizagem e a instrução como processos, a busca da eficiência do processo de ensino-aprendizagem e a conjugação de recursos humanos e materiais.

Fala-se da "utilização racional" da tecnologia educativa, da introdução inteligente a nossos sistemas educativos, e não da solução dos problemas educativos reais. A introdução ou a utilização da tecnologia educativa se converte de novo em um "fim" e não em um "meio".

#### c) Tecnologia Educacional: uma estratégia de inovação

Uma nova concepção da Tecnologia Educacional se centra no tema da inovação em educação. A palavra inovação, como tantas outras, é ambígua, ao mesmo tempo atraente e equívoca. Frequentemente, o termo inovação se relaciona com as idéias de mudança e novidade. Em nosso mundo, caracterizado como época de aceleração do processo de mudança, estas palavras -inovação, novidade, mudança - estão carregadas de valores sedutores para o homem. Uma primeira distinção é preciso fazer: toda inovação supõe uns processos deliberados, intencionais e planejados e não algo que ocorre espontaneamente.

Supõe-se que a inovação é uma operação que se realiza com o objetivo de que uma mudança seja incorporada, aceita e utilizada. No entanto, é necessário assinalar-se dois aspectos. Em primeiro lugar, aparentemente, as mudanças deliberadas deste tipo acontecem raramente, talvez porque as organizações preferiam a estabilidade e, muito poucas vezes, possuam mecanismos para facilitar a mudança, de dentro para fora. E segundo lugar, à medida que as autoridades docentes se interessem mais pela inovação, realizar-se-ão mais experimentos, que, provavelmente, em seu maior número, serão interrompidos.

De acordo com a definição, uma inovação deve durar, alcançar uma elevada taxa de utilização e adotar uma forma parecida a que se propunha quando projetada. O sistema educativo é propenso, muitas vezes, a mudar somente a sua aparência, sem alternar a sua essência. Em relação ao conceito de Tecnologia Educacional como estratégia de inovação, é preciso analisar que nenhuma inovação é fim em si mesmo. O porque é o para que, devem nortear a estratégia. Caso contrário, também cairíamos na mesma distorção e transformaríamos o "processo" em "fim".

#### d) Tecnologia Educacional e processo de ensino-aprendizagem

Dentro desta perspectiva, de uma visão da totalidade da renovação educacional, é que se deve situar as questões relativas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Muitas são as variáveis que incidem sobre os resultados do processo de ensino-aprendizagem. Pode-se agrupá-los em duas categorias: variáveis de contexto e de processo.

O importante é desenvolver uma visão articulada do contexto e do processo.

Quanto à análise e desenvolvimento do processo permite

1. uma visão de totalidade, isto é, encarar o processo como um todo, como um conjunto de partes interagindo e contribuindo para que os fins almejados sejam atingidos;

2. uma revisão quanto ao papel do professor na condução desse processo, suas funções e seu posicionamento na relação professor-aluno;

3. uma visão do aluno como a razão de ser do próprio processo. Como consequência, a necessidade de que os objetos sejam fixados a partir de suas capacidades e aspirações, bem como das condições reais de trabalho que o professor encontra;

4. clarificação dos fins e objetivos dos sistemas educacionais e instrucionais, focalizando sua importância como elementos direcionadores do processo de ensino-aprendizagem;

5. um desenvolvimento da abordagem interdisciplinar para análise dos problemas educacionais e instrucionais;

6. um desenvolvimento de sistemas instrucionais mais personalizados e individualizados.

7. um conhecimento de cada componente do processo de ensino-aprendizagem e de suas inter-relações (objetivos técnicos e recursos de ensino e avaliação).

Por fim podemos afirmar que a Tecnologia Educacional poderá colaborar na busca de uma qualidade de ensino cada vez mais adequada às exigências do desenvolvimento científico e social do presente, na medida em que atuar sobre as variáveis que incidem no processo de ensino-aprendizagem, fazendo interagir as variáveis de contexto e de processo.

## Os 120 anos dos periódicos educacionais brasileiros

A imprensa brasileira surgiu com a chegada da Família Real, em 1808. Antes todos os jornais, livros e revistas eram elaborados no exterior e passavam pela Real Mesa Censória, órgão oficial da Colônia que se encarregava em definir o que poderia ser difundido e o que era proibido em nosso território.

Vários registros históricos contam que existiram importações ilegais, caracterizadas como um recomendável contrabando literário. Muitas dessas obras influenciaram as idéias revolucionárias de independência, abolição e outras que felizmente prosperaram anos mais tarde.

Com a comitiva de D.João VI vieram as máquinas tipográficas que permitiram, logo a seguir, a circulação dos primeiros jornais e a impressão de revistas e livros. A cultura brasileira avançou significativamente graças a esse fato e permitiu que se alavancassem os grêmios literários, academias e outros centros de educação, ciência e áreas afins.

Na área educacional, contudo, o primeiro periódico só surgiu muito mais tarde, um ano após a Proclamação da República. O marco referencial foi a “Revista Pedagógica”, cujo primeiro volume foi lançado em 15 de novembro de 1890. O exemplar, já digitalizado, encontra-se disponibilizado, como obra rara, na página eletrônica do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação ([www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br))

Seu primeiro diretor foi Menezes Vieira e a mesma era financiada pelo governo brasileiro, sendo distribuída gratuitamente aos professores públicos e aos estabelecimentos de ensino.

Os principais temas definidos numa linha editorial eram centrados em dois focos: um, de caráter oficial, trazia os atos legais relativos à instrução primária e secundária e outro, com conferências, prática de autores nacionais e estrangeiros, juízos críticos sobre os métodos e processos de ensino, informações de utilidade para o progresso do professorado nacional e crônicas.

A Revista Pedagógica era um misto do que poderíamos dizer um Diário Oficial da Educação e um informativo voltado para o progresso dos mestres da época. O primeiro volume teve 140 páginas repletas de temas interessantes. Compulsando-se suas seções é possível se ver o decreto, através do qual Deodoro da Fonseca criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telegraphos (embrião do atual Ministério da Educação). Uma das práticas salutares da época era a de haver uma prestação de contas dos recursos públicos e das viagens feitas ao exterior.

Logo nas primeiras páginas havia relato de missões feitas a países da Europa e Estados Unidos da América para que os professores conhecessem os novos métodos de ensino e, em seus retornos, trouxessem equipamentos para as escolas, inclusive máquinas de escrever, prancha para cálculos, esferas terrestres, pianos, partituras musicais e obras mais importantes, inclusive acerca da educação dos cego. No segundo bloco vem a parte mais rica para a formação e informação dos docentes.

Destaca-se a publicação, de forma detalhada, de um manual contendo métodos franceses de ensinar as matérias do primeiro grau. O mesmo servia de orientação e era um guia prático para o ensino de gramática, aritmética, desenho, etc.

A cada número existia uma personalidade em destaque e no Pantheon Escolar da edição inaugural foi homenageado Benjamin Constant, o primeiro Ministro da Instrução Pública. Outro bloco trazia as chamadas “Chronica do Exterior” e “Chronica do Interior”, enfocando as boas experiências educacionais. Alemanha, Áustria, Argentina, Bélgica, Chile, Costa Rica, Dinamarca, Estados Unidos, França, “Hespanha”, Inglaterra, Itália, Japão, México, Rússia, “Suissa”, Turquia e Uruguai abriram as informações de outras nações.

A ênfase brasileira foi conferida aos bons resultados obtidos no Estado do Pará onde já existiam eleições para os conselhos escolares municipais onde eram considerados aptos para votar, além dos homens, as mulheres casadas, as viúvas que “vivam honestamente”, as solteiras maiores de 21 “anos” que estejam nas mesmas condições e os estrangeiros que provarem ter família no Estado.

Por fim a Revista Pedagógica trazia as aquisições feitas para a biblioteca e para o museu e as visitas ilustres que ocorriam ao Pedagogium (que era um centro de excelência e multiplicação escolar).

Essa pesquisa mostra que, decorridos quase 120 anos, evoluímos em muitos aspectos mas também regredimos, especialmente no campo do apoio aos professores e na satisfação à sociedade do que se faz com os recursos públicos. O Brasil conta atualmente com centenas de revistas educacionais, impressas ou virtuais, contudo não conseguimos contar com um periódico tão abrangente como foi a Revista Pedagógica.

A importância que era dada à educação, no início da República, foi sendo relegada a um segundo plano com o passar dos anos. Muitos fatores, internos ou externos à escola, contribuíram com uma desvalorização do papel do professor no Brasil. Os fatos históricos servem para registrar épocas e comportamentos e a Revista Pedagógica, que circulou durante cerca de seis anos, serviu como um marco referencial.

Apesar de já haver passado mais de um século, os seus ensinamentos e exemplos continuam extremamente atuais e poderiam servir de paradigma para muitos governantes que insistem em priorizar outros interesses em detrimento da educação pública. Objetivando contribuir com um grande debate acerca da relevância dos periódicos educacionais, especialmente nesse momento de mudanças onde às revistas virtuais despontam com grande velocidade, o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação realizará durante todo o segundo semestre de 2010 uma série de eventos sobre o tema.

Aliás, o IPAE, dentro de suas linhas de ação voltadas para o desenvolvimento da qualidade da educação, mantém uma linha de pesquisa sobre os Periódicos Educacionais Brasileiros. Um trabalho permanente vem sendo feito e, em novembro desse ano, haverá uma mostra dos mais importantes periódicos que contribuíram e/ou ainda contribuem para a difusão do pensamento científico e dos fatos que foram notícias ao longo dos anos.

## Os novos caminhos (ou descaminhos) para um novo Plano Nacional de Educação

A instalação da República no Brasil e o surgimento das primeiras ideias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País.

Havia grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades. Nas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Em 1932, um grupo de educadores, 25 homens e mulheres da elite intelectual brasileira, lançaram um manifesto ao povo e ao governo que ficou conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação". Propunham a reconstrução educacional, "de grande alcance e de vastas proporções... um plano com sentido unitário e de bases científicas..."

O documento teve grande repercussão e motivou uma campanha que resultou na inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934. O art. 150 declarava ser competência da União "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País".

Atribuía, em seu art. 152, competência precípua ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, a "elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais".

Todas as constituições posteriores, com exceção da Carta de 37, incorporaram, implícita ou explicitamente, a idéia de um Plano Nacional de Educação. Havia, subjacente, o consenso de que o plano devia ser fixado por lei. A idéia prosperou e nunca mais foi inteiramente abandonada.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação.

Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

A idéia de uma lei ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro Encontros Nacionais de Planejamento, sem que a iniciativa chegasse a se concretizar. Com a Constituição Federal de 1988,



cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. O art. 214 contempla esta obrigatoriedade.

Por outro lado, a Lei nº 9.394, de 1996, que "estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", determina nos artigos 9º e 87, respectivamente, que cabe à União, a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação.

Estabelece ainda, que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Em 10 de fevereiro de 1998, o Deputado Ivan Valente apresentou no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.155, de 1998 que "aprova o Plano Nacional de Educação".

A construção deste plano atendeu aos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, desde sua participação nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, consolidou os trabalhos do I e do II Congresso Nacional de Educação - CONED e sistematizou contribuições advindas de diferentes segmentos da sociedade civil.

Na justificção, destaca o Autor a importância desse documento-referência que "contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária".

Em 11 de fevereiro de 1998, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem 180/98, relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Nacional de Educação". Iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 4.173, de 1998, apensado ao PL nº 4.155/98, em 13 de março de 1998. Na Exposição de Motivos destaca o Ministro da Educação a concepção do Plano, que teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e a Emenda Constitucional nº 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Considerou ainda realizações anteriores, principalmente o Plano Decenal de Educação para Todos, preparado de acordo com as recomendações da reunião organizada pela UNESCO e realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1993. Além deste, os documentos resultantes de ampla mobilização regional e nacional que foram apresentados pelo Brasil nas conferências da UNESCO constituíram subsídios igualmente importantes para a preparação do documento. Várias entidades foram consultadas pelo MEC, destacando-se o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.

Os projetos tramitaram, primeiramente, na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado Federal. Após o recebimento de inúmeras emendas houve a aprovação de um texto final pelo Congresso Nacional e sancionado como anexo à Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Essas considerações encontram-se inseridas no histórico que antecede o PLE aprovado pelo Legislativo brasileiro. Referido Plano definia as linhas para a educação no Brasil no período de 2001 a 2010 e deveria ser seguido pelo Poder Público e pelas entidades que atuam no setor.

Ocorreram alguns vetos pelo Presidente da República que, para muitos políticos e especialistas, feriram mortalmente, o PNE. Ao longo dessa última, apesar de ser uma lei (e, conseqüentemente, pelo menos em tese, ser cumprida) pouco se observou as normas que foram fixadas. Os seus principais erros foram o detalhismo e gigantismo. A evolução tecnológica e as transformações sociais e políticas foram outros fatores decisivos para o fracasso da lei.

Ao se aproximar o término de sua vigência o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, órgão vinculado ao Ministério da Educação, resolveu estabelecer a sistemática para que um novo Plano Nacional de Educação fosse elaborado, com o intuito de definir metas para o período de 2011 a 2020.

Criou-se como elemento articulador a Conferência Nacional de Educação, que programou um sistema democraticamente correto com grupos de estudos, inicialmente, nos municípios, nos Estados e no Distrito Federal. As conferências municipais e estaduais definiram delegados para o encontro final, que ocorreu no período de 28 de março a 1 de abril de 2010, em Brasília.

Foram elaborados diversos textos para reflexões e difundidos estudos que mostraram tendências técnicas e políticas, com predominância para as últimas. Nesse aspecto é que podem ocorrer "descaminhos" nos destinos da educação no país.

Os delegados, em sua maioria, tiveram viés partidários de predominância estatizante, procurando levar suas conclusões para a forte concentração do Executivo Federal em detrimento do que é consagrado na Constituição Federal que prevê a existência de diversos Sistemas de Ensino (federal, estaduais, do DF e municipais).

Um dos primeiros "papers" já falava nos desafios da construção de um Sistema Nacional de Educação. Essa figura inexistente no cenário das normas nacionais. Temos são os Sistemas de Ensino que são articulados, mas independentes. O constituinte pátrio não possibilitou, como ocorreu na área de saúde (onde há o fracassado SUS - Sistema Único de Saúde), um Sistema único na educação.

As tendências da Conferência Nacional de Educação, se não ocorrerem correções de rota, levam à criação desse Sistema centralizador, com grande poder do Ministério da Educação e enfraquecimento dos entes federativos. O documento final da Conferência Nacional de Educação é um texto extenso, com mais de 180 páginas, dividindo suas conclusões em seis eixos temáticos.

Vale registro que o mesmo não tem um valor legal, mas servirá de base para que o Executivo encaminhe um Projeto de Lei para as Casas Legislativas (iniciando - se pela Câmara dos Deputados). É praticamente certo que parlamentares apresentarão outras proposições sobre o mesmo assunto, que acabarão se fundindo num único substitutivo que irá ao Senado Federal e posteriormente ao Presidente da República para editar uma nova lei que substituirá a atualmente em vigor.

É importante que exista a participação de toda a sociedade e que fóruns mais técnicos do que políticos sejam realizados para subsidiar os deputados e senadores na votação. Ressalta-se que nenhum país sobrevive sem que exista um plano que represente a vontade do Estado (e não do governo). A ausência do mesmo significa uma "nau sem rumo" e os erros e acertos acontecem, mas com graves consequências sociais e econômicas para o país.

## O desenvolvimento econômico brasileiro e seus reflexos na educação

O desenvolvimento econômico brasileiro tem sido importante para projetar o nosso País no cenário internacional. Estudos elaborados por uma das mais respeitadas empresas do mundo e divulgados recentemente em Londres destacam que o Brasil será, já em 2013, a quinta economia do mundo, ultrapassando gigantes como a Alemanha, Reino Unido e França. Os prognósticos indicam ainda que até 2020 o Produto Interno Bruto do grupo de sete maiores emergentes - o chamado E-7 e formado por China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia e Turquia - será maior do que o do G-7, tradicionais nações que lideram o universo industrializado, formado por Estados Unidos da América, Canadá, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália.

Segundo o relatório, cinco das dez maiores economias, até 2030, serão países hoje tidos como emergentes. O ritmo de crescimento e a valorização média das moedas de cada país são considerados para traçar as perspectivas de médio e longo prazo. O "top 10" global do ranking do PIB terá a liderança da China, seguida pelos Estados Unidos da América, Índia, Japão, Brasil, Rússia, Alemanha, México, França e Reino Unido contribuirá com o crescimento e a exposição internacional que o Brasil terá com a Copa do Mundo de 2014 e com a Olimpíada de 2016. Vamos bem na economia mas, como andamos, na educação? O relatório "Educação para Todos", da Unesco, pôs o Brasil na octagésima oitava posição no ranking de desenvolvimento educacional.

Estamos atrás, inclusive, de países extremamente pobres que não são sequer considerados quando se estuda a economia internacional. A Nação sofre com a falta de políticas públicas duradouras para o setor educacional. Os governos lançam programas de curto e médio prazo que geralmente não têm continuidade por alternância de poder e, mais especificamente, pela sucessiva troca de titulares do Ministério da Educação.

Somos líderes mundiais no descarte de ministros. Ao longo dos nossos 188 anos de Independência, já tivemos 168 ministros, o que representa uma lamentável média de 1/1,1 ministro/ano. Conseguimos superar aspectos históricos da universalização da educação básica, em termos de matrículas. Contamos com cerca de 60.000.000 de estudantes espalhados por uma rede de 220.000 estabelecimentos de ensino.

No ensino superior estamos ainda muito abaixo das necessidades do Brasil, não obstante termos cerca de 5.000.000 de alunos distribuídos por 2.500 universidades, centros universitários e faculdades. Mas, não adianta disponibilizarmos salas de aula, facilitar alguns meios de transporte e fornecer alimentação para as crianças matriculadas nas redes públicas. Temos que ir muito além, com programas de qualidade e contando com professores bem formados, retribuindo-lhes financeiramente de forma compatível com outras profissões e com um sistema de atualização permanente.

Esse último fator é tão relevante quanto os demais eis que a obsolescência no mercado de trabalho é tão rápida quanto à verificada nos equipamentos e sistemas operacionais. É impossível separar desenvolvimento econômico do desenvolvimento social, onde a educação está inserida e, de forma inadiável, necessita de um forte compromisso não apenas dos governantes, mas de toda a sociedade brasileira.

## A internet e a educação de qualidade

Inexiste uma relação direta entre a rede mundial de computadores e a educação de qualidade. A internet é um conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores interligados por um conjunto de protocolos de comunicação de computadores em rede que permite o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados. Ela carrega uma ampla variedade de recursos e serviços, incluindo os documentos interligados por meio de hiperligações da World Wide Web, e a infra-estrutura para suportar correio eletrônico e serviços como comunicação instantânea e compartilhamento de arquivos.

Segundo José Manoel Moran "há uma preocupação com ensino de qualidade mais do que com a educação de qualidade. Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino se organizam uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a que compreendam áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemáticas).

Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Fala-se muito de ensino de qualidade. Muitas escolas e universidades são colocadas no pedestal, como modelos de qualidade. Na verdade, em geral, não temos ensino de qualidade. Temos alguns cursos, faculdades, universidades com áreas de relativa excelência. Mas o conjunto das instituições de ensino está muito distante do conceito de qualidade".

Para que sejam atingidos níveis de qualidade na educação, nos dias de hoje, não se pode abrir mão da internet, se observarmos um conceito moderno de aprendizagem. Em tese poder-se-á dizer que numa escola "isolada do mundo moderno" pode haver uma boa educação. Os professores terão condições de conduzir seus alunos à aprender e serem pessoas úteis para a humanidade. Mas, será que isso é verdade absoluta num universo contextualizado? Claro que não.

Segundo um estudo divulgado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência das Nações Unidas, o número de usuários da internet ultrapassará a dois bilhões de pessoas até o fim de 2010, se aproximando de um terço da população mundial, estimada em 6,9 bilhões.

O número de internautas dobrou nos cinco últimos anos no mundo. No Brasil há 37,9 milhões de pessoas conectadas à rede mundial, entretanto os custos são elevados, especialmente se falarmos em uso da internet de alta definição, feito através da banda larga. Não se tem uma pesquisa finalizada sobre o real uso da internet pelas escolas nos serviços acadêmicos. Muitos estabelecimentos de ensino possuem computadores conectados mas as máquinas estão mais para execução de funções executivas do que pedagógicas.

Uma das principais razões é a falta de recursos para compra e manutenção dos computadores, assim como a ausência de reserva financeira para sua substituição, tendo em vista a alta taxa de obsolescência. Outro fator é o custo elevado do acesso eis que inexistem políticas públicas para o setor educacional. Por fim, vale frisar que não há um mecanismo frequente de capacitação e atualização dos professores.

Até a relativamente pouco tempo quando se falava em internet ligávamos à existência de uma máquina e um conjunto de cabos que, através de muitas alternativas, faziam as redes físicas. Hoje não mais é necessária essa parafernália para se acessar à internet. A telefonia celular representa um forte aliado e o crescimento é imenso no mundo e no país. Temos no Brasil 191,5 milhões de telefones celulares, o que representa 98,98 acessos por cem habitantes. Mais de 12 milhões de pessoas já usam o smartphones, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações. Os equipamentos e sistemas estão à disposição dos integrantes da comunidade educacional. Há de existir, contudo, determinação dos gestores e dos educadores para que se usem os mecanismos possíveis para termos a inadiável educação de qualidade tanto nas unidades públicas, como nas mantidas pela livre iniciativa.

## A tecnologia a serviço da educação

O extraordinário desenvolvimento das tecnologias representa um dos mais relevantes sinais de progresso da humanidade e o seu uso pode ser para o bem ou para o mal, conforme os objetivos determinados pelos criadores dos equipamentos e sistemas. Em todos os setores e nações são notadas maiores ou menores avanços, conforme um conjunto de fatores que vão desde a existência de políticas públicas adequadas até a capacidade de absorção pela sociedade.

No campo da educação o uso das tecnologias sempre auxiliou a disseminação do saber. O primeiro grande instrumento foi o livro que revolucionou os métodos de aprendizagem, possibilitando que pessoas pudessem absorver o saber independente da presença física dos detentores do conhecimento.

Séculos após surgiram os equipamentos, como máquinas de escrever, de reprodução, de projeção, mapas, esferas geográficas e outras formas que facilitaram alunos e professores. O rádio, que teve em seu início uma missão de educar, foi usado para levar pelas ondas sonoras os conteúdos e informações que serão importantes num mundo em transformação. Seguiu-se a televisão, que exerce até hoje um papel importante e outros equipamentos que difundem em massa os fatos que permitem reflexão pelos educadores na condução de novas linhas comportamentais.

Mas, sem dúvida, a chegada dos computadores fez uma nova revolução com um processo de massa, graças à constante redução de seus custos. Aliada a eles, os telefones (antes pouco usados para educação) passaram a conjugar um binômio inseparável nos dias atuais. As escolas não podem mais prescindir da tecnologia sob pena de serem estagnadas no século passado.

É importantíssimo que os professores saibam como usar as máquinas e, em especial, como conduzir o aprendizado num cenário muito diferente de dez ou vinte anos atrás, quando a maioria se formou nas escolas normais ou nas faculdades de educação. Os alunos, especialmente os do ensino infantil, fundamental e médio, já integram o quadro dos "nativos digitais". A pedagogia da tela é usada até mesmo na vida intra-uterina, com o acompanhamento de sua evolução nas clínicas médicas.

O grande desafio é o de capacitar os profissionais da educação que estão em serviço para usar todo esse conjunto de oportunidades que está à sua disposição.

O processo não é simples eis que exige um extraordinário esforço pessoal - especialmente dos graduados já há algum tempo - e de recursos financeiros para arcar com a aquisição de computadores, sistemas operacionais, programas e acesso à internet. Algumas escolas e sistemas de ensino municipais e estaduais vêm disponibilizando máquinas para que os docentes evoluam tecnologicamente mas é preciso haver incentivos financeiros e disponibilização de tempos destinados ao novo saber.

Os alunos, por sua vez, especialmente na educação básica, dominam facilmente os novos equipamentos e em muitas das oportunidades viram orientadores de seus próprios mestres. Vivemos numa era da aprendizagem e não mais da instrução, ensino ou educação propriamente ditos. Hoje todos aprendem com todos. No passado os mais experientes se julgavam donos do saber e impunham os conteúdos conforme suas verdades.

## A relevância da difusão da produção intelectual

A produção intelectual sempre ocorreu ao longo da humanidade, entretanto sua difusão vem se acelerando fortemente nesses últimos anos graças a dois fatores: a realização de feiras de livro e ao uso das novas tecnologias. Desde a antiguidade autores se distinguiram de cidadãos comuns pela sua capacidade de transformar suas idéias em textos escritos que, por sua vez, eram impressos nos meios convencionais, editados em livros e distribuídos como forma de fazer com que outras pessoas acompanhassem as manifestações pessoais ou institucionais.

A partir do século XV, com a invenção da imprensa com caracteres móveis, passou a ser possível a distribuição em grande escala. Em muitas épocas a censura retirou de circulação um número incontável de livros, criando um hiato no saber da população. O Brasil esse fenômeno não foi diferente, desde a Real Mesa Censória, do Brasil Colônia até os anos obscuros dos movimentos militares.

Hoje, com o avanço da internet e o surgimento dos e-books e áudio livros, as restrições à propagação das idéias é praticamente impossível. Esse é um dos lados positivos da tecnologia e, a cada dia, transforma em realidades sonhos da universalização do conhecimento.

Um dos destaques no mundo moderno é a Feira do Livro de Frankfurt, o maior encontro mundial do setor editorial, sendo realizado desde 1949 numa das principais cidades alemãs e atraindo anualmente mais de 7.000 expositores e 280.000 visitantes. O evento, que é promovido pela Associação do Comércio de Livro Alemão, é um marco referencial para todos.

Durante a Feira do Livro são feitas premiações que ganham reputação internacional, conferindo a autores o destaque pela produção intelectual. Anualmente, um país é convidado para apresentar a literatura nacional. Em 1994 a literatura brasileira foi o tema central da feira.

Nesse ano a Argentina foi o país homenageado e em 2013 será novamente a vez do Brasil. O anúncio da auspiciosa escolha obteve significativa repercussão, tanto na imprensa nacional quanto na imprensa internacional. Nesse ano mereceu extraordinário reconhecimento os e-books interativos para iPad, iPhone e iPod Touch que trazem, além dos textos, uma série de aplicativos multimídia.

Os investimentos maciços no formato digital objetivam principalmente alcançar mais leitores e uma oportunidade para fazer os mais jovens se sentirem atraídos pelas experiências da leitura. As tendências mostram que muitas obras hoje esgotadas passarão a ser reeditadas eletronicamente, abrindo novas oportunidades para autores e editores.

O mercado editorial está num momento decisivo no que diz respeito às tecnologias. Nos Estados Unidos da América já há dez milhões de dispositivos de leitura digital e chegam a corresponder a 10% dos meios de acesso aos livros. No Brasil esses números são inferiores a um por cento.

É importante que existam incentivos para que novos autores consigam serem reconhecidos, tanto no país, como no exterior. Esse desafio compete em especial às instituições de ensino que podem promover no âmbito interno dos estabelecimentos



mostras da capacidade das crianças e adolescentes. O interesse pela leitura e pela escrita é fundamental, especialmente na educação básica.

O ensino de literatura precisa ser modernizado, especialmente com a adequação das indicações bibliográficas aos interesses da juventude. A individualidade precisa ser respeitada, pelo menos numa primeira fase, para que exista o gosto pelos livros. O resto é consequência.

Cabe em especial aos docentes que são responsáveis pela formação dos professores do ensino infantil, fundamental e médio encaminhar para que novos hábitos ocorram nas escolas. Hoje temos um novo aluno, num mundo moderno e globalizado com grandes desafios a serem vencidos.

## Educação para o Século 21

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, dentro de sua importante missão de analisar o desenvolvimento do setor em todo o Mundo, constituiu uma Comissão Internacional que teve por meta estudar a "Educação para o Século 21".

O grupo, constituído por especialistas de todos os Continentes, foi liderado por Jacques Delors, ex-Ministro da França e ex-Presidente da Comissão Europeia. Durante um longo período foram procedidos estudos acerca de tendências que se apresentam para esse novo século. O relatório final fornece as principais pistas e recomendações para o delineamento de uma nova concepção pedagógica.

Logo de início o documento salienta que “o século submeterá a educação a uma dura obrigação que pode parecer, à primeira vista, quase contraditória. A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficarem submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele”.

Nessa visão prospectiva, uma resposta puramente quantitativa à necessidade insaciável a educação - uma bagagem escolar cada vez mais pesada - já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo de mudanças.

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.

Mas, em regra geral, o ensino formal orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente, para o aprender a conhecer e, em menor escala, para o aprender a fazer. As duas outras aprendizagens dependem, a maior parte das vezes, de circunstâncias aleatórias quando não são tidas, de algum modo, como prolongamento natural das duas primeiras.

A Comissão destacou que cada um dos "quatro pilares do conhecimento" deve ser objeto de atenção igual por parte do ensino estruturado, a fim de que a educação apareça como uma experiência global a levar a cabo ao longo de toda a vida, no plano cognitivo no prático, para o indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade.

O estudo é reflexivo e encorajador, podendo ser aplicado a todos os povos do mundo. As recomendações são feitas por intermédio de nove capítulos: 1. - Da comunidade de base à sociedade mundial; 2. - Da coesão social à participação democrática; 3. - Do crescimento econômico ao desenvolvimento humano; 4. - Os quatro pilares da educação; 5. - A educação ao longo da vida; 6. - Da educação básica à universidade; 7. - Os professores em busca de novas perspectivas; 8. - Escolhas na área da educação: o papel do político e 9. - A cooperação internacional: educar a aldeia global.

O relatório é um documento que deve ser debatido por todos os grupos de interesse no setor educacional, independentemente de níveis e segmentos. Sua edição, lançado agora em língua portuguesa, merece servir de referência para definição não só das políticas públicas, como também nas escolas de educação básica e superior, das redes estatais e da livre iniciativa.

O mais importante é que a UNESCO, por intermédio de um Secretariado específico, fornecerá apoio para que entidades governamentais e não-governamentais possam organizar reuniões a fim de serem debatidas as diretrizes e, mais do que isso, para que objetivo pôr em prática algumas das recomendações da Comissão Internacional. Passa-se da teoria à prática, o que é altamente relevante para que as idéias se transformem em verdadeiras ações.

## Os cenários para a educação brasileira

O Brasil tem extraordinário potencial dentro de um mundo competitivo e, segundo estudos do Fundo Monetário Internacional já em 2011 seremos a sétima economia do mundo. Não será a primeira vez que ocuparemos essa invejável posição pois nos meados dos anos noventa (1994 e 1995) atingimos esse patamar. Depois caímos até chegar à décima - segunda, em 2002. O mesmo órgão afirma que deveremos manter esse patamar até, pelo menos, 2015 quando poderemos avançar mais ou recuar.

Ficamos somente atrás dos Estados Unidos da América, China, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Como estamos no patamar dos países desenvolvidos cresce o prestígio nas negociações internacionais. Em três décadas o país deve avançar cinco posições na lista das maiores economias. Atualmente o FMI calcula que será de US\$ 2,19 trilhões o tamanho do nosso PIB.

Mas o quadro não é tão auspicioso se analisarmos pela ótica do desenvolvimento humano. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mostrou que, dentre 169 países, estamos em 73o lugar. A principal causa dessa fraca posição é que a escolaridade "trava" o desenvolvimento. A esperança de vida subiu para 72,9 anos, mas a média de anos de escolaridade é pequena (7,2 anos).

Temos hoje cerca de 220.000 escolas, entre públicas (185.000) e privadas (35.000) onde estudam sessenta milhões de alunos. Atingimos, na educação básica, uma universalização e os mais de 5.500 municípios dispõem de rede de estabelecimentos de ensino. Em termos de escolas há muito mais públicas do que particulares. Temos 97,6% das crianças na escola, o que é positivo,

Já no ensino superior possuímos 2.500 instituições, com uma forte predominância (89%) de unidades mantidas pela livre iniciativa. O número de alunos é reduzido, se observarmos as necessidades de graduados para alavancar o progresso e consolidar a democracia.

Não temos conseguido erradicar o analfabetismo, que atinge a 14,1 milhões de pessoas. Computando-se os analfabetos digitais esse número se eleva substancialmente. Nas avaliações nacionais ou internacionais os resultados são ruins.

Estudos em todo o mundo indicam que um dos diferenciais para explicar o desempenho dos estudantes é o que hoje se chama "capital cultural. É algo farto para os ricos, cujos filhos vão a museus e tem bibliotecas em casa. Escolas públicas que se destacam exibem, além de foco na leitura, atividades extracurriculares voltados às artes, ou seja, oferecem chance de expressão e de encantamento com o belo. O baixo capital cultural é uma das explicações para o fato de estarmos tão mal na questão da educação".

Um fato que merece comentário é que a maioria das bibliotecas públicas municipais brasileiras não abre nos finais de semana, não oferece serviços para portadores de deficiência e também não conta com qualquer atividade de extensão, como oficinas e rodas de leitura. Em relação ao acesso à internet das 64% que têm computador, só 25% oferecem conexão com os usuários.

Investe-se pouco na educação, com um gasto de 5% do Produto Interno Bruto. Há promessas de elevar para 7% em 2011 e chegar a 10% em 2020. Mas, além de ter recursos suficientes é preciso existir um processo de bom aproveitamento das verbas públicas. Se Gasta muito com a educação superior (especialmente a mantida pela União), em detrimento da educação infantil, fundamental e média.

Um trabalho realizado pelo movimento "Todos pela Educação" destacou que existem sete principais desafios a serem enfrentados. São eles: Inclusão, até o ano de 2016, de todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos na escola; universalização do atendimento da demanda por creche, nos próximos dez anos; superação do analfabetismo, especialmente entre a população com mais de 15 anos de idade; promoção da aprendizagem ao longo da vida para toda criança, adolescente, jovem e adulto. garantia de que, até o ano de 2014, todas as crianças brasileiras com até os 8 anos de idade estejam alfabetizadas; estabelecimento de padrões mínimos de qualidade para todas as escolas brasileiras, reduzindo os níveis de desigualdade na Educação e ampliação das matrículas no ensino profissionalizante e superior.

As metas são atingíveis desde que existam determinação e comprometimento de longo prazo. O Brasil peca por não cumprir os planos plurianuais e transforma a educação em projeto de governo e não de Estado. No início da década de 2000 o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação para o período de 2001 a 2010. O então presidente da República o sancionou, transformando em lei. Apesar de ser muito detalhista, contendo mais de 300 metas, somente um terço chegou a ser cumprido.

O governo federal esqueceu totalmente a lei e resolveu criar o Plano de Desenvolvimento da Educação (conhecido como o PAC da Educação), através de diversos instrumentos frágeis e que foram sendo esquecidos ou parcialmente cumpridos, muitos deles com objetivos duvidosos.

Objetivando definir novas bases para o PNE de 2011 a 2020 foram mobilizadas diversas frentes, inicialmente nas cidades, com as Conferências Municipais de Educação, posteriormente nas unidades da Federação, através das Conferências Estaduais e no primeiro semestre desse ano, com a Conferência Nacional de Educação. Foram criados inúmeros grupos de trabalho e elaborado um documento final, com seis eixos temáticos a serem considerados no projeto de lei que será analisado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

A proposta, contudo, não foi encaminhada pelo Ministério da Educação ao presidente da República para elaboração de mensagem ao Legislativo. Em termos práticos isso significa que estaremos um vácuo legislativo sem a vigência do atual e a existência de um novo Plano Nacional de Educação.

Com base nessa lacuna a nova Presidente irá definir, a seu critério, as linhas de ação que irão nortear as medidas no âmbito do governo federal. O mesmo ocorrerá pelos governadores nos Estados e no Distrito Federal e pelos prefeitos nos Municípios. Os resultados podem ser desastrosos eis que concentrar-se-á tudo no Executivo, sem a participação, sequer, dos parlamentares que tem o dever de representar a sociedade brasileira nas grandes questões nacionais.

## O Plano Nacional da Educação e o papel da sociedade no processo de sua construção coletiva

O primeiro Plano Nacional de Educação foi elaborado em 1962 pelo Conselho Federal de Educação, atendendo às disposições da Constituição Federal de 1946 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

É um documento raro elaborado por um grupo de educadores, tendo à frente Anísio Teixeira. No momento de sua entrega ao então Ministro da Educação, Darcy Ribeiro, discursaram o Professor Deolindo Couto, então Presidente do CFE e Dom Helder Câmara, então conselheiro.

O PNE foi observado apenas nos anos de 1962 e 1963 tendo em vista a Revolução de 1964 que estabeleceu novas metas para a educação brasileira.

Não obstante é um documento histórico eis que muitos dos seus ideais ficaram perpetuados na memória dos que lutam por um desenvolvimento da sociedade e do país.

O segundo projeto do PNE foi elaborado por dois grupos: o primeiro, através de diversos subgrupos, convidados pelo Ministério da Educação que realizaram várias reuniões e verificaram os capítulos específicos de suas áreas de interesse; já o segundo, reuniu assessores de Deputados Federais que expressaram suas propostas por meio de outro documento.

Ambos foram protocolados na Câmara dos Deputados praticamente na mesma época, sendo que o do Legislativo tomou número menor, face seu ingresso em primeiro lugar.

Os textos foram analisados pela Comissão de Educação e receberam diversas emendas, vindo a ser elaborado um substitutivo pelo Deputado Nelson Marchezan que, aprovado, foi enviado ao Plenário da Câmara, merecendo aprovação em final de maio de 2000, possibilitando a remessa para o Senado Federal que promoveu sua revisão.

No Senado Federal recebeu poucas mudanças, sendo relator o senador José Jorge. Foi transformado na lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, prevendo a duração de dez anos.

Ficou estabelecido que, partir da vigência da lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes. Também definiu que a União, em articulação com os entes federativos e a sociedade civil, procederiam as avaliações periódicas de sua implementação.

O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhariam a execução. A primeira avaliação realizar-se-ia no quarto ano de vigência. Caberia ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Nada praticamente foi feito exceto pela União que instituiu o do Sistema Nacional de Avaliação, com maior ênfase na educação superior.

Dizia a lei que os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-iam na divulgação do Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

No documento anexo ao Plano mais de uma centena de objetivos e metas, foram estabelecidos, distribuídos pelos diversos níveis e modalidades. Em dois conjuntos finais foram abordados tópicos sobre o magistério da educação básica e acerca do financiamento e gestão.

Dez anos se passaram o Executivo Federal praticamente abandonou o PLN; alguns novos projetos de seu interesse, foram criados, como o Plano de Desenvolvimento da Educação, completamente descontextualizado com a lei. Aliás, essa tem sido a tônica do atual governo que descumpre os instrumentos normativos e edita decretos e portarias que afrontam a lei e a Constituição Federal.

Por decorrência os Estados não fizeram os Planos Estaduais de Educação. O último levantamento mostra que em dezesseis unidades federativas não há o plano. A quase totalidade dos municípios seguiu o mesmo exemplo e atualmente são poucos os que estabeleceram suas metas decenais.

Aproximando-se o fim de vigência do PNE o Ministério da Educação resolveu lançar a Conferência Nacional de Educação, organizando-a em diversas estratificações: primeiramente a municipal, depois a estadual e por último a nacional.

O processo foi democrático, com a participação de um número incontável de pessoas e organizações. O Executivo financiou a maior parte do trabalho e, em primeiro de abril de 2010, foi elaborado um documento final, com indicadores que deveriam ser incorporados ao texto do projeto de lei.

Decorridos oito meses e quinze dias, o Executivo apresenta à sociedade e remete ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do PNE para o decênio 2011/2020.

O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e vinte metas, seguidas de mais de uma centena de estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas, segundo a exposição de motivos assinada pelo ministro da Educação, seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Na afirmativa do titular da pasta, tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. Das vinte metas pelo menos seis são iguais ou aumentaram um pouco os objetivos, se compararmos com o PNE da década 2001/2010.

O projeto do Plano teve sua redação final nos bastidores do MEC. Seus redatores, apesar de não terem a projeção dos educadores do pioneiro PNE, se esforçaram ao máximo para atender às diretrizes do órgão. Observou, como não poderia deixar de ser, algumas das linhas gerais finalizadas pela Conferência Nacional de Educação, entretanto privilegiou o PAC da Educação, que não atingiu plenamente os fins desejados pelo Poder Público.

Esse distanciamento não agradou vários segmentos da sociedade que foram convidadas a participar da Conferência, promoveram inúmeras reuniões, aprovaram as propostas e não viram contemplados plenamente as decisões no projeto. Os



pontos esquecidos ou minimizados deverão voltar, sob forma de emendas parlamentares, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

Consta no texto de encaminhamento que a primeira meta visa a universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos. Trata-se de objetivo imprescindível para assegurar aprendizado efetivo no ensino fundamental e médio, reduzindo a repetência e aumentando a taxa de sucesso na educação básica. Na educação básica, prevê-se, como meta 2, universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos; e, como meta 3, universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final da década, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária. É fato notório que, em educação, a curva de esforço marginal após um dado estágio é crescente. Ou seja, atingido um determinado patamar, o esforço exigido para prosseguir torna-se ainda maior. A meta 6 exige a implantação de educação em tempo integral em metade das escolas públicas de educação básica, medida indispensável para a efetiva melhoria da educação básica pública. Por essa razão, estas quatro metas da educação básica podem ser consideradas estruturantes e radicalmente inclusivas. Estas metas são completadas pela meta 7, relativa ao IDEB, índice objetivo obtido a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar, como forma de acompanhar a melhoria do ensino.

Na meta 4, trata-se de universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede regular de ensino, aprofundando a política de educação inclusiva prevista na LDB.

A meta 8 traz uma missão central para o País nos próximos dez anos: reduzir a desigualdade educacional. Por essa razão, ela preceitua assegurar escolaridade mínima de 12 anos para as populações do campo, para a população das regiões de menor escolaridade e para os 25% mais pobres do país; e igualar a escolaridade média entre negros e não-negros, elevando a escolaridade média da população de 18 a 24 anos.

Somam-se à meta anterior as meta 9 e 10 do PNE, respectivamente voltadas a elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até o final da década, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final da década; e à oferta de, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Como é possível perceber, o cumprimento das metas 8, 9 e 10 exigirá esforço concentrado da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e somente poderá ser cumprida se o regime de colaboração for efetivamente eficaz na ampliação das oportunidades educacionais.

Seguindo a matriz conceitual da visão sistêmica da educação, a meta 11 propugna duplicar a matrícula em cursos técnicos de nível médio, assegurando a qualidade da oferta dos cursos. Trata-se de medida indispensável para ampliar a taxa de conclusão do ensino médio, bem como para formar recursos humanos voltados à profissionalização e à educação técnica. A formação técnica no Brasil é hoje uma exigência incontornável, à qual responde a expansão e a interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No que diz respeito à educação superior, as metas 12 e 13 determinam a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta; e a qualificação do corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior de forma a alcançar, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores e 40% (quarenta por cento) de mestres, com vistas à melhoria consistente e duradoura da qualidade da educação superior. A população de universitários no Brasil ainda é incipiente comparada a países como a Argentina ou o Chile. Por essa razão, é preciso expandir a rede de universidades e qualificar progressivamente a oferta da educação superior privada.

A meta 14 prevê, para a pós-graduação, a tarefa de atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores, como forma de estimular a produção de conhecimento científico e a consolidação da pesquisa acadêmica brasileira. Com efeito, é indispensável que a produção de conhecimento seja estimulada e fomentada profundamente, como parte não somente da qualificação de recursos humanos para a educação superior, mas também e sobretudo para a formação de professores para atuar nas redes públicas educação básica.

As metas 15, 16, 17, 18 e 19 são dedicadas à valorização e formação dos profissionais da educação. Seria possível dizer que praticamente um quarto do PNE que atualmente levamos à consideração de V. Exa. dedica-se à melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, seja garantindo formação inicial e continuada, seja assegurando condições salariais dignas, seja induzindo alterações estruturais nas secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Destaca-se, neste sentido, a previsão para implantação de planos de carreira em todos os sistemas de ensino, bem como a garantia, por lei específica, que a nomeação comissionada de diretores de escola deverá estar vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como à participação popular. Com isso, pretende-se generalizar boas práticas que contribuem decisivamente para a qualidade da educação ministrada em sala de aula.

Por último, a questão do financiamento. A proposta de PNE advoga que o investimento público em educação seja ampliado progressivamente até atingir o patamar de 7% do produto interno bruto do País. Hoje, estamos em praticamente 5%. Trata-se, portanto, de um aumento considerável, mantido o atual ritmo de crescimento do produto interno bruto brasileiro. É claro que a disputa em torno da porcentagem adequada é conhecida e considerável. É por essa razão que a própria lei que estabelece o Plano recomenda que a meta de aplicação de recursos públicos em educação seja avaliada em 2015, pois é preciso compatibilizar o montante de investimentos necessários para fazer frente ao enorme esforço que o País precisa fazer para resgatar a dívida educacional histórica que nos caracteriza. Com isso, se à luz da evolução da execução do PNE for necessário rever a meta de financiamento, haverá previsão legal para tanto, a fim de que a execução do PNE não fique comprometida por insuficiência de recursos.

O projeto do Plano Nacional de Educação adia a promessa da nova Presidente da República, no tocante ao percentual do Produto Interno Bruto a ser aplicado na educação. A então candidata assegurava atingir os 7% no final de seu governo (2014) mas o projeto fala em chegar a esse número somente em 2010.

O PNE foi remetido à Câmara dos Deputados, onde será apreciado primeiramente na Comissão de Educação e Cultura. Recebeu o número 8.035, de 2010. Será relatora a Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

O prazo de apresentação de emendas iniciou-se oficialmente em 23 de dezembro de 2010 e ficará aberto por cinco sessões da Comissão, contados da primeira que ocorrerá no próximo ano legislativo, que começa em primeiro de fevereiro de 2011.

Durante o mês de janeiro e nos primeiros dias de fevereiro os interessados em aperfeiçoar o projeto devem elaborar suas proposições e as encaminharem através de qualquer deputado federal.

O projeto é, segundo ficou estabelecido no despacho do presidente da Câmara, terminativo das Comissões temáticas, não indo necessariamente ao plenário. Depois será remetido ao Senado Federal, para a revisão.

Deverão ocorrer muitas audiências públicas e, com certeza, significativas mudanças. Tecnicamente poderá ser aprovado no primeiro semestre de 2011 e transformado em lei.

Durante a primeira fase do ano o Brasil ficará à deriva em termos de PNE eis que o anterior encerra sua vigência em 31 de dezembro de 2010 e o novo não terá sido aprovado. Durante essa fase o Executivo Federal poderá definir, a seu critério exclusivo, o que fazer no campo das políticas públicas da legislação. Nessa "vacancia legis" tudo o que for feito será, a princípio, válido.

A grande questão é saber se o plano melhorará a educação.

Para que existam melhores níveis na qualidade da educação é preciso que, em primeiro lugar, tenhamos um bom plano e a definição do texto que será transformado em lei não depende exclusivamente dos parlamentares, mas sim de uma forte pressão da sociedade sobre os políticos. A eles cabe a responsabilidade de votar, mas a nós compete o direito de manifestação. Afinal, todos foram eleitos por nossa vontade.

No Brasil nada é impossível de se alterar, mas é fundamental que exista determinação e persistência. Caberá a cada um de nós exercer o seu papel, entretanto, por intermédio de estruturas bem elaboradas, com equipes competentes e por intermédio de organizações sérias. O apoio da imprensa é fundamental, pois nos diversos veículos de comunicação, encontram-se os formadores de opinião. As comunicações eletrônicas, notadamente pelas redes sociais, terá que exercer o trabalho de difusão de idéias, geradas em encontros presenciais ou virtuais em todo o país.

O Brasil conta com uma extraordinária rede de estabelecimentos de ensino, com cerca de 220.000 escolas de educação básica e superior, públicas e privadas. Temos mais de 2.500.000 profissionais que atuam no setor e 60.000.000 de estudantes. Todos são responsáveis por esse importante momento do Brasil.

Não podemos mais nos contentar com iniciativas isoladas, exitosas ou fracassadas. Somente com educação de qualidade conseguiremos resgatar a enorme dívida social acumulada ao longo dos séculos.

## A educação nos planos de governo

A educação sempre foi considerada prioridade absoluta em todas as propostas de candidatos no Brasil quer a nível federal, como estadual ou municipal.

Postulantes a cargos nos Poderes Executivo ou Legislativo anunciam projetos de diversas espécies e assumem compromissos públicos junto à sociedade, entretanto, em muitas das vezes, ficam só as promessas.

As últimas legislaturas mostraram pouquíssimos projetos de lei voltados para o desenvolvimento da qualidade na educação. As iniciativas de Senadores, Deputados Federais e Estaduais não chegaram a ter um amplo debate interna ou externamente nas casas legislativas e raros foram os que se transformaram em norma imperativa. Por sua vez o Executivo acaba criando dentro de suas esferas de competência ações temporárias sem continuidade por seus sucessores, consumindo vultosos recursos públicos obtidos por tributos cobrados da população ou por empréstimos internacionais, cuja conta acaba também sendo paga pelos brasileiros.

Normalmente não são previamente aferidos os resultados possíveis dos investimentos. O custo/benefício deveria ser mensurado antes de iniciar os gastos.

O desperdício de recursos humanos e financeiros tem sido marca registrada de ações em muitos governos, com altíssimas e graves conseqüências para a sociedade.

Falta ao Brasil um macro-programa para a educação, com projetos específicos em todos os níveis e modalidades de ensino. A hora de mudanças, sempre anunciada, chegou e cabe aos cidadãos, através de seus representantes no Congresso Nacional e por meio das entidades da sociedade civil, propor medidas concretas e não se omitir, aguardando que saiam dos gabinetes novos experimentos para se ver, depois, se deu certo ou não. O projeto de lei do Plano Nacional de Educação, que começa a tramitar na Câmara dos Deputados, poderá ser uma excelente oportunidade para se forçar as mudanças.

Estamos pagando um preço alto pelas ações dos responsáveis pela pasta da educação. Normalmente são pessoas bem intencionadas, contudo, a pequena premência de tempo, não permite um diagnóstico preciso do quadro nacional.

As urgência das medidas induz quase sempre a erros e a adoção de processos sem uma base científica provoca outras falhas.

Mostrar resultados quantitativos é importante, em termos de políticas públicas, contudo aferir a qualidade é mais do que imprescindível para um verdadeiro ingresso na modernidade.

Um dos fortes agentes influenciadores do quadro educacional brasileiro de hoje é a constante mudança dos ministros encarregados pelo setor. No Primeiro Reinado, que compreendeu o período de 1822 a 1831 (9 anos), tivemos 17 ministros; no Segundo Reinado, de 1831 a 1889 (58 anos), foram 68 e na República (1889 até hoje) se passaram 121 anos, com 80 ministros. No conjunto, em 188 anos de independência política, foram 168. Representa a média assustadora de 1,12 ministro/ano. Gustavo Capanema e Paulo Renato Sousa foram os dois que mais

permaneceram no poder (12 e 8 anos, respectivamente); caso retirássemos o período de ambos nossa marca seria de menos de um titular por ano.

O que é mais grave é que cada ministro procurou desenvolver o "seu" projeto, buscando a consagração pessoal e/ou o bem da sociedade; alguns, ao término de seus tempos, partiram para prestar consultorias ou ingressaram no Legislativo; outros, caíram no absoluto anonimato e muito poucos voltaram à atividade acadêmica ou política-partidária.

Podemos afirmar, com absoluta convicção, que não temos ainda um Programa Educacional Brasileiro. Possuímos vários projetos, sem segurança de continuidade, eis que ficam à mercê da decisão dos próximos ocupante do posto.

A educação de um país não se faz com medidas transitórias; depende de compromissos de todos e de um amplo respaldo político.

Na Grécia Antiga, antes de se resolver os aspectos técnicos, solucionavam-se as questões políticas. Face a isso, sua hegemonia perdurou por diversos séculos. Xenofonte, escritor e discípulo de Sócrates, que viveu em 400 a.C., já afirmava que "menos dano sofre uma casa da falta de escravos do que da desordem causada pelos serviços incompetentes."

Há quem defenda soluções drásticas para o setor. O fim do Ministério de Educação já foi apresentada como forma salutar de solução de problemas educacionais de nosso país. Em 1906, o então Ministro José Joaquim Seabra, afirmava que "O ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se a sua reforma radical, ou preferível será aboli-lo de vez".

Temos que reconhecer que a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, permitiu avanços significativos ao transferir para as escolas a responsabilidade de criar e desenvolver seus projetos pedagógicos. A liberdade chegou aos estabelecimentos de ensino, entretanto, muitas medidas restritivas têm sido impostas pela burocracia estatal, encontrando um terreno fértil pela cultura do "esperar e regulamentação" daquilo que a lei maior diz que é autonomia didática.

Vários governos estaduais esperaram os planos federais e, por sua vez, impuseram aos municípios uma igual postura.

Os Sistemas de Educação (Federal, Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios) são independentes; a articulação é salutar mais não é grau recursal do outro, isto é, as decisões de um não podem ser revistas pelos demais.

O último Plano Nacional de Educação, aprovado por lei federal em início de 2001, resultou de estudos feitos 1998 para traçar os destinos da educação brasileira para dez anos. O longo período de tramitação da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, aliado ao detalhismo exagerado e aos vetos do Executivo, o tornaram obsoleto precocemente.

Temos agora um novo projeto e devemos evitar que ocorram os mesmos erros. Temos que depositar esperanças para que o mesmo seja o elemento que alavancará profundas mudanças para atingirmos patamares maiores do progresso.

O Brasil do século 21, comprometido com a redução do abismo tecnológico que separa as nações industrializadas dos países em desenvolvimento, bem como com o resgate da enorme dívida social acumulada ao longo dos anos, necessita de programas de longo prazo, elaborado com base em sólidas informações e desenvolvido sem eufemismos.

É preciso, acima de tudo, haver um pacto de respeito às iniciativas, públicas ou privadas, onde a liberdade de aprender e de ensinar sejam consagradas. Do contrário, teremos uma antítese do que afirmava Anísio Teixeira, nos anos 30; à época, dizia o educador: "Tudo legal, mas muito ruim". Quem sabe, se tivéssemos "tudo ilegal, mas muito bom" estaríamos mais felizes e realizados.

Buscar o "tudo legal e muito bom" é o desafio não só da Presidente da República, seus ministros, dos Governadores dos Estados e seus secretários, dos Senadores e Deputados Federais e Estaduais.

É dever de todos que querem ver a Educação nos Planos de Governo ser prioridade, como forma de permitir um Brasil voltado para o futuro e perfeitamente integrado com a nova sociedade do conhecimento.

## Educação como elemento essencial para o desenvolvimento

O Brasil já é considerado como o país que possui a sétima economia do mundo, sendo superado apenas pelos Estados Unidos da América, China, Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

A falta de qualidade da mão de obra e a baixa taxa de investimento são as principais limitações para o crescimento da economia brasileira.

A grande fragilidade do Brasil é a qualidade dos seus trabalhadores e esse é um problema que não se resolve a curto prazo.

É necessária a existência de políticas públicas e de maior liberdade para que as instituições de educação básica, bem como as faculdades, centros universitários e universidades, universidades corporativas e cursos livres possam cumprir o seu papel de formação e dos jovens e demais pessoas matriculadas em cursos regulares ou que participam de programas específicos de formação ou requalificação profissional.

O Poder Público normalmente restringe a definição dos projetos pedagógicos das unidades de ensino, especialmente as de nível técnico e tecnológico superior. Hoje até as nomenclaturas dos cursos profissionais são estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Objetivando "padronizar" as habilitações foram criados dois catálogos: um voltado para os cursos Técnicos e outro para os Superiores de Tecnologia.

O primeiro envolve cento e oitenta e cinco habilitações possíveis de serem realizadas pelas escolas de nível médio. Dentre elas vinte e uma voltadas para as forças armadas.

Já o segundo congrega mais de uma centena de cursos superiores de tecnologia.

O MEC chegou a iniciar estudos para criar também um catálogo dos cursos de graduação, mas ainda não consolidou essa idéia.

Todas as denominações designam formações de cursos técnicos de nível médio e de tecnologia superior nacionalmente válidas e amparadas por Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação. Essa "padronização" é cruel pois impede que cursos considerados diferentes sejam iniciados. Aliás até os permite mas com sérios riscos de inexistir reconhecimento dos mesmos pelos órgãos competentes dos diversos Sistemas de Educação.

No passado existiam os chamados "currículos mínimos"; posteriormente vieram os "parâmetros curriculares nacionais"; mais tarde as "diretrizes curriculares" e atualmente os cursos seguem as "orientações curriculares" editadas pelo CNE.

O colegiado superior não determina o modelo a ser seguido, mas encaminha sugestões. Não chega ao absurdo de fixar o que deve e o que não tem que se adotar, mas acaba induzindo a uma diretriz que as direções das casas de ensino preferem acompanhar as linhas gerais a estabelecer programas absolutamente novos.



Vale registro que algumas corporações (conselhos federais e regionais de profissões, Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Nacional de Saúde, etc) influenciam fortemente nas propostas pedagógicas das instituições de ensino superior e, na prática, ditam os conteúdos a serem observados pelos estabelecimentos de ensino.

Essa realidade vivida no Brasil pode ter seus méritos, contudo retarda a mobilidade exigida no processo de formação profissional.

O que resultou dessa prática foi o já chamado "apagão de mão de obra", com carência de milhares de profissionais especializados para poder alavancar o desenvolvimento nacional.

O governo federal coloca em seus planos a criação de um programa emergencial, para possibilitar a formação de três milhões e meio de trabalhadores em quatro anos.

A medida, se não for acompanhada por outras ações, especialmente integradas com o setor privado, não será suficiente. É preciso que, além da geração de oportunidades, exista alocação de recursos financeiros, aporte de mecanismos tecnológicos, financiamento aos estudantes e às escolas e, em especial, capacitação de docentes.

Hoje há falta de professores, especialmente para as disciplinas profissionais de nível médio. A legislação educacional exige que os formadores devam ter curso superior específico, o que traz um descompasso entre as necessidades e a possibilidade normativa.

Será necessário alterar as exigências de requisitos, sem o que não teremos pessoas aptas a resgata a lacuna que há em todas as partes do Brasil. O papel do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação será importantíssimo para, mesmo que seja transitoriamente, modificadas os critérios de aproveitamento de pessoas que, apesar de terem vivência, não são portadores de diplomas próprios para a atividade.

Os exemplos de outras nações apontam para a soluções criativas e não podemos manter os modelos rígidos do passado num mundo moderno e cada vez mais globalizado.

## Qual o futuro para as escolas no Brasil?

Durante um dos grandes eventos mundiais sobre a educação, realizado no Chile, em 1995, sob os auspícios da Organização Universitária Interamericana, foi apresentado um relevante trabalho sobre o futuro das Américas.

Os estudos foram realizados pela Fundação Canadense para as Américas, entidade independente criada no início da década de 90 que fomenta a cooperação comercial, acadêmica, política e cultural entre o Canadá, América Latina e Caribe.

Decorridos mais de quinze anos é possível se fazer uma comparação entre as previsões e a realidade atual vivida entre os povos do continente.

Mesmo com o passar dos anos é possível se ver que há sempre quatro cenários para os povos e organizações e os mesmos decorrem de ações concretas das políticas e das práticas dos dirigentes.

A elaboração de cenários tem que ser sempre fundamentada em análises detalhadas dos fatos regionais e globais.

O texto científico que foi um dos mais importantes documentos referenciais desses últimos anos e permanece bastante atual, podendo ser aplicado à quaisquer segmentos.

Com o passar do tempo, apesar de terem sido notadas mudanças conjunturais, com maior ou menor intensidade, a visão de conjunto se mostra com certa similaridade.

As maiores conquistas são provenientes de boas práticas, que alimenta o progresso.

As crises que abalam grandes potências e instituições, trazem reflexos nas em desenvolvimento. A capacidade de absorção dessas transformações é o marco referencial sempre citado pelos especialistas.

Os estudos apresentados no Congresso da OUI destacaram a existência de quatro cenários: o primeiro, o mais promissor, é chamado de "voo do Condor"; o segundo, de "delfim ferido"; o terceiro, de "jaguar cativo" e o último, de "fênix renascente". As figuras foram criadas dentro do simbolismo continental.

Os caminhos - e resultados - são bastante diferentes.

O primeiro cenário pode simbolizar o voo do Condor, sempre majestoso, previsor e sensível às mudanças. Essa ave é uma "máquina" que atinge grande eficiência. Enquadram-se nesse grupo os que se mostraram abertos à expansão, renovam a confiança em novos modelos e reconhecem a necessidade de reformas. O futuro se desenvolve em ambiente mas favorável.

Já o segundo é retratado pelo delfim, que é tão eficiente como o condor e possui um sonar que permite detectar o perigo a distância e reagir ante aquilo que lhe ameaça. Para esse animal o mar é mais que um campo de jogo. Mas, por vezes, é descuidado e perde de vista os riscos dos predadores naturais que convivem na mesma área. Quando ferido, não consegue recuperar sua agilidade e sua queda é, em muitas das vezes, de difícil reversão.

Na sequência comparativa, o terceiro cenário pode comparar-se a um jaguar cativo. É um elegante e poderoso animal que concentra suas forças mas, quando

triste e ressentido, não encontra escape e ali permanece esperando que alguém o libere.

Por fim, o cenário quatro é representado pelo fênix renascente. Encontra primeiro o desastre da selva onde sempre viveu e que se encontra destruída. A ave, consumida pelas chamas, renasce das cinzas e consegue recriar a selva, desta vez mais esplêndida qual a anterior.

A análise feita pela agência canadense serve de reflexão para o quadro das escolas brasileiras.

Quantos estabelecimentos condor, delfim, jaguar e fênix são conhecidos?

Numa rápida análise feita nesses últimos anos sentimos que os cenários foram alterados fortemente para todos. Uns, aproveitaram as oportunidades e se desenvolveram. Outros ficaram estagnados e muitos regrediram.

Excelentes escolas não mais existem. Outras, relativamente novas, despontaram para o sucesso.

Não basta contar com uma capacidade de reversão. É preciso muito mais: estar permanentemente observando as perspectivas e ameaças.

No processo de gestão a análise "swot" foi incorporado no cotidiano de muitos, mas está esquecido para uma grande parcela das organizações. Identificar os pontos fortes (strengths), os fracos (weaknesses), as oportunidades (opportunities) e ameaças (threats) é a base para um plano estratégico, de longo prazo.

O futuro decorre de ações e essas são provenientes de decisões de seus líderes

## O Direito Educacional no Brasil

Direito educacional é o conjunto de normas, princípios, leis e regulamentos que versam sobre as relações de alunos, professores, administradores, especialistas e técnicos, enquanto envolvidos, mediata ou imediatamente, no processo ensino-aprendizagem.

Essa definição, chamada de provisória por Renato Alberto Teodoro Di Dio, um dos mais bem referenciados autores, embora formulada em 1982, permanece atual.

As origens do Direito Educacional no Brasil remontam à criação do primeiro colégio, em 1549, pelos Jesuítas.

Durante 210 anos todas as unidades de ensino eram mantidas pela iniciativa privada. Somente, a partir da 1759, a educação passa a ser compartilhada com o poder público.

Durante toda a fase de colonização as normas emanavam de Portugal, face à inexistência de poderes próprios no Brasil. O ensino atendia somente as primeiras letras e seguia as linhas do Real Colégio das Artes de Coimbra.

Com a chegada da Família Real, em 1808, iniciavam os primeiros programas voltados para o ensino superior, com a instalação das escolas desse nível.

Em decorrência da independência passaram as diretrizes serem feitas pelo Império e, no campo propriamente do dito direito, a primeira Carta Magna - a de 1824 - inseria diretrizes constitucionais no setor. O artigo 179, capítulo 32, preconizava que a instrução primária seria gratuita e a ela teriam acesso todos os cidadãos.

Levando em conta que o sistema educacional não funcionava de forma correta, o Ato Adicional de 1834, estabeleceu que caberia às Assembléias Provinciais o encargo de regulamentar a instrução primária e secundária, enquanto a superior era mantido na administração nacional.

Vieram, pois, os sistemas regionais de ensino, sendo uma rica fonte do direito educacional. Essa sistemática global existe até os dias de hoje.

Com o advento da proclamação da República veio a Constituição de 1891, explicitando, no tocante à educação, que existiria liberdade de ensino e exigia que os estabelecimentos públicos fossem leigos.

O número de preceitos dedicados à educação foi aumentando nas Cartas posteriores, à medida que o Executivo moderno foi expandindo seus tentáculos.

Atualmente existe um número incontável de normas que disciplinam as relações juspedagógicas.

Com o decorrer dos séculos milhares de estabelecimentos de ensino foram criados e hoje os mais recentes números mostram a existência de 220.000 escolas onde estudam 60.000.000 de alunos e trabalham 2.500.000 profissionais.

Objetivando aprofundar o conhecimento sobre o Direito Educacional iniciaram-se os Seminários, Congressos e outros eventos que reúnem, com certa regularidade, especialistas de todas as regiões nacionais.

O marco pioneiro foi o Seminário de Direito Educacional, levado a efeito em outubro de 1977, sob os auspícios da Universidade de Campinas.

Nos anos seguintes poucos encontros foram notados até que em junho de 1989 o Instituto de Pesquisas e Administração da Educação tomou a iniciativa de realizar uma série de atividades nessa área.

A década de 90 e o início do século 21 foram marcados por quase vinte seminários e congressos, do qual participaram centenas de "experts".

A criação da Associação Brasileira de Direito Educacional, em 1996, representou uma esperança de mobilização em prol da afirmação desse novo ramo do saber jurídico.

A contribuição da doutrina tem sido razoável, embora o Brasil careça de novos autores de obras e trabalhos científicos.

Já não se pode falar o mesmo em relação à jurisprudência. Há um número significativo de decisões, tanto das instâncias inferiores, como superiores, que contemplam praticamente as inúmeras nuances do Direito Educacional.

No campo da formação de especialistas há ainda um pequeno número de instituições que capacitam, não só os advogados mas também outros profissionais, que atuam na unidades de ensino e em outras organizações com ligação direta ou indireta com a educação.

Nota-se que a sociedade ainda desconhece os direitos e deveres na educação e, quando consegue absorver as prerrogativas, não tem facilidade em exercê-los. Inexistem Varas especializadas na Justiça Comum para as dirimir as demandas e os juízes e demais magistrados dispõem de poucos subsídios para suas sentenças e acórdãos.

Um outro grande desafio é o de se consolidar a legislação educacional. Há atualmente cerca de cem leis federais em vigor, sendo a mais antiga uma de 1947. O projeto de lei que tem por finalidade reunir, em texto único, todos diplomas legais, encontra-se praticamente paralisado na Câmara dos Deputados há vários anos.

Enquanto essas regras não se tornam mais esclarecidas para a sociedade o Executivo legisla sistematicamente por normas infra legais. Os decretos e a avalanche de portarias, essas últimas editadas pelo Ministério da Educação, tornam cada vez mais complexo o Direito Educacional em nosso país.

Merece também ser inserida como meta permanente a transparência dos processos que envolvem as relações juspedagógicas. Tanto nas repartições dos governos federal, estaduais e municipais, como nos próprios colégios de educação básica, faculdades, centros universitários e universidades é preciso existir um amplo direito de defesa das partes, sempre recomendável nos países democráticos.

A consolidação de um novo ramo do Direito não se faz a curto prazo e somente com a efetiva participação da sociedade é que são atingidos os seus verdadeiros objetivos.

## A representação estudantil e o desenvolvimento de lideranças

Os sistemas de aprendizagem foram modificados ao longo dos séculos, decorrendo de inúmeros fatores internos e externos dos ambientes responsáveis pela formação especialmente dos jovens.

Na antiguidade o processo de formação era feito a partir dos ensinamentos transmitidos verbalmente pelos grandes pensadores e os novos líderes despontavam num processo natural. Existiam as segmentações por grupos sociais e diversos fatores influenciaram na possibilidade do exercício da liderança.

Mesmo antes da Idade Média, quando as escolas funcionavam dentro de um novo modelo, o ensino era ministrado pelos sacerdotes, que recebiam em sua própria casas, os rapazes, para conhecer as lições das Escrituras, seguindo uma educação estritamente cristã.

Os mosteiros tornaram-se centros culturais que vão desempenhar um papel decisivo na história da civilização e deles surgem as "escolas monásticas" que visavam, inicialmente, apenas a formação de futuros monges, em regime de internato. Mais tarde abrem seus espaços com o propósito de formação de leigos cultos (filhos de reis e servidores de castas mais elevadas). O programa de ensino, de início muito elementar - aprender a ler, escrever, conhecer a bíblia, canto e um pouco de aritmética - via-se enriquecendo de forma a incluir o ensino do latim, gramática, retórica e dialética.

Paulatinamente nas cidades começavam a surgir as "escolas episcopais" e mais à frente, as "escolas palatinas", que representaram um modelo para outras unidades de ensino, especialmente na Europa.

Conhecem-se os primeiros "decretos capitulares" para organização das escolas e organização dos respectivos programas. Para cada matéria existiam determinadas obras, consideradas fundamentais.

Até o século VI a vida intelectual era praticamente monopólio da Igreja. Já no seguinte, inaugurava-se uma nova fase. O ensino instala-se nas cidades e surgem as "escolas catedrais" (urbanas).

A partir de 1179 há a criação de benefício para remuneração dos mestres, com a orientação do Concílio de Latrão. A atividade intelectual abre-se ao exterior, não se limitando mais exclusivamente aos mosteiros. Embora não se tenha um posicionamento pacífico dos pesquisadores supõe-se que a primeira universidade européia tenha sido na cidade italiana de Salerno. Isso ocorre antes de 1250, quando formaram-se outras universidades medievais. As de Bolonha e Paris estão entre as mais antigas. Outros exemplos são as de Oxford e a de Montpellier.

A Universidade de Coimbra, fundada em 1290, é a mais antiga, dentre as de língua portuguesa e se tornou um celeiro de jovens lideranças no mundo.

A cada momento em que o ensino era mais flexibilizado, com menos imposições, as representações estudantis passam mais formalmente a existir. Vários movimentos contestatórios são registrados na história da educação.

Esses antecedentes são importantes para que possamos chegar ao Brasil, onde a primeira escola foi criada em 1549.

No início do século XVIII surgem as primeiras notícias da figura do "capitão de estudantes" que era, oficialmente, reconhecido pela Coroa Portuguesa, pela sua liderança. Há registros de atos de nomeação desses líderes, pelos governantes do Brasil Colônia.

A história do Brasil descreve a atuação ativa dos estudantes na expulsão dos franceses, em 1710, onde se destacaram os jovens do Colégio da Sociedade de Jesus, do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. Há muitas passagens de demonstração de cidadania pátria.

Outros fatos foram marcantes, como durante a Inconfidência Mineira e em outros movimentos, como o da Independência, abolição da escravatura e proclamação da República.

É incontável os exemplos positivos da ação dos estudantes para a consolidação do país.

Com o surgimento da primeira escola de ensino superior do país, inaugurada em 1808, em Salvador, foi possível que o exercício das lideranças fossem sendo amadurecidas. Mesmo sem haver as universidades, cuja a primeira foi a do Amazonas, em 1909, os universitários puderam contribuir na formação de um modelo para o ensino superior.

O I Congresso Nacional de Estudantes ocorreu em 1910, em São Paulo e a partir desse marco, diversos encontros foram realizados, congregando alunos matriculados em escolas públicas e privadas, tanto de educação básica, como superior.

Com o decorrer dos anos foram criadas diversas associações universitárias e secundárias.

Exerceu um papel importante no intercâmbio dos líderes estudantis, a Casa do Estudante do Brasil, organização sediada no Rio de Janeiro, onde em 1937 houve a fundação da União Nacional dos Estudantes.

O Congresso de 1938, já organizado pela UNE, reuniu oitenta organizações. No ano seguinte, já cento e doze organizações participaram do congresso, em sua terceira versão e o crescimento foi natural. Em 2011, o 52º Congresso, marcou a presença de centenas de diretórios e grêmios.

Os movimentos estudantis fizeram com que emergissem novas lideranças, algumas marcantes na vida brasileira.

Em todas as épocas, com liberdade ou em regimes autoritários, o papel dos estudantes foi sempre importantíssimo.

É preciso, contudo, que exista uma separação entre os estudantes líderes e os estudantes que se aproveitam das entidades estudantis para se promoverem através de partidos políticos ou obterem benéncias do governo. Cabem aos próprios jovens fazer essa segmentação e retomar rumos, quando os desvios são evidentes.

Impõe-se também que as organizações de estudantes não se transformem em "chapas branca" que vivem de repasse de recursos, especialmente federais, para levarem à frente programas de validade duvidosa para o país e defendam ações pouco significativas.

Apesar dessas distorções, as lideranças estudantis precisam ser estimuladas e, mais do que isso, incentivadas.



## A educação para o trabalho

Durante séculos o mundo vem buscando mecanismos para conciliar a educação como parte integrante da formação do cidadão e a educação como processo de preparação para o trabalho.

O trabalho faz parte da nobreza humana. Não é tarefa para escravos, como pensava a humanidade.

Mesmo no ambiente da sabedoria antiga, como na Grécia de Sócrates, Platão e Aristóteles, não se sabia unir em uma só pessoa as duas grandezas: a inteligência e o trabalho. Amava-se a arte, mas desprezava-se o artista, porque era um operador manual. Gostava-se da música, mas o nobre era ouvir música; tocá-la era servil.

Posteriormente o mundo experimentou uma supervalorização do trabalho a um desprezo à cultura.

O ser humano não pode ser tratado como instrumento de produção, nem seu trabalho é mercadoria.

A própria escola, em sua maioria, se perde facilmente no desvio de preparar para o emprego. Muitos modelos pedagógicos enfatizam a formação exclusivamente geral. Outros dão ênfase tão somente à parte específica, robotizando os estudantes para o processamento das rotinas operacionais.

A orientação para o trabalho era feita, no passado, por meio de práticas nos ambientes laborais, sem maiores formalismos.

Somente a partir da Revolução Industrial, notada na Inglaterra na segunda metade do Século XVIII, é que a educação profissional começa a existir. As escolas de artes e ofícios começam a se multiplicar até chegar ao Brasil, ainda quando Império.

As iniciativas, embora apoiadas em alguns casos, pelo imperador D. Pedro II, foram da iniciativa privada, através de entidades que não tinham fins lucrativos.

Somente em 1909 foi instituída oficialmente a educação profissional em nosso país, quando era Presidente Nilo Peçanha. Um decreto-lei criou dezenove escolas de aprendizes artífices com o intuito de suprir o mercado produtivo.

Em 1930 iniciam os cursos superiores específicos e a Constituição de 1937 faz menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado.

Um artigo publicado em 1937 falava que "até agora o ensino público no Brasil tem sido exclusivamente literário." Acrescenta: "Há uma verdadeira crise de técnicos, teórico-práticos..." Por fim arremata o texto "É difícilimo recrutar no próprio país os elementos necessários a uma boa direcção porque elles quase não existem. Essa dificuldade extrema nos obriga á suprema humilhação de recorrermos a técnicos estrangeiros ou contramestres ignorantes de qualquer theoria."

Na década de 40, com a edição da Lei Orgânica do Ensino Secundário e logo a seguir da Lei Orgânica do Ensino Comercial e da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola os modelos foram sendo organizados para atender aos anseios dos operários e de seus sindicatos.

Prosseguiram as ações públicas e da livre iniciativa para que a educação para o trabalho se consolidassem e alguns bons projetos deram resultados favoráveis.

Outras tentativas, como a da Lei 5.692, de 1971, de haver uma escola polivalente, se revelou desfavorável, tanto para a formação geral, como para a profissional.

Os erros governamentais foram significativos e enormes desperdícios ocorreram, em termos de recursos humanos, como orçamentários.

A Lei 9.394, de 1996, deu à educação profissional um tratamento diferenciado, com alguns artigos voltados para o segmento. Inúmeros pareceres e resoluções, tanto do Conselho Nacional de Educação, como dos colegiados estaduais, legislaram acessoriamente à LDB vigente. Alguns bons textos reflexivos são editados, destacando-se um de Dom Lourenço de Almeida Prado, onde mostra que "educação para o trabalho é muito mais que a obtenção do título, muito mais que a qualificação para o trabalho. É dar ao homem as condições e a formação para que viva a sua nobreza de artista e criador."

O artigo 41 da lei definiu que "O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos".

Não se exige, portanto, que a formação profissional seja feita por intermédio de escolas regulares. A absorção das práticas do trabalho podem servir de base para obtenção de títulos, que são válidos no mercado.

Dentro desse contexto surgiu a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC, criada por Portaria Interministerial do Ministério da Educação e do Trabalho e Emprego.

Foi quebrado o monopólio da formação e do reconhecimento do saber pelos estabelecimentos de ensino.

Somente o tempo mostrará os resultados, mas representa um avanço no cenário das políticas públicas.

No mundo moderno o conhecimento vale mais do que o diploma. A multiplicidade de profissões estará fazendo com que a figura da regulamentação fique ultrapassada.

O Brasil conta com uma centena de profissões reconhecidas por leis. Algumas, por sinal, já são praticamente inexistentes. Apesar de constarem da lista governamental, não há mais mercado. Em contrapartida novas e importantes áreas de trabalho existem sem que tenha uma escola para formar os profissionais para exercê-las.

Estamos voltando no tempo e promovendo uma imigração de "experts" e forte deslocamento de saberes entre centros de formação e locais de forte produção especialmente industrial e de serviços.

Apesar dessa mudança de cenários o Ministério da Educação "engessa" a criatividade dos projetos pedagógicos, tanto das escolas técnicas como da faculdades, centros universitários e universidades que mantêm áreas tecnológicas. Os Catálogos dos Cursos Técnicos e Tecnólogos representam um atraso nacional. Definem terminologias, fixa cargas horárias e tenta padronizar o impossível.

No outro lado da Esplanada, em Brasília, o Ministério do Emprego e Trabalho apresenta avanços, incentiva a educação profissional não formal, e permite o aporte

de recursos públicos para o financiamento de cursos ministrados por meio de organizações chamadas, erroneamente pelo MEC, como "não educacionais".

Enquanto o MEC e as Secretarias de Educação dos Estados criam normas altamente complexas para o uso da educação a distância, o MTE acolhe a metodologia com absoluta tranquilidade.

A educação continuada e a requalificação para o trabalho não poderá ser feita em grande escala a não ser com o uso das tecnologias modernas.

Atualmente no Brasil há mais cursos livres profissionais do que escolas regulares de formação profissional, o que é uma certa distorção do sistema. O fato decorre de um sistema, o primeiro, ser livre e o segundo, regulamentado.

Já superamos, ao longo dos anos, muitas barreiras e cada vez é mais importante que tenhamos modelos eficazes e eficientes não só para a formação dos jovens, mas para a manutenção de cidadãos contextualizados com o mundo em permanente processo de desenvolvimento.

## O abismo que separa as escolas públicas e particulares em termos de qualidade

O Brasil conta com 220.000 escolas, entre públicas e particulares. As mais recentes estatísticas mostram que mais de 80% das unidades de ensino integram as redes públicas, especialmente as estaduais e municipais. São mantidas pelo governo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e abrigam mais de 55.000.000 de alunos, notadamente crianças e adolescentes.

A rede particular congrega aproximadamente 40.000 estabelecimentos. As associações, fundações e empresas educacionais são as responsáveis pela administração e lhes cabem a definição dos seus projetos.

Independentemente dos aspectos jurídicos, todas as escolas devem seguir as linhas gerais da educação, definidas na Constituição Federal e, em especial, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Todas as verbas públicas são aplicadas somente nas escolas governamentais, onde o ensino é gratuito.

Os colégios particulares não recebem recursos dos orçamentos da União e dos entes federativos. São mantidos pelas contribuições pagas pelos alunos ou seus responsáveis e arcam, na maioria dos casos, pelos tributos fixados e cobrados pelo Poder Executivo.

As unidades públicas usam prédios dos governos sem que tenham que pagar taxas de ocupação. As particulares usam imóveis próprios ou alugados, com os naturais custos operacionais.

Os equipamentos e instalações nas primeiras vêm dos orçamentos, enquanto nas últimas são comprados e mantidos a preço de mercado.

A legislação determina que nas organizações estatais deva haver "gestão democrática", com participação de professores, pessoal técnico-administrativo e representantes do corpo discente. Em muitas regiões adota-se o regime de eleição para os dirigentes. Há estabilidade funcional, impedindo as demissões imotivadas. O regime de trabalho pode ser de tempo integral ou parcial, com remuneração fixa e adicionais por funções e tempo de serviço.

Na rede privada a escolha dos dirigentes é feita pelos mantenedores e inexistente garantia eterna de manutenção no cargo. O regime de trabalho de toda a equipe é definido na forma da Consolidação das Leis do Trabalho, dentro do mesmo sistema adotado por qualquer empresa. Apesar de poder haver o pagamento pelo regime de 20 ou 40 horas semanais, a grande parte dos professores é retribuída com base em horas-aula ministradas.

Os professores são formados dentro dos mesmos padrões, adquirindo iguais habilidades, cabendo-lhes a busca de oportunidade numa ou em outra rede.

Pelo menos em tese as condições de funcionamento das escolas públicas é muito superior ao das privadas.

Mas, por que há um grande abismo entre os resultados que separam as escolas públicas das pagas?

As avaliações internacionais feitas pelo PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Alunos) que aferem o conhecimento adquirido pelos jovens de 15

países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) fica claro que o Brasil não vai bem, quando se fala em qualidade da educação.

As escolas particulares podem ser comparadas às da Noruega, que está em vigésima colocação; já as estatais, está no nível do Azerbaijão, que está na 59°.

No geral o nosso país está na posição 54 (de um total de 65). Vale registro que a avaliação afere conhecimento em leitura, matemática e ciências.

Esse cenário é visto no resultado das avaliações nacionais, feitas para o ensino fundamental e ensino médio.

Mas, quais as razões que levam a resultados tão distantes?

O principal motivo é o processo de gestão. A administração na livre iniciativa é definida por resultados. Há comprometimento maior dos mantenedores. Isso não ocorrendo, as instituições não conseguem obter recursos financeiros para pagar os seus colaboradores e demais encargos e encerra suas atividades, com pesados ônus para os seus sócios ou associados. Na rede pública, o fracasso é transferido para os próximos diretores e pago, sem questionamento, pelo contribuinte.

O governo federal contribuiu fortemente com os Estados e Municípios com o repasse de verbas para pagamento dos docentes. Nesses últimos anos os valores foram crescentes. Não obstante, o atual ministro da Educação afirma que "faltam recursos para o ensino no Brasil e que os baixos salários do magistério, em relação a outras carreiras de nível superior, desestimulam o jovem a virar professor". O discurso não apresenta propostas concretas de soluções. Apenas levante as possíveis causas.

O gasto público anual da educação é de apenas 5%, diferenciando muito dos países com melhor desempenho qualitativo. Há promessas de aumento mas, por enquanto, ficam apenas as boas intenções.

O Brasil já conseguiu assegurar a universalização do acesso. A cada 100 crianças de até 11 anos, 99 estão matriculados em um colégio. Um dos grandes desafios quantitativos é reduzir a evasão. Na rede pública apenas 29% concluem o ciclo básico. Especialistas apontam que, para evoluirmos em termos de qualidade, é necessário aumentar o tempo de permanência diária dos alunos nos estabelecimentos estatais. Hoje têm apenas três horas de aula por dia, descontando-se os intervalos e interrupções, o que é insuficiente para a aprendizagem.

Ao lado dessa majoração temporal é preciso haver eficiência na administração dos sistemas e processos educacionais, adotando métodos já usuais nos estabelecimentos particulares.

A reversão do atual modelo das escolas públicas exige determinação dos responsáveis pela execução das políticas (desde o ministro até os secretários municipais de educação), capacitação (e permanente apoio) aos dirigentes das escolas, investimentos em tecnologias, atualização permanente dos professores e, especialmente, cobrança de resultados, pela sociedade.

Do contrário continuaremos vendo o aumento do abismo entre escolas públicas e privadas, que é indesejável para todos que querem ver o desenvolvimento do país. Soluções existem. Faltam ações.

## O desenvolvimento tecnológico e seus reflexos positivos na educação

O desenvolvimento tecnológico tem sido extraordinário nos últimos anos e, a cada momento, há novos lançamentos que encantam a sociedade.

As universidades e centros de pesquisas, especialmente dos países industrializados, têm sido fortemente responsáveis pelas invenções e novas patentes são registradas, permitindo a produção em massa e a comercialização dos equipamentos e sistemas que auxiliam a alavancagem do mundo moderno.

O Brasil está bem situado no ranking de uso das tecnologias, embora em situação de inferioridade em termos de produção das inovações.

Objetivando melhorar essa última o Ministério da Ciência e Tecnologia, que a partir de agora passa a incorporar em sua denominação o termo "Inovação", vem estabelecendo novas diretrizes para proporcionar suporte especial às instituições de ensino superior.

Há diversos programas organizados por órgãos vinculados ao governo federal, bem como através de grandes empresas, que alocam vultosos recursos para inovações e geração de produtos e serviços.

Os reflexos positivos na educação ocorrem sob várias formas.

Sob um ângulo, as novas tecnologias permitem que aumente a qualidade dos sistemas de aprendizagem. Hoje é inadmissível que o modelo de escola e de aulas seja o mesmo do que ocorria no passado, mesmo que recente. A obsolescência vem rapidamente, quer de equipamentos, como de pessoas.

As escolas, de qualquer nível ou modalidade, precisam investir em aquisições e na capacitação contínua de seus colaboradores para atender aos nativos digitais que integram, especialmente, as gerações Y e Z.

No âmbito do mercado de trabalho as exigências profissionais são crescentes e as oportunidades vão surgindo apenas para as pessoas mais qualificadas, em termos tecnológicos.

Há boas notícias em várias áreas.

O país assumiu a terceira posição no ranking mundial de venda de computadores pessoais. Somente num trimestre foram comercializados 3,86 milhões de máquinas. O número representa um crescimento de 12,5% em relação ao mesmo período passado. Entre abril e junho de 2011 somente a China e os Estados Unidos da América tiveram volumes superiores. 48,5% foram desktops e 51,5% notebooks. Do total de compradores, 69,5% foram consumidores domésticos, 25,8% foram empresas e 4,7% governos e escolas.

O país encerrou julho de 2011 com 45,7% de acessos à banda larga.

Com o aumento da rede física e virtual avançam os programas de aprendizagem a distância e do uso de e-books e audio livros.

Já ingressamos na quarta geração da informática - a dos sistemas digitais, conectados, móveis e pessoais.

Os comportamentos sociais em escala já mudaram a sociedade, atingindo pessoas de todas as faixas etárias e de renda.

Informações recentes mostram que o Brasil já conta com 217,3 milhões de celulares. A densidade é de 111 aparelhos para cada 100 habitantes. No primeiro semestre de 2011 foram acrescentados mais 14,4 milhões de aparelhos móveis. Em doze meses foi 32,2 milhões.

Praticamente inexistente mais separação entre os celulares e os computadores. A integração é cada vez mais perfeita.

Essa nova realidade precisa ser rapidamente incorporada pelas escolas e pelos profissionais que atuam nos estabelecimentos de ensino. Os "tablets" e seus aplicativos já estão no meio escolar e em alguns países não há mais o uso de material impresso. A manutenção da escrita cursiva já está em debate e muitos jovens demonstram mais agilidade nos teclados das máquinas do que nos tradicionais lápis e canetas.

Tais elementos são relevantes para que avancemos no ranking global de competitividade, onde ocupamos um modesto cinquagésimo terceiro lugar, num universo de 142 países.

Um estudo do Fórum Econômico Mundial mostra que é essencial as nações investirem em infraestrutura e educação para avançarem. No primeiro, registramos progresso, enquanto no último, há muito a avançar.



## Remuneração dos profissionais da educação: 17 séculos de controle pelo Poder Público

A fixação de preços para remuneração aos profissionais da educação, tão evidente nos dias de hoje, data de longa época.

No ano 301, era imperador de Roma, Diocleciano. Governante com personalidade dominadora e contraditória, deu início a um longo e sombrio período de violência e que se estendeu por vários anos. Ordenou a perseguição dos cristãos, muito embora se mostrasse tolerante quanto à religião. Promoveu grande mudanças no Império e, no terreno econômico e financeiro, tentou estabilizar o poder da moeda, face à inflação então existente. Criou um novo padrão monetário, substituindo o "nummo" - moeda de cobre, pelo "denaro", que era de prata.

Baixou o famoso "Edito do Máximo", fixando os valores máximo dos bens, serviços e salários e prescreveu a pena de morte para os que vendessem suas mercadorias por uma cifra superior à estabelecida.

Aliás, o controle de preços não era novidade no Mundo Antigo, pois surgiu há 37 séculos. As primeira notícias que se tem na história remontam à Babilônia, com o "Código de Hamurabi", que disciplinava honorários profissionais de médicos, veterinários, barbeiros e mestres-de-obra. Não chegou, contudo, a contemplar o valor dos profissionais da educação.

O intervencionismo na área de educação se deve, entretanto, a Diocleciano.

O pagamento dos professores, artesãos e advogados era avaliado de acordo com o tempo ou o serviço listados após o preâmbulo do Edito.

Os serviços dos professores eram detalhados em três categorias, com valores mensais determinados por aluno e, com os seguintes parâmetros: professor de leitura: 0,217; professor de grego e latim: 0,808 e professor de oratória: 1,080.

Para fins de referência vale comparar com valores de outros serviços profissionais: o pedreiro e o decorador de paredes ganhavam, por dia, respectivamente, 0,217 e 0,651.

Comparando-se os itens da tabela de preços máximos vê-se, claramente, a baixa valorização dos docentes. Um dia de trabalho de um pedreiro equivalia a um mês de aulas de leitura e escrita.

Passaram-se os séculos e a história se repete.

No Brasil diversas tentativas foram feitas, não para fixar os "máximos", como ocorria na Roma antiga, mas sim para determinar os "mínimos" padrões financeiros de pagamento dos educadores.

Ao longo de mais de quinhentos anos de educação brasileira somente em 2008 uma lei federal criou o piso. A lei 11.738, de 16 de julho daquele ano, determinou que o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica seria de R\$ 950,00 mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal.

Segundo a norma, o piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, quarenta horas semanais.

Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se, hoje, aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

Não obstante ser um valor ínfimo, se comparado com sua importância para o desenvolvimento do País, cinco Estados recorreram ao Supremo Tribunal Federal para que fosse tornada sem validade a disposição.

O STF negou o pleito e decidiu que é constitucional a fixação do piso salarial para professores da rede pública de ensino. A maioria dos ministros entendeu que o piso deve ser composto apenas pelo vencimento básico, sem levar em consideração os benefícios adicionais, como vale-refeição e gratificações.

O Relator do processo, o ministro Joaquim Barbosa, chegou a afirmar que "Duvido que não haja um grande número de categorias de servidores, que não esta, que tenha rendimentos de pelo menos 10, 12, até 15 vezes mais que esse piso. Para essas categorias, jamais essas questões orçamentárias são levadas em conta".

Atualmente, o piso dos professores é de R\$ 1.187,97 mensais para 40 horas por semana.

Difícilmente o País terá progresso qualitativo na educação se não encontrar meios para retribuir melhor os professores, especialmente das redes públicas estaduais e municipais.

Exemplo de outras Nações precisam ser seguidos. As demonstrações dadas, especialmente pelos Tigres Asiáticos, permitiram reversões de quadros antes desoladores.

Os recentes resultados do ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mostraram que passamos da posição 85 para a 84, o que muito nos envergonha.

Uma das principais razões desse quadro é o baixo investimento no setor.

O Brasil está, ainda, atrás de 19 países da América Latina, mesmo sendo o principal líder econômico do Continente Sul Americano.

O estudo, feito pelo Programa das Nações Unidas para a Educação (Pnud), ressaltou que o número médio de estudos está estacionado em 7,2 anos (o mesmo nível que o Zimbábue, que ocupou a última posição em 2010).

A mostra destaca que o Brasil, seguindo o atual ritmo, precisa de 31 anos para alcançar o patamar hoje ocupado pela Noruega, que é a primeira do IDH.

Possuímos todas as condições para reverter esse quadro. O primeiro passo terá que ser, naturalmente, decidir pelo aumento dos níveis salariais dos professores.

## A valorização do professor como fator decisivo para o desenvolvimento brasileiro

A primeira reforma do ensino que o Brasil conheceu foi editada em 28 de junho de 1759 por D. José I, sob a inspiração do Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal.

O alvará régio criou categorias de docentes, e em seu artigo doze determinava que “todos os ditos professores levarão o privilégio de nobres, incorporados em direito comum e, especialmente, no Código Título de professoribus et medicis”.

Antes havia apenas o ensino privado, desenvolvido graças à atuação dos jesuítas, que chegaram ao Brasil em 1549, e imediatamente fundaram os primeiros colégios, responsáveis pelos ensinamentos durante 210 anos.

Vê-se, assim, que o surgimento do professor, como carreira profissional, teve um início bastante privilegiado e com reconhecimento do poder público.

Aliás, desde a época em que se elaborava a reforma supracitada – durante o reinado de D. João V, conferia-se aos instrutores e professores e título de “Ministro das Letras”, os quais eram chamados e consultados pelas mais altas autoridades para dar pareceres nos casos importantes.

O professor era vitalício e irremovível.

Com a vinda da Família Real, em 1808, novos colégios foram incentivados e ampliou-se o mercado de trabalho. Os mestres ganhavam, em Portugal, 200 mil réis anuais e, no Brasil, eram remunerados entre 400 e 500 mil réis, o que provocou a vinda de muitos ilustrados.

A proclamação da independência refletiu sensivelmente no ensino, e escassearam-se os recursos destinados ao pagamento dos professores. Um relatório do Ministro do Império, em 1836, apontava a “falta absoluta de candidatos às cadeiras de professor”, ressaltando que “os salários são fracos e não convencem, fazendo com que prefiram outros empregos mais lucrativos e com melhores oportunidades no futuro”.

Criaram-se muitas escolas públicas, contudo os recursos gerados eram insuficientes. Apesar de existir o “subsídio literário”, um tributo que custeava o ensino público (e que foi objeto de grandes desvios), as verbas não eram compatíveis com a necessidade orçamentária de manutenção das casas de ensino.

Um pronunciamento feito em 1855 pelo Visconde de Sinimbu apontava causas e caminhos de solução para a educação nacional. Dizia o então senador: “O grande problema da instrução primária entre nós, a resolver, está na maneira por que, em um país tão vasto e com uma população disseminada, se poderão derramar seus conhecimentos. O professorado não é somente uma vocação, é também uma carreira: para reabilitá-lo, o que cumpre fazer? Debalde impor-se-ão obrigações, exigindo maior habilitação dos professores e sobrecarregando-os de maior responsabilidade. Antes de tudo, é preciso tê-los: e como? Nesta concorrência geral da indústria e das profissões civis, onde, com menores habilitações maiores vantagens se alcança, como poderá a modesta carreira de professor achar candidatos com os quesitos necessários mediante o módico pagamento?”

No início da República, o quadro era caótico, exatamente pela falta de docentes capacitados. Num pronunciamento, o Ministro Joaquim Seabra, encarregado da Justiça e Negócios Interiores (onde a educação se inseria), encontramos o seguinte trecho: “O ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se sua reforma radical, ou é preferível abolí-lo de vez”.

Diversas iniciativas foram tentadas ao longo deste século, contudo com avanços e retrocessos.

O manifesto pela Reconstrução Educacional no Brasil, assinado em 1932 pelos “pioneiros da educação nova”, já alertava ao povo e ao governo sobre os caminhos a serem seguidos. Pouco se observou, e existe hoje uma enorme dívida social que precisa ser resgatada.

O país precisa investir muito para entrar e permanecer no grupo das nações desenvolvidas. O acesso maciço à escola já é uma realidade em todos os países latino-americanos, entretanto o desenvolvimento exige a melhoria da qualidade. A frequência ao ensino fundamental quase dobrou nas últimas décadas e o ensino médio vem experimentando resultados altamente favoráveis, em termos quantitativos, o que forçará a um aumento significativo das matrículas nos cursos superiores.

O Governo Federal criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e pela lei a maior parte dos recursos deve ser destinada ao pagamento de professores. Com isso, os salários tiveram aumentos, especialmente em alguns Estados, entretanto ainda muito aquém do necessário para a dignidade do professor.

A ampliação da rede física de escola é precisa, não obstante termos cerca de 220 mil estabelecimentos espalhados por todo o território nacional, contudo os resgate da dignidade do professor é condição essencial.

Estudos internacionais mostram que o Brasil será um dos gigantes neste século mas, para que isso ocorra, é importantíssimo que se invista corretamente em educação. Precisamos reverter um quadro onde apenas um pequeno número dos eleitores tem curso superior completo, contra uma imensa maioria de analfabetos e analfabetos funcionais.

As pesquisas já evidenciam que as chances de não se ter emprego são pequenas para quem tem diploma de nível superior, contra altos índices para a população como um todo, e que a probabilidade de renda é bem maior para quem completar o ensino médio, e muito mais elevada para quem terminar o ensino superior.

Inúmeros são os exemplos que mostram a necessidade de escolas de qualidade e, para que isso aconteça, é preciso professores valorizados.

É imprescindível a valorização do professor para o desenvolvimento brasileiro.

A remuneração mais digna é de suma importância, contudo tem-se que se avançar, estimulando o ego dos docentes e respeitando-os como profissionais de primeira linha.

A história conta que, no passado era conferido aos docentes os mesmos privilégios dos nobres, sendo chamados e consultados pelas mais altas autoridades para opinar nos casos importantes.

Hoje, pouco se usa do saber do mestre, e às vezes o transformamos num mero transmissor de conhecimentos.

O Brasil dispõe de dedicadíssimos profissionais, muitos com excelente formação, entretanto estão sendo colocados à margem do processo, nos grandes momentos nacionais.

Os desafios da modernidade são imensos, e não é tarefa somente para grupos isolados, técnicos ou políticos.

Cabe à sociedade exercer o seu papel e, em especial, à escola.

Abrindo-se mais os debates públicos e incentivando-se a participação, surgirão brilhantes contribuições capazes de, efetivamente, reverterem o tempo perdido e alavancarem o progresso.

## As ameaças à gratuidade no ensino público

O Brasil possui uma tradição de ensino gratuito nas instituições mantidas pelo Poder Público e a Constituição Federal assegura esse direito à sociedade.

Cabe a todos os que vivem no Brasil financiar a educação, através da carga tributária decorrente de dezenas de impostos, taxas ou contribuições compulsórias arrecadados pelos governos federal, estaduais, do distrito federal, dos municípios, de forma direta ou através de suas organizações (fundações, autarquias, empresas públicas e assemelhadas).

Diz a Carta Magna que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo facultado, como acontece em todas nações democráticas, o funcionamento dos estabelecimentos de ensino de iniciativa privada.

Os que pretendem uma educação alternativa arcam financeiramente com os custos do ensino, nas escolas particulares, entretanto não são desobrigados de recolhimento dos tributos. Na realidade pagam duas vezes: uma ao sistema público, sem usá-lo e outras às unidades particulares, usufruindo da instrução com pluralismo de concepções.

Há também quem, na verdade, não tem opção, pela absoluta falta de vagas nos colégios e universidades públicas.

Na educação fundamental, que compreende o antigo ensino de primeiro grau, o sistema público atende, de uma forma geral, a demanda, em cerca de duzentas mil escolas espalhadas por todas as cidades brasileiras. Existe deficiência de qualidade, contudo é possível afirmar que há uma universalização de ofertas.

Situação inversa é notada na educação infantil, onde as creches e pré-escolas são ainda em número inferior à necessidade, em milhares de municípios. O mesmo ocorre no nível médio, antes chamado de segundo grau, criando uma grande massa de não-escolarizados e, por via de consequência, impossibilitados de acesso às escolas superiores.

Já no nível superior, a situação é drástica para ingresso nas universidades públicas que oferecem a graduação gratuita e a pós-graduação lato ou stricto sensu, correspondendo, respectivamente à especialização ou aos mestrados, doutorados ou pós-doutorados.

A falta – ou má administração das verbas públicas destinadas à educação – é grande justificativa para o reduzido aumento de vagas no Sistema Público de Ensino Superior. O número de alunos nos cursos de graduação tem se mantido estável nos últimos anos e, em termos proporcionais, há redução, se comparado com o aumento populacional.

Diversas escolas superiores mantidas pelos governos possuem programas de pós-graduação e, para obtenção de recursos financeiros para o custeio, passaram a cobrar mensalidades escolares (a exemplo das escolas particulares). Algumas fazem a arrecadação por intermédio de suas fundações, entretanto os certificados são expedidos pelas próprias universidades, afrontando, totalmente, o princípio constitucional do ensino público gratuito.

A prática vem ganhando espaço e os valores pagos pelos alunos aumentam significativamente a cada período, representando uma equivalência às ações que ocorrem no ensino privado, sem, contudo, ter que observar a rígida legislação que regulamenta os preços nas escolas particulares.

O Ministério Público Federal vem questionando tal cobrança em diversas Unidades da Federação e solicitou pronunciamento do Ministério da Educação acerca dos procedimentos feitos pelas escolas superiores.

Visando legalizar o ilegal o Conselho Nacional de Educação, através de um parecer, homologado pelo Ministro da Educação, entendeu ser perfeitamente correto cobrar o ensino público. Nessa primeira empreitada afirma o documento oficial que “não devem as casas públicas de ensino superior destinar suas dotações para a oferta gratuita de especializações e aperfeiçoamentos”.

Mais adiante o parecer conclui que cabe “às instituições públicas, as federais entre elas, a cobrança pelos serviços prestados”. Diz, ainda, que “a permanência de gratuidade importaria em ônus injustificáveis aos cofres públicos, caracterizando impertinente uso de recursos”.

O texto oficial afirma conclusivamente que “os cursos de especialização e aperfeiçoamento, ou seja, de pós-graduação lato sensu, não se configuram como atividade de ensino regular e, por conseguinte, tem-se por correta a cobrança efetuada pelas universidades públicas.”

O entendimento do órgão máximo consultivo do governo federal em matéria de educação – o Conselho Nacional de Educação – com a concordância do Ministro – induz a população e o Poder Judiciário em erro e força estudantes a pagar o que é, pela Constituição, gratuito.

O Artigo 206, IV, da Carta da República diz que o ensino público em estabelecimentos oficiais deve ser gratuito. Não há distinção entre os níveis (básico ou superior) nem quanto ao gênero (cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação ou de extensão).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamenta a Constituição, ao falar na pós-graduação, afirma compreender “programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos à candidatos diplomados em cursos de graduação”.

Os cursos de especialização, aperfeiçoamento e de extensão fazem parte de um mesmo grupo de educação continuada, cuja função é atualizar os graduados frente aos avanços do mundo moderno. Representam, numa versão atual, uma forma de evitar a obsolescência rápida dos conhecimentos adquiridos na graduação.

Não devemos assistir à oficialização do ilegal de forma pacífica e silenciosa!

No momento em que o próprio governo diz que a permanência da gratuidade importaria em ônus injustificável para os cofres públicos, para a pós-graduação lato sensu, é aberta uma grande porta para os demais campos do ensino. É, apenas, uma questão de tempo.

A Constituição cidadã não permite interpretações capazes de assegurar ao Poder Público a cobrança pelos serviços educacionais. Trata-se de direito inalienável da sociedade e qualquer tentativa de modificação só pode ocorrer com uma inversão à ordem democrática e com o descumprimento das normas legais em nosso País.



## Os cinquenta anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

O primeiro marco regulatório da atividade educacional no Brasil foi a Reforma de Pombal, que em 1759, estabeleceu regras que deveriam ser seguidas no campo da educação em todo o domínio português. Até então tínhamos apenas alguns alvarás régios que, pontualmente, definiam direitos e obrigações em casos específicos.

Coube ao então Conde de Oeiras (mais tarde Marques de Pombal) redigir um conjunto de normas que foram aprovadas por D. João III e aplicadas no Brasil, ainda Colônia.

Com a Independência e mais tarde proclamação da República diversos instrumentos foram editados com o objetivo de consolidar um modelo educacional do país.

Inúmeras reformas ocorreram, dentro das linhas gerais das Constituições Federais.

A existência de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi induzida, pela primeira vez, na Carta de 1934. Três anos depois, com uma ditadura, a nova Constituição alterava substancialmente as linhas políticas do país, com reflexos naturalmente na educação e não trazia condições para uma LDB.

Somente em 1946, quando o Brasil conheceu outra Constituição, é que a lei geral da educação volta a ser meta para o país.

Dois grupos disputavam qual seria a linha a ser seguida para os sistemas educacional pátrio e os debates ocorreram não só no Congresso Nacional, onde tramitava o projeto de lei, como em inúmeros encontros e congressos dos setores públicos e privados.

As Casas Legislativas analisaram, durante dezesseis longos anos, o projeto que culminou na Lei 4.024, sancionada em 20 de dezembro de 1961.

A lei substituiu os antigos atos que segmentavam a educação em uma única linha, contemplando o grau primário, médio e superior.

Uma característica interessante era que contemplava, no primeiro nível, a educação pré-primária e o ensino primário (entendido, esse último, os quatro primeiros anos de escolaridade formal). O segundo segmento (hoje chamado de ensino fundamental) integrava o ensino médio, que era dividido em ensino secundário, técnico (industrial, agrícola e comercial) e o normal (destinado à formação do magistério). À parte tratava-se do ensino superior, com cursos de graduação, pós-graduação e de especialização, aperfeiçoamento e extensão.

Com a LDB surge o Conselho Federal de Educação, em substituição ao Conselho Nacional de Educação que existia à época. Ressalta-se que anos depois o CFE foi extinto e recriou-se, com outros fins, o CNE.

Coube ao Conselho Federal estabelecer as regras gerais de aplicação da nova LDB. Importantes Pareceres foram aprovados e serviram de base para que os

Conselhos Estaduais de Educação legislassem acessoriamente nas suas respectivas áreas de competência.

Vale registrar que o cenário político de então apontava para um Brasi I mais próspero e com liberdades constitucionais alcançadas por nações com forte desenvolvimento.

Mas, em 1964, com a revolução e a tomada do poder pelos militares, o país tornava-se sombrio e o novo modelo trazido pela lei já não atendiam então as vontades dos governantes.

O fechamento do Congresso Nacional e a edição de decretos-lei deram um novo rumo, inicialmente, ao ensino superior, com a edição de norma própria em 1968 e ao primeiro e segundo graus, em 1971. As leis 5.580 e 5.692 mutilaram a 4.024. O esquartejamento legal desfigurou as linhas liberais que foram construídas ao longo de décadas. Impunha-se a disciplina militar nas escolas e universidades e foram banidas lideranças prósperas.

Um hiato de muitos anos ocorreu e somente com a redemocratização do país voltou-se a se vislumbrar a liberdade de aprender e de ensinar.

A Constituição de 1988 reabriu os horizontes e passou a exigir-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os princípios da educação escolar foram definidos pela Carta Magna, deixando-se à margem a educação nas forças armadas. Até hoje têm-se uma lei geral da educação básica e superior (a LDB) e leis específicas que tratam do ensino no Exército, na Marinha e na Aeronáutica.

Abordaremos somente os aspectos da educação formal que ocorre nos estabelecimentos regulares de ensino civil.

A Constituição Federal tem fortes princípios que naturalmente foram seguidos pelos entes federativos e pela iniciativa privada. Encontram-se consagradas liberdades que são importantes para o Brasil, a exemplo dos demais países não totalitários.

A nova LDB veio a ser sancionada em 1996, também num 20 de dezembro.

Sua tramitação iniciou em 1988 e vários projetos, emendas e substitutivos foram apresentados ao longo de oito anos.

Coube a Darcy Ribeiro a redação final que foi recepcionada pelos demais parlamentares e acolhida pelo Executivo, com pequenas ressalvas.

Durante os anos de 1997 a 2011 cerca de trinta leis alteraram a redação inicial, contudo sem mudar a estrutura. Foram detalhes que não influenciam a estrutura da lei.

É bem verdade que paralelamente há um grande número de leis esparças (não contempladas pela LDB) que disciplinam itens fundamentais para o país.

O ideal é que tenhamos avanços num Projeto de Lei que consolida a legislação educacional brasileira em texto único, reunindo uma centena de normas que vigoram e que tornam difícil o conhecimento, por todos, dos direitos e deveres na educação.

Há muito que se fazer ainda para que tenhamos uma educação de qualidade em todo o Brasil.

Já conseguimos a universalização do acesso às escolas mas não basta apenas ir aos locais que servem de base para a transmissão presencial. É preciso muito mais em termos de modernização das unidades de ensino, redefinição de

conteúdos e qualificação permanente e valorização financeira dos profissionais de educação.

O avanço tecnológico permite que a aprendizagem a distância supra, em parte, a falta de bons professores em todas as mais de cinco mil cidades. A LDB contempla essa metodologia, embora ainda existam resistências dos governos e dos que atuam na educação.

Nesse momento em que se comemora o Jubileu de Ouro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional temos muito a festejar.

Vitórias foram sentidas, embora ainda outras necessitam ser conquistadas. É um longo processo que supera os governos e que precisa ser construído com a participação de toda a sociedade civil.

O Brasil, que já é a sexta economia do Mundo, não pode continuar ocupando lugares inferiores no ranking do desenvolvimento humano e social.

Somente com educação de qualidade é que vamos conseguir alcançar o progresso pleno e a justiça social, esperança de todos os brasileiros.